



ENIMPACTO

Estratégia Nacional de Investimentos
e Negócios de Impacto

Produto 5

Relatório final e de encartes com produção visual adequada à disseminação de informações pela rede em linguagem fácil e acessível

Luciano Sampaio (Termo de Referência 143573, consultor-PNUD)

Sumário

Introdução.....	5
Análise 1 - Teoria da Mudança (Theory of Change – ToC).....	7
1. Introdução	7
2. Proposta inicial para a ToC da Enimpecto	9
3. Definição de métricas/ indicadores de produto, resultado e impacto	16
4. Representações da Enimpecto considerando sua Teoria da Mudança e indicadores.....	24
5. Sugestão de indicadores para acompanhamento anual pelos líderes dos GTs/Eixos da Enimpecto	35
5.1. Eixo 1: Ampliação da oferta de capital.....	35
5.2. Eixo 2: Aumento do Número de Negócios de Impacto.....	36
5.3. Eixo 3: Fortalecimento das Organizações Intermediárias.....	38
5.4. Eixo 4: Promoção de um Macroambiente Institucional e Normativo Favorável aos Investimentos e Negócios de Impacto	39
Referências.....	41
Anexos.....	44
Análise 2 - Uma análise comparativa da Enimpecto às políticas de outros países	49
1. Introdução	49
2. Grau de maturidade de políticas nacionais.....	51
3. Papel do governo no apoio aos negócios de impacto	59
4. Registros dos negócios de impacto em Países selecionados	65
4.1. Coréia do Sul.....	67
4.2. Reino Unido	72
4.3. Colômbia.....	77
4.4. Peru	81
4.5. Resumo de características das empresas sociais nos países selecionados	82
5. Negócios de impacto e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	83
Referências.....	85
Análise 3 - Análises de impacto da Lei de Negócios de Impacto Social sobre o RN	88
1. Introdução	88
2. Efeito das Leis Estaduais (do RN e RJ) no número de negócios de impacto	90
3. Efeitos das Leis Estaduais (do RN e RJ) sobre indicadores de desempenho dos negócios de impacto.....	92
3.1. Faturamento: se observou ou não faturamento.....	93
3.2. Captação de recursos: se captando recursos ou não.....	96

4. Algumas análises sobre os dados e avaliações de impacto futuras.....	99
Análise 4 - Desdobramentos das ações do Comitê Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social (CENIS) do Rio Grande do Norte (RN)	102
1. Introdução	102
2. Metodologia.....	105
3. O CENIS e uma análise de sua organização e ações	106
3.1. O Comitê Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social (CENIS)	106
3.2. Uma análise da organização do CENIS comparada a do Comitê da Enimpacto	107
3.3. Análise das ações e planejamento do CENIS	112
4. Possíveis resultados e indicadores para o CENIS.....	116
5. Conclusões.....	119
Referências.....	120
Encartes.....	122
1. Representações gráficas dos principais achados da análise da Teoria da Mudança (ToC) e dos Indicadores	122
1.1. Representação gráfica (graphical overview) da Enimpacto	122
1.2. Fluxo de ações programadas da Enimpacto	123
1.3. Fluxo de iniciativas realizadas da Enimpacto até 2020:	123
1.4. Representação da Enimpacto com ênfase em Indicadores de Resultados	124
1.5. Quadros de possíveis Resultados e Indicadores por Eixos	125
1.5.1. Eixo 1 – Resultados e Indicadores, por Macro objetivos	126
1.5.2. Eixo 2– Resultados e Indicadores, por Macro objetivos	127
1.5.3. Eixo 3 – Resultados e Indicadores, por Macro objetivos	128
1.5.4. Eixo 4 – Resultados e Indicadores, por Macro objetivos	129
2. Representações gráficas dos principais achados da Comparação internacional	131
2.1. Grau de maturidade de políticas nacionais.....	131
2.2. Comparação de iniciativas-chaves dos Governos no ecossistema de empresas sociais – por instrumentos políticos	133
2.2.1. Iniciativas-chaves dos Governos no Instrumento político “Regulação”	133
2.2.2. Iniciativas-chaves dos Governos no Instrumento político “Financiamento”	134
2.2.3. Iniciativas-chaves dos Governos no Instrumento político “Infraestrutura e Capital Humano”	135
2.2.4. Iniciativas-chaves dos Governos no Instrumento político “Informações e Redes”	135
2.3. Papel do Governo no apoio aos negócios de impacto	136
2.3.1. Nível de intervenção governamental e Mecanismos regulatórios (por ordem de citações, literatura revisada por Bozhikin, Macke e da Costa (2019)	136

2.3.2. Sequência do papel do Governo (segundo Bozhikin et al., 2019)	137
2.3.3. Diferentes modelos de empresas sociais adotados por países.....	137
2.3.4. Registros dos negócios de impacto	138
2.3.4.1. Experiência da Coreia do Sul	140
2.3.4.2. Experiência do Reino Unido	141
2.3.4.3. Experiência da Colômbia.....	143
2.3.4.4 Experiência do Peru	144
2.3.5. Negócios de impacto e os ODS.....	145
3. Representações gráficas da análise de impacto sobre o RN	147
3.1. Efeito das Leis Estaduais (do RN e RJ) no número de negócios de impacto	147
3.2. Efeitos das Leis Estaduais (do RN e RJ) sobre indicadores de desempenho dos negócios de impacto	149
3.2.1. Faturamento: se observou ou não faturamento	149
3.2.2. Captação de recursos: se captando recursos ou não.....	152
4. Literatura sobre políticas e negócios de impacto	156
4.1. Revisões da literatura sobre Investimentos de Impacto	156
4.2. Comparações de políticas de diferentes países/grau de maturidade	157
4.3. Mapeamentos dos negócios de impacto em diferentes países	158
4.3.1. Estudos do British Council para os seguintes países.....	158
4.3.2. Outros mapeamentos de negócios de impacto.....	159
4.4. Negócios de impacto e os ODS	159
4.5. Metodologias de avaliação dos negócios de impacto	161
4.6. Trabalhos de conclusão de curso, Dissertações e Teses brasileiras sobre os negócios de impacto	162

Introdução

Este produto contém o relatório final e de encartes das seguintes análises realizadas: 1) a elaboração da Teoria da Mudança da Enimpecto, com a construção de indicadores-chaves e métricas para as ações, por Macro objetivos dos Eixos da Enimpecto; 2) a comparação dos principais aspectos da Enimpecto com políticas semelhantes de outros países, resultando na definição do grau de maturidade da política brasileira em relação às políticas de outros países; na observação do papel do Governo no ecossistema dos negócios de impacto, com ênfase no registro legal destes; 3) uma análise dos impactos da Lei de negócios de impacto adotada pelo Rio Grande do Norte (e adicionalmente para o Rio de Janeiro), primeiro (segundo) Estado brasileiro a adotar uma Lei e política para os negócios de impacto: impacto sobre as trajetórias de alguns indicadores do RN (e do RJ) em relação aos demais estados brasileiros, a partir do método de diferença em diferenças e de dados principalmente dos Mapas da Pipe.Social, para os anos de 2018 e 2020; 4) os desdobramentos da Lei de negócios de impacto do RN, mais especificamente, da organização e atuação de seu Comitê de negócios de impacto (CENIS), através de documentos e entrevistas com membros deste comitê.

Da análise de Teoria da mudança/ indicadores, são apresentados os principais achados relativos ao planejamento da Enimpecto, assim como sugestões de indicadores, por Eixo da estratégia; esses indicadores sugeridos (Painel de indicadores) podem ser usados em avaliações de impacto atuais e futuras; após discussões realizadas com cada GT, alguns deles já foram selecionados para acompanhamento ao longo dos anos pelo Comitê da Enimpecto.

Da Comparação Internacional, apresenta-se uma comparação do grau de maturidade de políticas semelhantes à Enimpecto de vários países; um resumo do papel do governo e das formas de registros de empresas sociais em outros países, no momento em que a Enimpecto debate com Ipea e IBGE como registrar ou melhor acompanhar os negócios de impacto do país.

Da análise de impacto sobre o RN – e, adicionalmente, sobre o RJ, segundo Estado, após o RN, a aprovar Lei estadual para os negócios de impacto ainda em 2019 - relativa às demais unidades brasileiras da federação, apresentam-se os resultados de impactos sobre as trajetórias de algumas variáveis associadas aos negócios de impacto, provenientes dos modelos econométricos de Diferença em diferenças (DD), controlando-se para variáveis dos Estados. Os dados principais foram os dos Mapas da Pipe.Social, com alguns outros para controle de características estaduais, provenientes do IBGE e do Banco Central do Brasil. Essas análises, dado o estágio preliminar de implementação das políticas estaduais, não apontaram para diferenças no nível dos negócios de impacto (número de negócios de impacto nos Estados que primeiro adotaram Leis) ou de desempenho de seus negócios. Reforçam-se: a importância do cadastro dos negócios de impacto e da realização deste por uma organização com experiência para tanto e que disponibilize amplamente seus dados para a avaliação.

Dados completos, em conjunto com os indicadores, permitem a preparação para avaliações futuras e indicam o que se pode esperar delas ao longo do tempo. Os resultados também apontam para as limitações de avaliações no curto prazo a nível de Estado e sugerem que os efeitos de curto prazo podem ser melhor captados por avaliações das ações e programas específicos da Enimpecto, sobretudo através da sugestão de avaliações estruturadas antes ou no início de suas principais ações/programas.

Da organização e atuação do Comitê Estadual de Negócios de Impacto Social (CENIS), do Rio Grande do Norte, criado em 2019, a partir de documentos e entrevistas com integrantes do mesmo, constaram-se alguns avanços como o envolvimento do Sebrae-RN e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC) na montagem do comitê e já em 2021 o início do registro dos negócios de impacto (NIS) do RN. Propõem-se algumas reflexões sobre a composição e organização do CENIS e de suas ações realizadas e planejadas, comparando-o com o comitê da Enimpecto. Sugerem-se também, seguindo o trabalho da Teoria da Mudança da Enimpecto, alguns resultados e indicadores que podem ser acompanhados pelo CENIS ao longo do tempo e incluídos em um futuro planejamento do comitê de suas ações.

Depois de apresentadas as quatro análises resumidas acima, este relatório traz os encartes elaborados para divulgação dos principais achados, concluindo com uma seleção da literatura internacional de trabalhos de destaque por temas envolvendo os negócios de impacto e uma relação das dissertações e teses brasileiras sobre o tema, para alimentar o site (HUB) da Enimpecto.

Análise 1 - Teoria da Mudança (Theory of Change – ToC)

Elaboração da Teoria da Mudança da Enimpecto, com a construção de indicadores-chave e métricas para as ações e Eixos da Enimpecto, resultando num Painel de Monitoramento de Indicadores para a política.

1. Introdução

O Brasil já tem uma política nacional para os negócios de impacto que, apesar de recente, é bem documentada. A Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Enimpecto), criada em 2017, com prazo de 10 anos, nasceu com a característica de auto avaliação, comum da área de negócios de impacto que, além do retorno financeiro, tem por objetivo o impacto socioambiental. A avaliação de impacto é geralmente uma exigência dos principais financiadores dos negócios de impacto; estas avaliações muitas vezes são elaboradas a partir de teoria da mudança dos negócios. Seguindo esta característica de avaliação presente no ecossistema dos negócios de impacto, uma literatura ainda incipiente avalia as políticas nacionais para os negócios de impacto sob diferentes vertentes.

Como ponto de partida da avaliação da Enimpecto, apresenta-se a seguir uma primeira proposta de Teoria da Mudança (Theory of Change - ToC) da estratégia com ênfase na definição de indicadores de resultados. Esta proposta da ToC da Enimpecto deve ser analisada, aperfeiçoada e validada pelos líderes e gestores do Comitê da Enimpecto. Rogers (2014) aponta que, além de apoiar a identificação de variáveis relevantes para a coleta de dados, uma ToC ajuda na identificação de resultados intermediários que podem ser usados como marcas de sucesso em situações em que o impacto de interesse ainda não ocorreu durante o tempo de avaliação. Espera-se ainda que a ToC da Enimpecto possa servir de base para o desenvolvimento das demais etapas de avaliação de impacto da política no âmbito desta consultoria até o fim de 2021.

As análises de políticas semelhantes encontradas têm sido majoritariamente descritivas, principalmente relatos do histórico e caracterização de políticas nacionais de investimento de impacto e/ou comparações de políticas de investimento de impacto de diferentes países. Santos (2018) comparou as políticas de Portugal e Reino Unido; Berry, Ghadimi, Choi (2020) analisaram as políticas de três países com graus de influência diferentes do Estado - Coréia do Sul, Inglaterra e Estados Unidos; e Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017) apresentaram o estágio de desenvolvimento das políticas de investimento de impacto de 30 países, com maior detalhamento para 14 deles. Adicionalmente, esta última referência apresentou uma série de indicadores de impacto que podem ser usados para a caracterização do setor por país e para comparações entre eles.

Essa última referência, Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017), texto do Banco Mundial, justifica os investimentos de impacto, entre outras razões, pelas restrições de recursos dos Governos para serviços cruciais para seus cidadãos, deixando muitos,

particularmente os pobres, sem serviços necessários, dificultando eventualmente a saída deles da pobreza e apontaram que as Empresas Sociais (ES) têm desenvolvido soluções inovadoras para preencher essa lacuna de serviços. Os autores destacam, contudo, que a maioria dos programas de governo para as ES é muito recente para fornecer evidências de longo prazo de impacto e num espectro maior de resultados, incluindo áreas diversas como redução da pobreza, criação e inovação de empregos. Eles ressaltam que a evolução de diferentes modelos de suporte às ES pelo setor público emergiu em países industriais nas últimas duas décadas e em países em desenvolvimento, nos últimos 10 anos. Ademais, que a agenda das ES está sendo considerada em países em desenvolvimento como parte de suas estratégias para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O trabalho revisa uma amostra representativa de exemplos internacionais de suporte governamental do setor de ES e destaca as abordagens e ferramentas que podem ser usadas para alavancar os resultados de atividades de ES. Além de indicar o grau de desenvolvimento das políticas de 30 países, eles fazem uma análise adicional de dados secundários de 14 países selecionados com base em: nível de atividade de ES; presença de organizações de suporte das ES; existência de políticas nacionais e programas especificamente direcionados às ES. Eles detalham as políticas nacionais que influenciam cada um dos parâmetros do ecossistema: formatando a demanda (através, p.e., de compras públicas), a oferta (p.e., através de fundos públicos e implementação de entrega de serviços, incentivos para ES e outras organizações privadas) e as condições facilitadoras. Ainda, apresentam um grau de amadurecimento das políticas por país em termos de: reconhecimento das ES; suporte; condições facilitadoras; e nível de atividades das ES. Também apresentam um catálogo de ferramentas de políticas (na Tabela 3 da página 19), relacionando políticas, países, descrição, beneficiários, e resultados ou métrica de impacto com as políticas agrupadas em 4 categorias: Política e Regulação; Desenvolvimento de capacidade e capital humano; Informação e redes; Soluções financeiras. Por fim, incluem quadros resumo com a descrição das estruturas das políticas de 14 países: Reino Unido, Estados Unidos, Coreia do Sul, Canadá, Polônia, Itália, Chile, Malásia, Tailândia, Índia, Egito, Colômbia, Quênia e África do Sul.

A Enimpecto conta com ampla publicização de suas ações, através de documentos disponíveis no sítio do Ministério da Economia¹: Legislação, Regimento, Atas de Reuniões, e Documentos e Apresentações, entre os quais os Relatórios anuais de atividades do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto (2021; 2020; 2019; 2018). Ainda, artigos e publicações sobre os negócios de impacto e matérias e entrevistas. Os Relatórios possibilitam identificar o estágio (status) das ações da Enimpecto, a serem realizadas até 2027. A partir do Relatório Anual de 2019, tem-se as 69 ações agrupadas em 14 macro objetivos os quais estão agregados em 4 Eixos da

¹ <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-externo/pt-br/assuntos/inovacao/enimpecto#:~:text=Atualizado%20em%3A%2012%2F06%2F2020.&text=A%20Estrat%C3%A9gia%20Nacional%20de%20Investimentos,investimentos%20e%20neg%C3%B3cios%20de%20impacto.>

Enimpecto; e cada ação tem seu status indicado como concluído, em execução, ou previsto para ocorrer até 2027 (no último Relatório da Enimpecto, de 2021, o número de ações tinha aumentado para 72; entre as três novas ações, está a relevante criação do Simpacto). No Relatório de 2020, foram incluídas as iniciativas agrupadas por ações programadas, permitindo a identificação em mais detalhe do tipo de instrumento político, atores proponentes e alvo das ações da Enimpecto dentro de cada Macro objetivo e Eixo.

Tomando estas iniciativas do Relatório de 2020 como as menores subcategorias de análise, propõe-se o desenvolvimento da ToC da Enimpecto a partir delas, das ações, macro objetivos e Eixos. Assim, neste produto, a ToC foi construída a partir do agrupamento das iniciativas e ações de acordo com as quatro categorias de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017), quais sejam: Política e Regulação; Desenvolvimento de capacidade e capital humano; Informação e redes; Soluções financeiras.

A ToC da Enimpecto, em conjunto com a indicação do estágio (status) de execução das ações, constantes nos Relatórios da política, permite a definição de métricas de outputs que podem ser avaliadas já no curto prazo, priorizando-se as ações concluídas e em execução, abarcando o período inicial da política de 2017 a 2020. Assim, os indicadores possibilitam uma avaliação inicial das ações, no curto prazo, e ajudam na definição de indicadores intermediários e de longo prazo, para avaliações futuras; a definição de indicadores correspondentes às ações da Enimpecto em diferentes prazos pode ser usada para a definição de metas para as ações pelos gestores/grupos de trabalho da Enimpecto.

Além da Teoria da Mudança da Enimpecto, este produto traz uma sugestão de um conjunto de indicadores para monitoramento da política. Os indicadores sugeridos combinam indicadores já elaborados pelo Comitê; outros definidos a partir das reuniões com os Grupos de Trabalho no processo de elaboração da ToC; e, por fim, indicadores expostos no trabalho do Banco Mundial referido acima. Também, contém algumas representações gráficas da política que podem ajudar no entendimento da mesma por futuros avaliadores de impacto.

2. Proposta inicial para a ToC da Enimpecto

A Teoria da Mudança (*Theory of Change – ToC*) para a Enimpecto foi elaborada tomando como ponto de partida as iniciativas e respectivas ações da política constantes nos Relatórios anuais de atividades do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto (2021; 2020; 2019; 2018), bem como alguns trabalhos teóricos (Vogel, 2012; Rogers, 2014; o guia da Hivos referenciado como Van Es, Guijt e Vogel, 2015; Insper Metricis, 2020) e aplicados para negócios de impacto (Jackson, 2013; Lazzarini e Barki, 2019), assim como para outras áreas (Bager, Persson e Reis, 2021).

A partir das categorias de análise mencionadas, iniciou-se o desenho preliminar da ToC: seus atores, produtos, resultados, impactos, hipóteses, caminhos causais,

indicadores, etc. Identificaram-se graficamente os fluxos do número de iniciativas, a partir dos atores proponentes e alvo, por categorias do Banco Mundial (ou Eixos) e dos status de execução. Por fim, definiu-se um conjunto de indicadores (considerando o alcance das iniciativas/ações) referentes a produtos de curto, médio e longo prazo, que podem ser monitorados para avaliações ao longo do desenvolvimento de toda a Estratégia (até 2027).

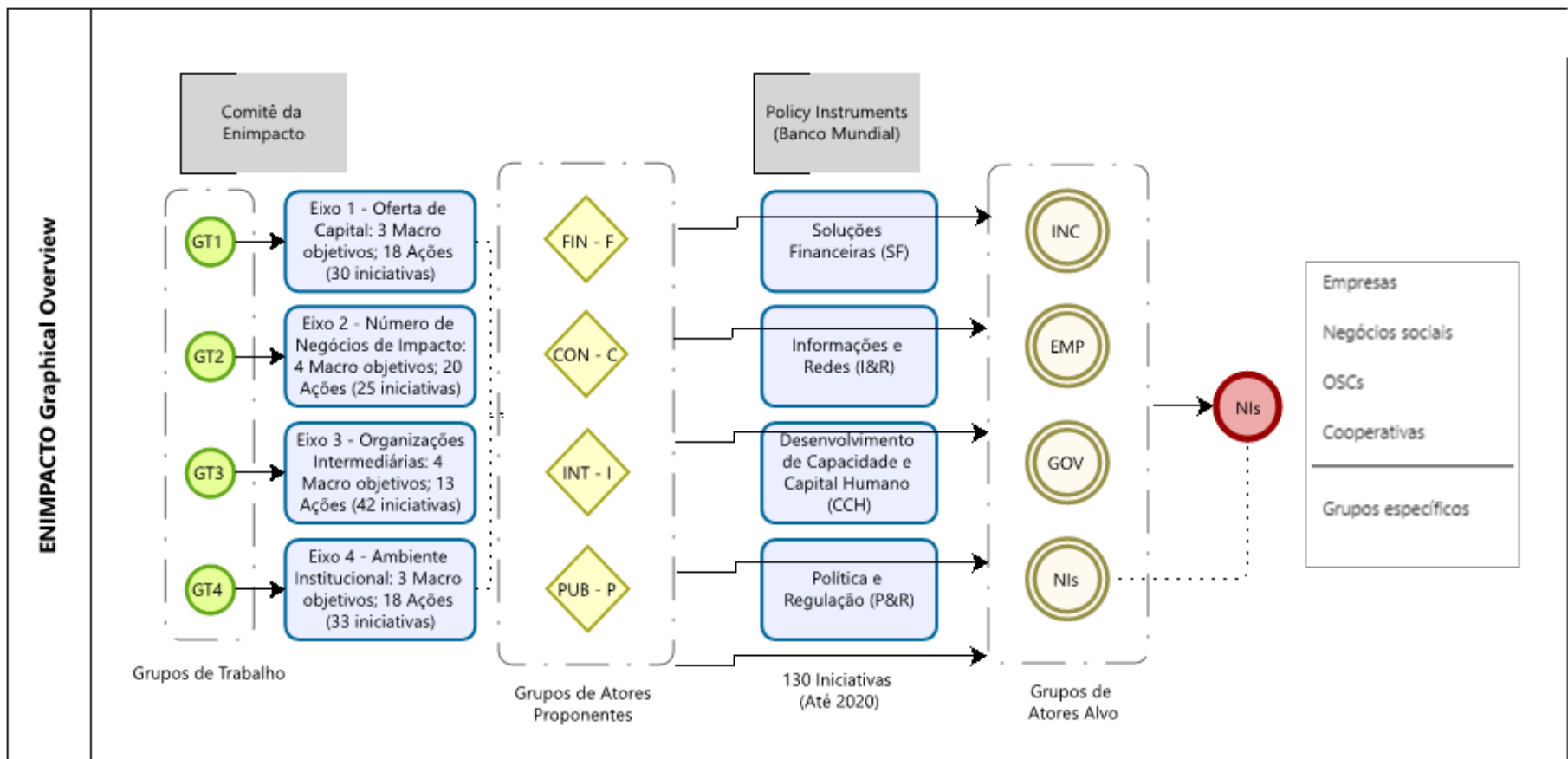
Lazzarini e Barki (2019) descrevem as metodologias para se avaliar impacto de negócios de impacto, destacando a possibilidade de se medir *inputs*, *outputs* (resultados imediatos do negócio), *outcomes* (resultados de médio e longo prazos do negócio) e impacto (mudanças socioambientais efetivamente decorridas de uma intervenção do negócio) e que as escolhas são função do momento do negócio. Entre as metodologias quantitativas para avaliar o impacto socioambiental de um negócio, descrevem o uso de painel de indicadores (idealmente provenientes da teoria da mudança), podendo ser definidos uma série de indicadores-chave de desempenho (*Key performance indicators* – *KPIs*) ligados aos resultados esperados pelas intervenções.

Como coloca Rogers (2014), uma ToC pode ser aperfeiçoada a partir da validação de especialistas. No caso, após um primeiro desenho da ToC da Enimpecto, propõe-se o aperfeiçoamento da mesma pelos Líderes e Grupos de Trabalho do Comitê da Enimpecto.

O primeiro passo foi a representação gráfica (*graphical overview*) da Enimpecto (Figura 1 ou Anexo 4, em sua versão do Excel), para a definição dos possíveis agrupamentos de atores proponentes e receptores de suas ações e iniciativas. Entende-se que a Estratégia tem sua organização administrativa composta pela Coordenação da Estratégia e por quatro Grupos de Trabalhos (GTs), correspondentes aos quatro Eixos definidos; estes GTs definiram (14) macro objetivos e (69) ações - tomando como base o Relatório anual de 2019 da Enimpecto - a serem desenvolvidas de 2017 a 2027; por fim, essas ações são subdivididas em iniciativas que mobilizam atores proponentes, incluindo seus próprios participantes, e têm atores alvo. A Figura 1 propõe o agrupamento dos atores envolvidos em cada iniciativa da Enimpecto, isto é, os proponentes (responsáveis) e receptores (alvo) das iniciativas. Os Grupos de Atores Proponentes de iniciativas foram definidos como: Instituições Financeiras (FIN – F); Instituições de conhecimento (CON – C); Organizações Intermediárias (INT – I); e Organizações públicas ou regulatórias (PUB – P). Nesta representação da Enimpecto, optou-se pelo agrupamento das iniciativas e ações pelas categorias definidas no trabalho de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017), do Banco Mundial: Soluções Financeiras (SF); Informações e Redes (I&R); Desenvolvimento de Capacidade e Capital Humano (CCH); e Política e Regulação (P&R). Os Grupos de Atores Alvo foram definidos como: Fundações, Incubadoras e Aceleradoras (INC); Governos Estaduais e Municipais (GOV); Pessoas físicas, potenciais empreendedores ou empreendedores (EMP); Negócios de Impacto (NIs). Estes grupos alvo visam um impacto final nos Negócios de Impacto (NIs) os quais, por sua vez, são compostos por grupos específicos a serem contemplados por algumas das iniciativas: empreendedoras mulheres, classes específicas (indígenas, comunidade

quilombola, LGBT, pessoas portadoras de deficiência, jovens e/ou inscritos no Cadastro Único do Governo Federal), entre outros.

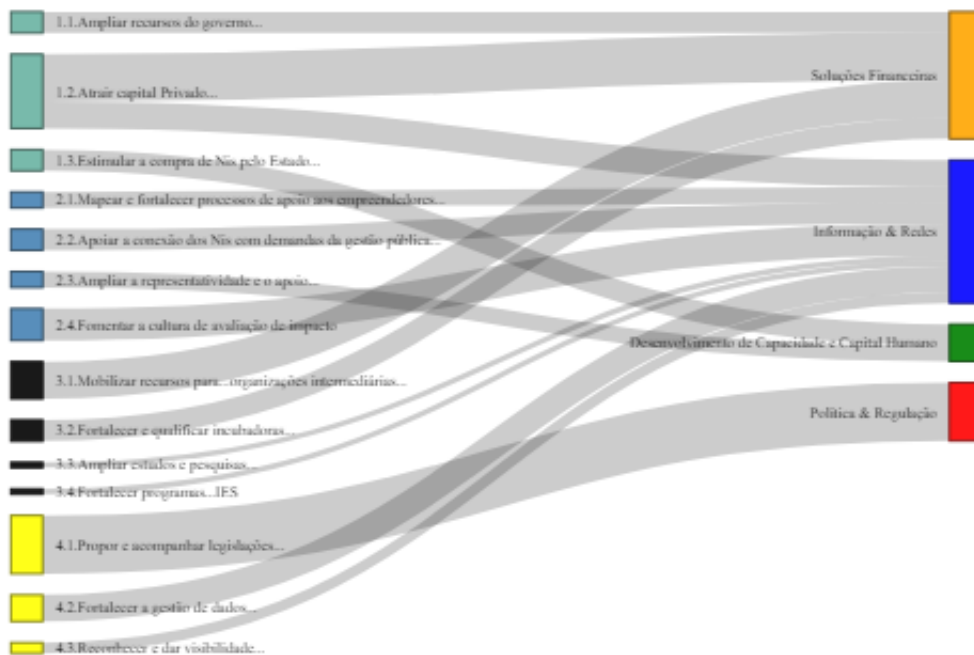
Figura 1 – Representação gráfica inicial da Enimpecto, com categorias de análise e grupos de atores proponentes e alvos das ações



Após esse desenho inicial da Enimpecto, procurou-se um maior entendimento da Estratégia, a partir de reuniões com os Grupos de Trabalho, sobretudo das iniciativas, adotando-se, assim, o período de referência até 2020 (2018-2020), quando haviam sido realizadas 129 iniciativas, presentes no Relatório da Enimpecto de 2020. Esse detalhamento incluiu a indicação de atores proponentes e alvo de cada iniciativa, a definição de produtos de curto prazo (outputs) e de resultados de médio e longo prazo (outcomes/impact) e, para estes produtos e resultados, o estabelecimento de indicadores. Foi organizada uma Planilha, em excel (Anexo 1), que dispõe de informações de cada iniciativa: sua caracterização, com a indicação da ação à qual ela pertence, os (grupos de) atores proponentes e alvo, o ano, eventuais produtos e resultados esperados (de curto e médio/longo prazo), possíveis indicadores para estes, a categoria (Policy Instrument) do trabalho do Banco Mundial, o alcance da iniciativa (se estadual ou nacional), além de um detalhamento e link, quando disponíveis, para a fonte da informação. A Planilha permite a quantificação de iniciativas e ações por diferentes categorias: por alcance, ou por grupo de atores proponentes ou alvo, por Eixo, por instrumento político (Policy Instrument), por iniciativas realizadas até 2020, etc.

Com base nesses recortes, é possível a elaboração de diversas representações da Enimpecto. A Figura 2 (ou em sua versão sem fixação dos agrupamentos dos Macro objetivos por Eixos, no Anexo 3), por exemplo, enfatiza o fluxo de ações planejadas pelo Comitê da Enimpecto com origem nos 14 Macro objetivos dos 4 Eixos/GTs e destino no tipo de Instrumento Político (do Banco Mundial).

Figura 2 – Fluxo de ações programadas da Enimpecto, de Macro objetivos para Instrumentos Políticos



Fonte: a partir das ações do Relatório da Enimpecto (2020) e dos Instrumentos Políticos de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017); elaborada no software R.

As análises do quantitativo de ações planejadas pelo Comitê da Enimpecto e sua associação com as quatro categorias do trabalho do Banco Mundial podem ser aprofundadas se houver um interesse do Comitê em revisar seu planejamento das ações e estrutura de gestão, permitindo mudanças maiores ou ajustes a partir dessa estrutura de Agapitova, Sanches e Tinsley (2017). Caso o Comitê entenda que sua organização e funcionamento estão adequados, esse agrupamento tem maior uso para comparações de políticas entre países.

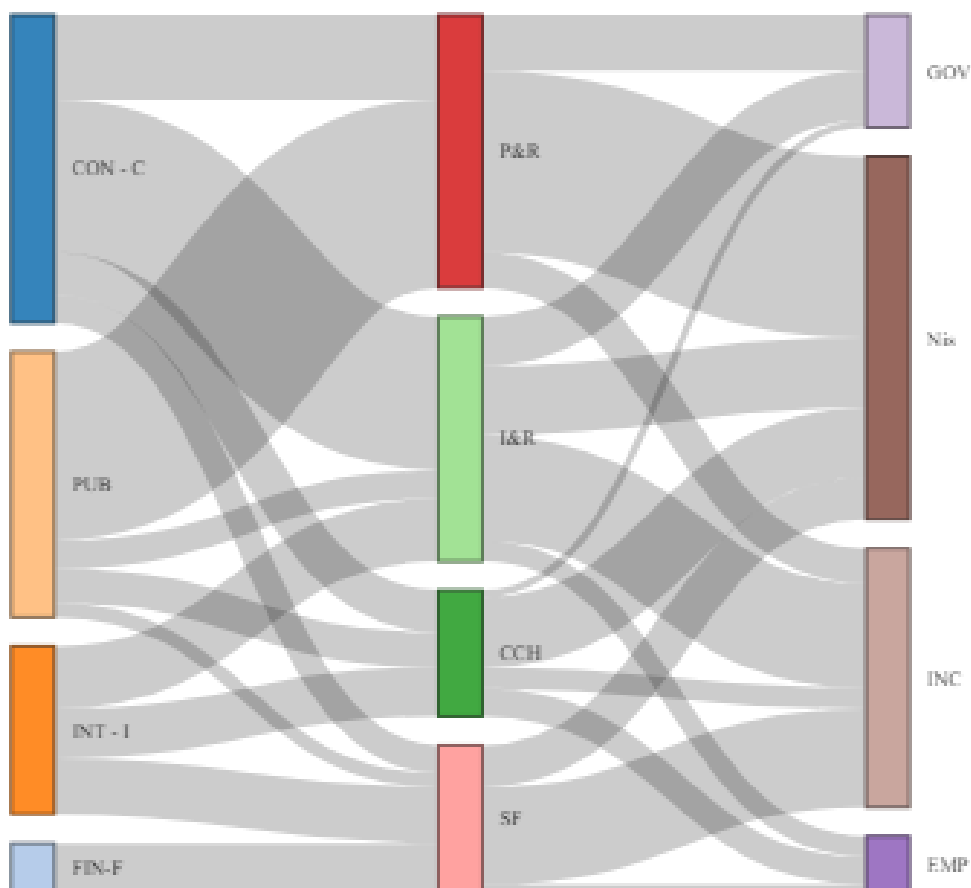
Uma primeira diferença entre as categorias Agapitova, Sanches e Tinsley (2017) e a estrutura de gestão da Enimpecto, fazendo um paralelo das quatro categorias da publicação com os quatro Eixos/GTs da Enimpecto, é que em Agapitova a estrutura política (das quatro categorias) influencia o nível de atividade das empresas sociais, refletido em termos de número de empresas sociais ativas e tamanho de suas operações; na Enimpecto, o Eixo 2 se refere a esse nível de atividade que é influenciado por quase toda ação dos demais Eixos. Por associação à Agapitova, o Eixo 2 da Enimpecto corresponderia às categorias de Informação & Redes e de Desenvolvimento de Capacidade e Capital Humano (ou: Infraestrutura e Capital Humano, seguindo sua publicação mais recente).

Um outro ponto é referente às ações de informações: há ações de todos os Eixos associadas à categoria de Informações & Redes de Agapitova. Há uma concentração de ações programadas associadas a categoria de Informação & Redes, notadamente de publicações de livros e outros documentos e da realização eventos, provenientes de Macro objetivos de todos os quatro Eixos da Enimpecto. Essas ações poderiam estar agrupadas em um único Eixo ou em Macro objetivos para informações por Eixos. Outra possibilidade seria a criação de um centro de comunicação da Enimpecto, com representantes de um ministério de comunicação ou de alguma entidade a ser estruturado em conjunto com o trabalho da consultora de comunicação.

Novamente, essas possibilidades de alterações ou ajustes teriam que fazer sentido do ponto de vista gerencial/ administrativo para o Comitê da Enimpecto: facilitaria a avaliação e a organização dos GTs? Se não, a comparação com Agapitova tem sua utilidade na comparação de políticas internacionais.

A Figura 3, elaborada a partir da mesma planilha em excel, apresenta os fluxos de iniciativas realizadas até 2020, isto é, foca no que foi realizado até este ano, nas iniciativas (atreladas às ações planejadas) por grupo de ator proponente, por tipo de instrumento político, e por grupo de ator alvo. Das 129 iniciativas do Relatório da Enimpecto de 2020, apenas 16 não foram consideradas porque eram de atores dos grupos proponentes para atores destes mesmos grupos.

Figura 3 – Representação dos Fluxos de iniciativas realizadas até 2020 por grupos de atores proponentes e alvos e instrumento político



Legenda: Grupos de atores proponentes: FIN - F: Instituições Financeiras; CONHE - C: Instituições de conhecimento; INTER - I: Organizações Intermediárias; PUB - P: Organizações públicas ou regulatórias. Grupos de atores alvos: INC: Fundações, Aceleradoras e Incubadoras; GOV: Governos Estaduais e Municipais; EMP: Pessoas físicas, potenciais empreendedores e empreendedores; Nis: Negócios de Impacto.

Fonte: a partir das iniciativas realizadas até 2020 constantes no Relatório da Enimpecto (2020), dos Instrumentos Políticos de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017) e dos grupos de atores proponentes e alvos definidos neste trabalho; elaborada no software R.

Esta Figura 3 indica as iniciativas, de fato, realizadas pelo Comitê da Enimpecto até 2020 (de acordo com seu último relatório). Predominaram as iniciativas de atores classificados no grupo de Conhecimento (CON – C); iniciativas realizadas associadas a categoria de Informação & Redes; verificaram-se poucas iniciativas realizadas de atores do grupo de Finanças, das quais, observou-se uma maior concentração tendo como destino o Grupo representante das organizações intermediárias (incubadoras, aceleradoras e fundações). Ainda, verificaram-se poucas iniciativas para o grupo de atores empreendedores ou potenciais empreendedores, o que é compreensível dado o estágio inicial da Estratégia.

Pode-se pensar na definição de iniciativas (ou até ações e Macro objetivos) para o atendimento a empreendedores e, mais especificamente, de grupos específicos, como o de famílias do CADÚNICO, por exemplo. Dada a recente incorporação ao Comitê de nova representante do Ministério da Cidadania como colíder de um dos GTs, esse grupo

poderia ser extremamente beneficiado, na linha do que ocorreu no Reino Unido, por exemplo, na área da saúde. Quais iniciativas de oferta e demanda poderiam ser pensadas para grupos específicos? Como em outros países, do lado da demanda, iniciativas que atendessem esse público com serviços de negócios de impacto; do lado da oferta, que os ajudassem a sair da situação de pobreza, com treinamento para a formação de negócios de impacto.

Essas iniciativas (e ações) podem ter foco diferente nas estratégias estaduais ou municipais, dados grupos distintos a serem definidos como alvo, seguindo o que foi feito em outros países: populações de favela; populações rurais (de comunidades agrícolas, por exemplo) ligadas a cadeias específicas; comunidades indígenas, quilombolas, etc. A depender do interesse de cada localidade, podem ser definidas ações de demanda ou de oferta para grupos específicos como: compras, voucher, entre outros; de certificação, etc.

3. Definição de métricas/ indicadores de produto, resultado e impacto

A análise por indicadores-chave está colocada em diversas referências que abordam os negócios de impacto, como em Fabiani *et al.* (2018) que a considera como uma das metodologias e ferramentas para a avaliação de investimentos sociais, no caso, como indicadores de resultados previstos na Teoria de Mudança e com os objetivos de Estimativa do impacto e Planejamento do Impacto.

A lógica de definição de indicadores pode ser usada para a avaliação de uma política nacional de impacto. Os Relatórios da Enimpecto (2020, 2019, 2018) descrevem alguns indicadores analisados para o Brasil, pelos Grupos de Trabalhos (GT), associados aos Eixos da Estratégia (Quadro 1).

Quadro 1 – Indicadores definidos pelo Comitê da Enimpecto, por Eixo da estratégia

Indicador Enimpecto	Período (dados)	Fonte
GT1/Eixo 1 - ampliação de oferta de capital		
1. Recursos alocados em investimentos de impacto no Brasil.	2016, 2018, 2020	ANDE
GT2/ Eixo 2 – aumento do número de negócios de impacto		
2. Número de negócios de impacto no Brasil.	2017, 2019, 2021	Pipe.Social
GT3: Eixo 3 – fortalecimento das organizações intermediárias		
3. Quantidade de Aceleradoras e Incubadoras Certificadas pelo CERNE.	2018, 2019, 2020	Anprotec

4. Número de Instituições e Fundações que investem em Negócios de Impacto.	2016, 2018, 2020	GIFE (Censo)
5. Volume de recursos alocados por Institutos e Fundações no campo de Investimentos e Negócios de Impacto.	2016, 2018, 2020	GIFE (Censo)
GT4: Eixo 4 – promoção de um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto.		
6. Número de Pareceres, proposições legislativas e normativas elaborados pelo Enimpecto e enviadas para outros órgãos.	2018, 2019	Enimpecto
7. Políticas locais desdobradas a partir da Enimpecto.	2019, 2020	Enimpecto

Fonte: Relatórios Enimpecto, 2019, 2020.

Outros indicadores podem ser encontrados em diversas referências, sendo a principal, para esta proposta, além dos Relatórios da Enimpecto, o trabalho de **Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017)**. Nele, são definidos indicadores a partir de um catálogo de ferramentas de política pública para o apoio do Ecosistema das Empresas Sociais. Estas ferramentas foram definidas como as mais comumente utilizadas para apoiar a demanda ou a oferta de produtos e serviços das empresas sociais de diversos países analisados na publicação. Na tabela 3 do referido trabalho estão listadas as ferramentas mais comuns, agrupadas em quatro categorias de instrumentos de política pública: Política e Regulação; Desenvolvimento de Capacidade e capital humano; Soluções Financeiras; e Informação e redes. Para cada um dos instrumentos, indicam-se as ferramentas relacionadas, os países nos quais elas são usadas, o nome da iniciativa, o objetivo, a descrição, os beneficiários, e, por fim, os Resultados ou Métricas de Impacto; são descritas 10 ferramentas, utilizadas nos mais diversos países, e apresentadas 28 Métricas de Resultados ou de Impacto (indicadores). O Quadro 2 apresenta os quatro (4) Instrumentos de política pública e as dez (10) Ferramentas de política pública da referência.

Quadro 2 – Instrumentos e Ferramentas de política pública apresentados em publicação do Banco Mundial

Instrumentos Políticos (<i>Policy Instruments</i>)	Ferramentas Políticas (<i>Policy Tools</i>)
<i>Financing Solutions (Soluções Financeiras – SF)</i>	<i>Loans (Social Finance); Grants; End-user subsidies; Guarantee funds; Social Impact Bonds; Stock Exchange</i>
<i>Capacity Development and Human Capital (Desenvolvimento de Capacidade e Capital Humano – CCH)</i>	<i>Training and skills development programs; Business support; Capacity building; Training for public servers</i>

Information and Networks (Informações e Redes)	<i>Data and research; Developing partnerships; Awareness campaigns; Incubators, accelerators</i>
Policy and Regulation (Política e Regulação)	<i>Tax exemptions; Accreditation schemes; Public procurement; Legal forms; Multistakeholder dialogue</i>

Fonte: Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017)

Pode-se fazer um paralelo entre as categorias de Instrumentos e Ferramentas da publicação do Banco Mundial com os Eixos e Macro objetivos da Enimpecto (Anexo 2).

A partir da análise dos indicadores da publicação do Banco Mundial, considerando o paralelo entre as Ferramentas mostradas no Quadro 2 e os Macro objetivos da Enimpecto e, ainda, a partir do detalhamento (e de reuniões) das iniciativas e produtos e resultados, propõe-se no Quadro 3 um conjunto de possíveis indicadores para a Enimpecto, por Eixo/Macro objetivo. Esta lista extensa de indicadores considera métricas para produtos, resultados e impacto, todas utilizadas em outros países ou baseadas nestas; porém, algumas delas seriam de difícil mensuração no Brasil. O Comitê da Enimpecto pode analisar estas possibilidades e decidir por complementar os indicadores que acompanha anualmente a partir de dados já disponíveis ou procurar estabelecer a mensuração de alguns deles. Pela análise realizada aqui, seria ideal ter pelo menos um indicador por Macro objetivo da Enimpecto, com meta anual e global (até 2027). Esta análise também permite a revisão e ajustes dos Macro objetivos de cada Eixo da Enimpecto. As metas podem ser estabelecidas, verificadas e ajustadas anualmente e, dependendo do objetivo, apresentadas em um painel visual (dashboard).

Estes indicadores, mesmo que não integrem o acompanhamento da Enimpecto, também podem ser utilizados em avaliações de impacto de partes da Estratégia, escolhidos em função do que se pretende avaliar.

Alcance espacial dos indicadores:

Os indicadores podem ser medidos nacionalmente, regionalmente, por estado, município, bairro ou comunidade, por setor da economia, etc., em função do interesse da avaliação ou do alcance planejado para determinada iniciativa/ação. Como exemplo, uma iniciativa de informação sobre crédito, seguida de uma chamada pública para crédito, de alguma instituição financeira como o BNDES, pode resultar no curto prazo, como output, em um determinado número de contratos entre Governo e negócios de impacto (existentes) e respectivos volumes financeiros aportados. Como resultados intermediários, podem ser verificados indicadores de desempenho destes Nis contratados; e como resultados de longo prazo (impacto), indicadores sociais e ambientais relativos aos empregados e consumidores dos Nis: indicadores sociais (de

geração de empregos, de pobreza, de distribuição de renda, etc.) e ambientais; contudo, esses indicadores podem ser medidos nacionalmente ou com recorte econômico, para setores específicos, ou com recorte territorial por Estado ou Município ou até para uma determinada comunidade.

Para as ações de políticas e regulação de desdobramentos de Políticas locais de impacto, para estados e municípios, agora no âmbito do SIMPACTO, além dos indicadores para Nis (ou organizações intermediárias) medidos de forma agregada, tem-se a opção de indicadores de impacto já disponíveis para estes entes da federação, como os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), do IBGE, para os municípios brasileiros, organizados em 4 dimensões: ambiental, social, econômica, institucional, e o Índice de Progresso Social (IPS), da *Social Progress Imperative* (SPI), para Municípios e Estados, que abarca três dimensões: Necessidades Humanas Básicas; Fundações de Bem-estar; Oportunidade), além de outros índices de pobreza por Municípios e Estados; de desigualdade; etc.

Quadro 3 - Painel de possíveis Indicadores por Eixo e Macro objetivos da Enimpecto

GT/Eixo	Indicadores Sugeridos: (de produto/Output)	Indicadores sugeridos: (de Resultado/Outcomes)	Indicadores sugeridos: (de Impacto/Impact)
Macro objetivo			
GT1/Eixo 1: Ampliação de oferta de capital	Total de Recursos Alocados em investimentos de impacto no Brasil, ANDE	Indicadores de desempenho dos Macro objetivos abaixo, agregados	Número de consumidores atendidos; Indicadores em função do serviço de bem-estar como taxas de matrículas em educação, pessoas com acesso a serviços de saúde, pessoas com acesso a fontes de energia, de contemplados com cursos (para empreendedores), etc.
1.1 Ampliar a disponibilidade e adequação dos recursos do governo a Negócios de Impacto (investimento e/ou empréstimo)	Total de Recursos do Governo Alocados em investimentos de impacto no Brasil; Número de empréstimos do Governo aos Nis; Total de recursos de empréstimos do Governo; Número de Nis contemplados com empréstimos; Número de doações do Governo aos Nis; Total de recursos do Governo alocados em doações; Número de Nis contemplados com Doações; Outros: Número de chamadas ou editais; Número de projetos contemplados; Número de Fundos selecionados; Número de incubadoras, aceleradoras e fundações contempladas com empréstimos ou doações.	Indicadores de desempenho financeiros e socioambientais dos Nis contemplados de acordo com a missão dos Nis: Receita anual dos Nis; Número de empregos criados/retidos; indicador de retorno sobre o investimento (ROI); indicador de retorno social sobre o investimento (SROI); Indicadores sociais e ambientais de acordo com a missão do Ni.	
1.2 Atrair capital privado para investimento/financiamento a Negócio de Impacto	Idem; total, número, de doações/grants Fundações ou Empresas Nacionais e Internacionais.	Idem Indicadores de 1.1; desempenho dos fundos: indicadores financeiros e de impacto socioambiental.	
1.3 Estimular a compra/contratação de Negócios de Impacto pelo Estado	Número de contratos assinados com Nis; Total de recursos alocados através de contratos com Nis.		
GT2/Eixo 2: Aumento do número de negócios de impacto	Número de Nis cadastrados no Mapa da Pipe.Social; Número de Nis cadastrados/registrados por outras iniciativas Nacionais, Estaduais e Municipais.	Número de Nis em operação no médio prazo (3-5 anos)	Número de consumidores atendidos; Indicadores em função do serviço de bem-estar como taxas de matrículas em educação, pessoas com acesso a serviços de saúde, pessoas com acesso a fontes de
2.1 Mapear e fortalecer processos de apoio aos	Número de cursos; número de mentorias; Número de matriculados e concluintes dos cursos/programas; Número	Número de Nis que recebem investimento ou passam a fazer parte de incubadoras; Número	

<p>empreendedores de Negócios de Impacto</p>	<p>de potenciais empreendedores contemplados com mentoria, cursos, etc; Número de Nis com pessoas contempladas com cursos, mentoria; Número de Nis certificados (para certificação).</p>	<p>de Nis abertos; Número de habilidades desenvolvidas (para cursos). Para certificação: indicadores vistos de desempenho dos Nis.</p>	<p>energia, de contemplados com cursos (para empreendedores), etc.</p>
<p>2.2 Apoiar a conexão dos Negócios de Impacto com demandas da gestão pública e de cadeias de valor de grandes empresas</p>	<p>Número de Nis com contratos com Governos; Número de Nis com contratos com grandes empresas.</p>	<p>Idem Indicadores 2.1; indicadores de desempenho de seus Nis de acordo com a missão do Ni; Ex: Número de empregos criados; Evolução dos indicadores sociais como: pessoas atendidas por instalações, alunos matriculados em escolas, instalações de saúde financiadas, pacientes atendidos (exames realizados), etc.</p>	
<p>2.3 Ampliar a representatividade e o apoio a empreendedoras mulheres, a classes específicas (indígenas, comunidade quilombola, LGBT, pessoas com deficiência), jovens e/ou inscritos no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico)</p>	<p>Número de empreendedoras mulheres; Número de empreendedores de classes específicas; Número de jovens; Número de pessoas do CadÚnico.</p>		
<p>2.4 Fomentar a cultura de avaliação de impacto</p>	<p>Indicadores de 2.1, 2.2 e 2.3</p>		
<p>GT3/Eixo 3: Fortalecimento das organizações intermediárias</p>	<p>Número de Aceleradoras e Incubadoras (Anprotec); Número de empresas apoiadas por elas; (Anprotec); Número de empresas incubadas (Anprotec); Número de empresas Graduadas (Anprotec); Número de startups (Anprotec); Número de Aceleradoras e Incubadoras Certificadas pelo CERNE (por tipo de certificação); Total de recursos alocados em Incubadoras e Aceleradoras; Número de Instituições e Fundações que investem em Nis; Total de recursos alocados por Institutos e Fundações em Nis.</p>	<p>Indicadores de desempenho das Incubadoras, Aceleradoras, Institutos e Fundações: Número de Nis apoiados; total de recursos médios alocados por Nis; Taxa de sobrevivências dos Nis apoiados. Indicadores acima de Resultados, gerais do Eixo 3</p>	<p>Indicadores de desempenho dos Nis incubados/acelerados: Número de empregos, receita, e, em alguns casos, retorno do investimento (ROI) e retorno social do investimento (SROI); pode dividir em períodos de incubação (1,5-3 anos) e pós-incubação (1-3 anos).</p>

3.1 Mobilizar recursos para financiar o fortalecimento de organizações intermediárias	Indicadores acima de Produtos, gerais do Eixo 3	Indicadores acima de Resultados, gerais do Eixo 3	
3.2 Fortalecer e qualificar incubadoras, aceleradoras e redes de anjos que atuem com Negócios de Impacto	Número de programas voltados para as incubadoras, aceleradoras e redes; Número de Nis contemplados por Programas, por Incubadora, aceleradora, rede; Percentual de Nis que concluíram os programas, por programa; Número de Nis criados a partir dos programas		
3.3 Ampliar estudos e pesquisas sobre o campo dos Investimentos e Negócios de Impacto	Número de estudos publicados; Números de acesso aos estudos (downloads, etc); Número de vezes que a mídia local cita estudos; Indicadores de mídia social e tradicional.	Número de vezes que órgãos decisores consultam estudos para tomar decisões; Número de Empreendedores que tomaram decisões a partir dos estudos; Número de Nis criados influenciados por estudos.	
3.4 Fortalecer programas de formação em empreendedorismo de impacto nas instituições de ensino superior	Número de programas de formação para as IES; Número de IES contempladas por programas com Nis; Número de professores envolvidos (que receberam formação ou participantes de redes); Número de disciplinas de empreendedorismo abordando Nis nas Ementas/Programas; Número de alunos expostos à conteúdo de Nis; Número de Projetos de Pesquisa/Extensão no tema Nis; Número de TCCs no tema Nis; Número de estudantes e professores com trabalhos premiados no tema Nis.	Número de Nis de incubadoras, aceleradoras das IES contempladas; Número de Nis abertos por estudantes/egressos das IES contempladas (Pipe, levantamentos estaduais, RAIS, etc); Percentual de Nis dos Negócios totais abertos por egressos das IES contempladas.	Sem proposta para indicadores de impacto deste Macro objetivo que já não tenham sido contemplados em outros, mas em indicadores de produto ou resultado.
GT4/Eixo 4: Promoção de um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto	Número de políticas Estaduais de Nis; Número de políticas municipais de Nis; Número de chamadas/editais/contratos estaduais/municipais.	Número de Nis; Número de Nis reconhecido ou certificados (por governo federal, estadual ou municipal); total de recursos por Estado ou Município para os Nis; Número de aceleradoras, Incubadoras por Estado ou Município, etc. (demais indicadores para os 3 Eixos/Macro objetivos vistos, mas por Estado/Município);	Indicadores socioambientais por setores (Estados e Municípios podem focar em tipos de Nis diferentes; ex: polo industrial de determinado município, bairro específico ou comunidade; determinado grupo específico, CADÚnico, etc): Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), IBGE, municípios brasileiros, inclui diversos indicadores (em função da ênfase das políticas

		Indicadores vistos de desempenho dos Nis médios por Estado, Município; Indicadores agregados de desempenho socioambiental e financeiro dos Nis por Estado e Município de acordo com a missão dos Nis: Receita anual dos Nis; Número de empregos criados/retidos; Número de pessoas atendidas/beneficiadas por Nis (em substituição, p.e., aos serviços do Estado)	estaduais); 4 dimensões: ambiental, social, econômica, institucional. P.e: indicadores de saneamento ou indicadores de habitação, etc.; Índice de Progresso Social (IPS), da Social Progress Imperative (SPI) para Municípios e Estados (3 dimensões: Necessidades Humanas Básicas; Fundações de Bem-estar; Oportunidade); Outros índices: de pobreza por Municípios e Estados; de desigualdade; etc.
4.1 Propor e acompanhar legislações, normas e regulamentos que resultem no fortalecimento dos Investimentos e Negócios de Impacto	Número de pareceres, proposições legislativas e normativas elaborados pela Enimpecto e enviados para outros órgãos; Número de contribuições do Comitê da Enimpecto à Consultas Públicas.	Número de leis, instruções normativas, políticas aprovadas.	Sem proposta para indicadores de impacto deste Macro objetivo que já não tenham sido contemplados em outros, mas em indicadores de produto ou resultado.
4.2 Fortalecer a gestão de dados sobre Investimentos e Negócios de Impacto	Sem proposta para indicadores de produto, resultado e impacto deste Macro objetivo.		
4.3 Reconhecer e dar visibilidade aos Negócios de Impacto	Número de Nis reconhecidos ou certificados (por governo federal, estadual ou municipal).	Sem proposta para indicadores de resultado e impacto deste Macro objetivo.	

Fonte: elaboração própria a partir da literatura e das análises da Enimpecto.

4. Representações da Enimpecto considerando sua Teoria da Mudança e indicadores

Outras formas de representação da Enimpecto podem ser elaboradas agrupando-se os elementos mencionados da Planilha em excel, com as iniciativas e indicadores. A Figura 4 enfatiza alguns indicadores de produtos (output), de curto prazo, e de resultados (outcomes), de médio prazo, e impacto (impact), de longo prazo, para todos os Eixos da Enimpecto, considerando algumas premissas para que a Estratégia gere os resultados esperados. Nas Figura 5 a 8 tem-se uma representação mais detalhada por Eixo da Enimpecto, nas quais se destacam as iniciativas realizadas até 2020, os produtos e resultados esperados por elas e indicadores de produtos e resultados.

Novamente, o grau de análise e o acompanhamento dos indicadores dependem do interesse do Comitê da Enimpecto. Uma sugestão inicial, a partir desse levantamento e das últimas reuniões do Comitê, é a definição de grupos de indicadores, ou pelo menos um indicador, por Macro objetivo da Estratégia, acompanhado de metas de curto, médio e longo prazo.

A teoria da mudança da Enimpecto pode ser representada de forma agregada por suas ações (atividades), definidas dentro de cada um de seus Macro objetivos, que por sua vez estão organizados em seus quatro Eixos; Produtos; Resultados e Impacto, considerando que os insumos para estas atividades são os participantes e líderes de cada um dos seus Eixos. O Quadro 4 resume estes elementos para a Enimpecto.

Quadro 4 – Representação resumida da Teoria da Mudança da Enimpecto

	Atividades	Produtos (outputs)	Resultados (outcomes)	Impactos
4 Eixos subdivididos em 14 Macro objetivos.	Ações programadas (72), subdivididas em iniciativas realizadas.	Frutos diretos das iniciativas realizadas dentro de cada ação.	Mudanças observadas no curto prazo sobre empreendedores ou beneficiados, negócios de impacto, organizações intermediárias, instituições, etc.	Mudanças mais de longo prazo sobre os beneficiários das ações, consequências dos resultados.

Fonte: conceitos adaptados para a Enimpecto a partir de Ipea (2018)

Dada a complexidade da Enimpecto, estes componentes estão apresentados nas Figuras a seguir, por Eixo, e em conjunto com possíveis indicadores de produtos, resultados e impacto.

Figura 4 – Representação da Enimpecto com ênfase em indicadores

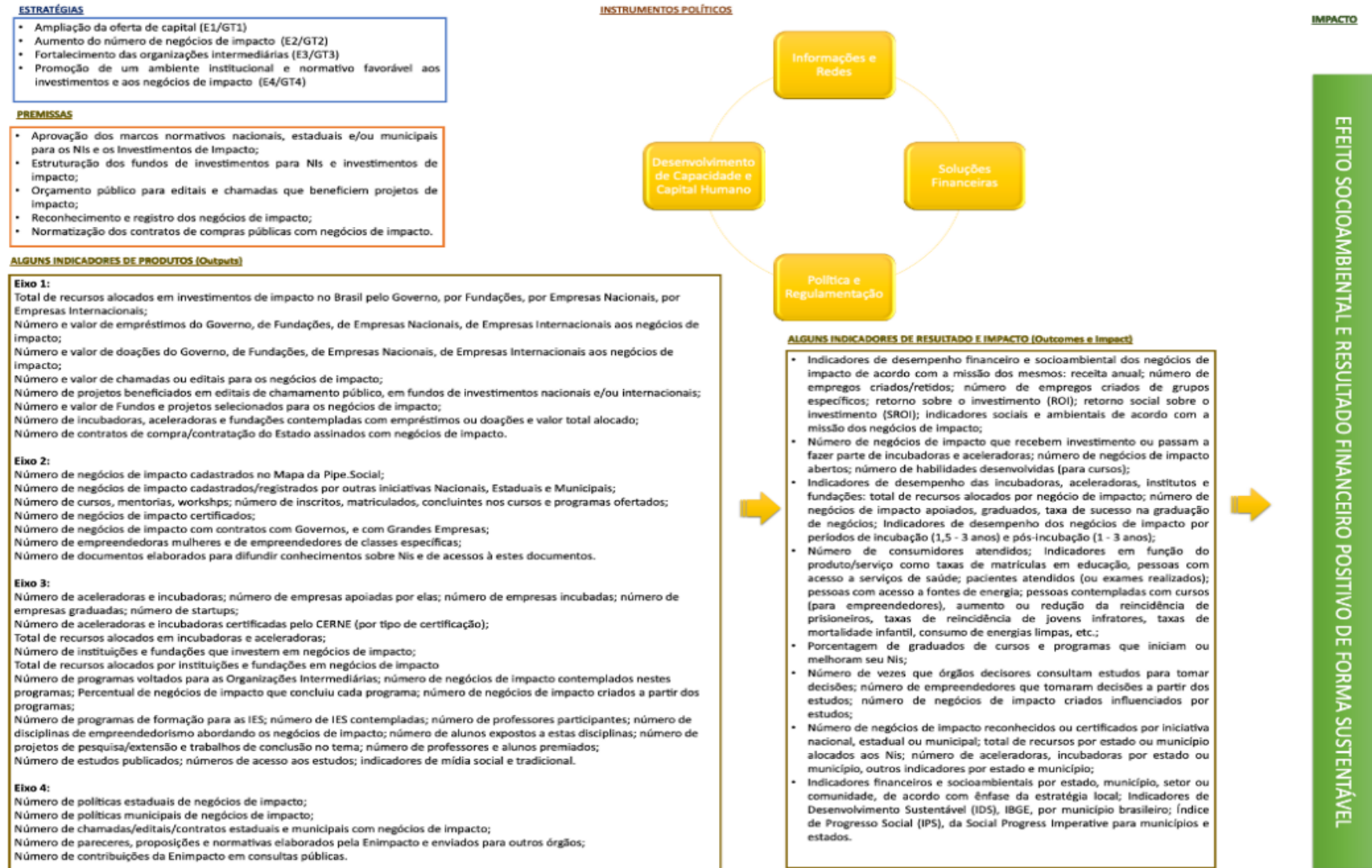


Figura 5 – Representação do Eixo 1 da Enimpecto com ênfase resultados e indicadores



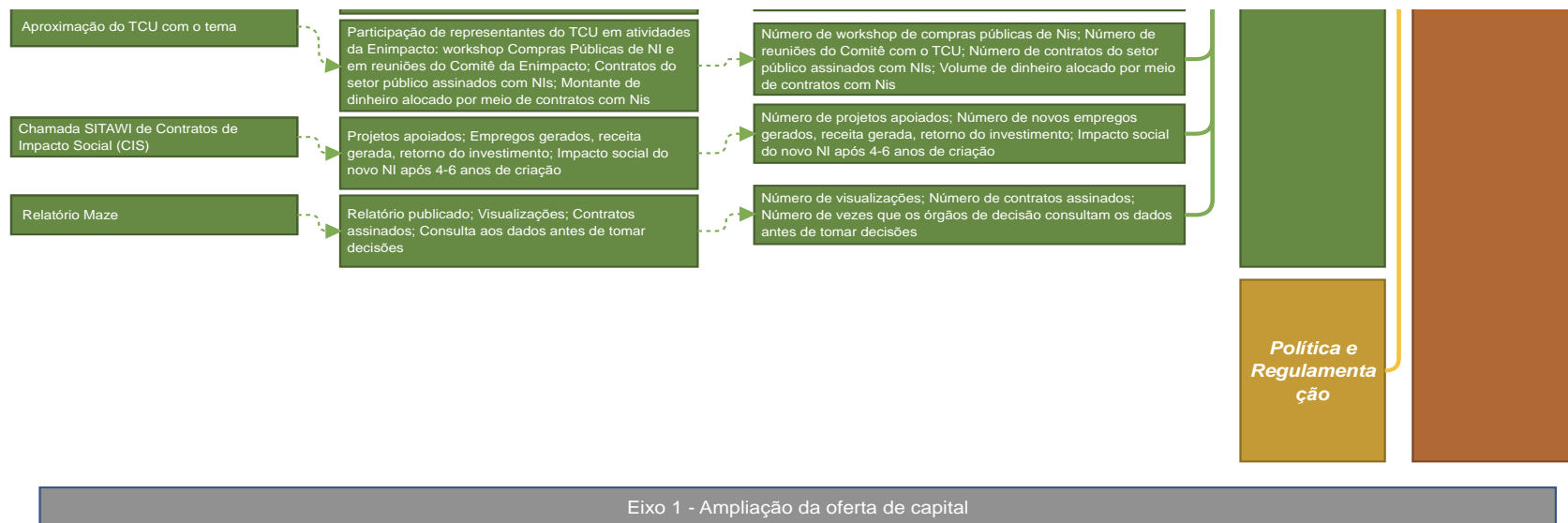
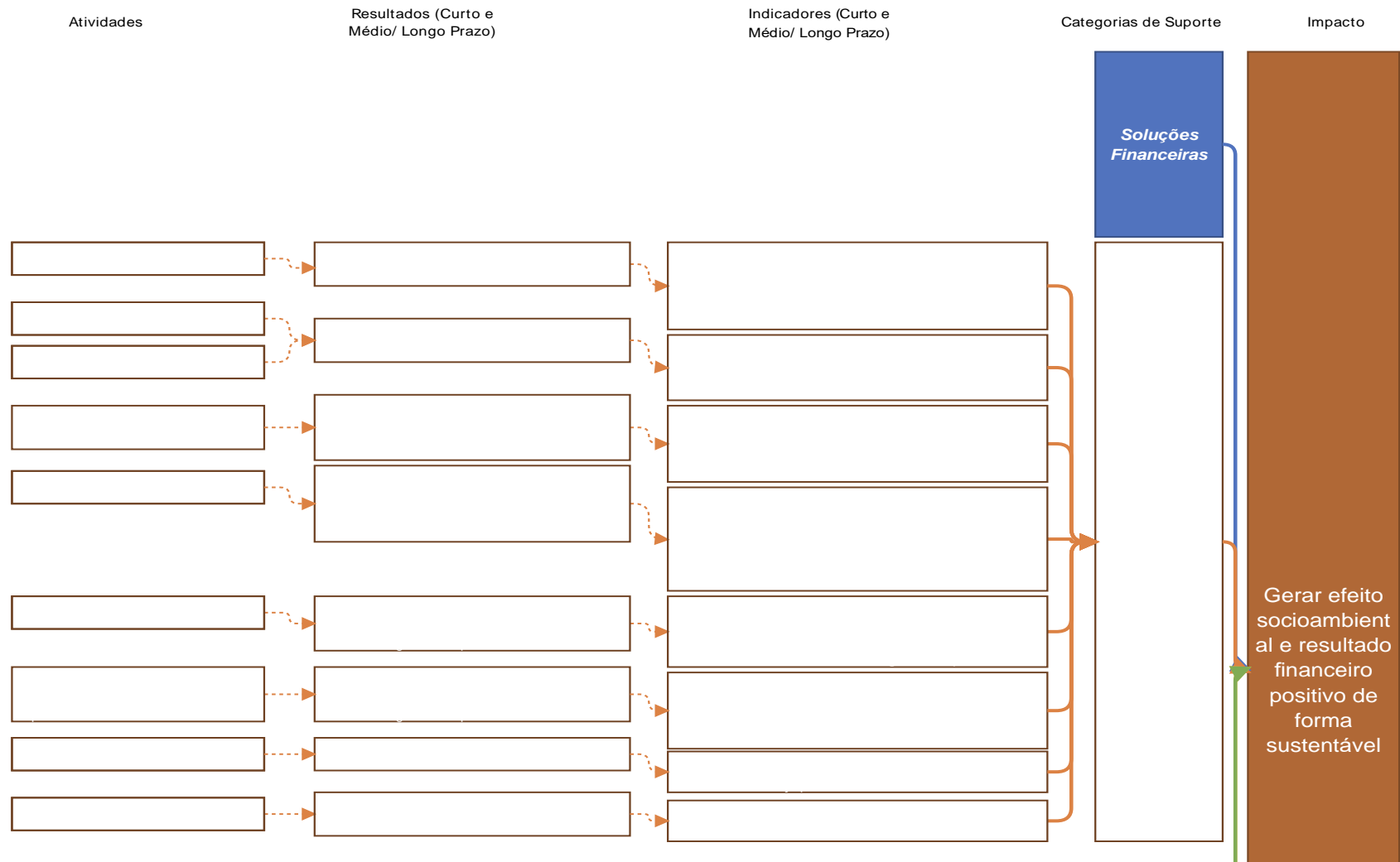


Figura 6 – Representação do Eixo 2 da Enimpecto com ênfase resultados e indicadores



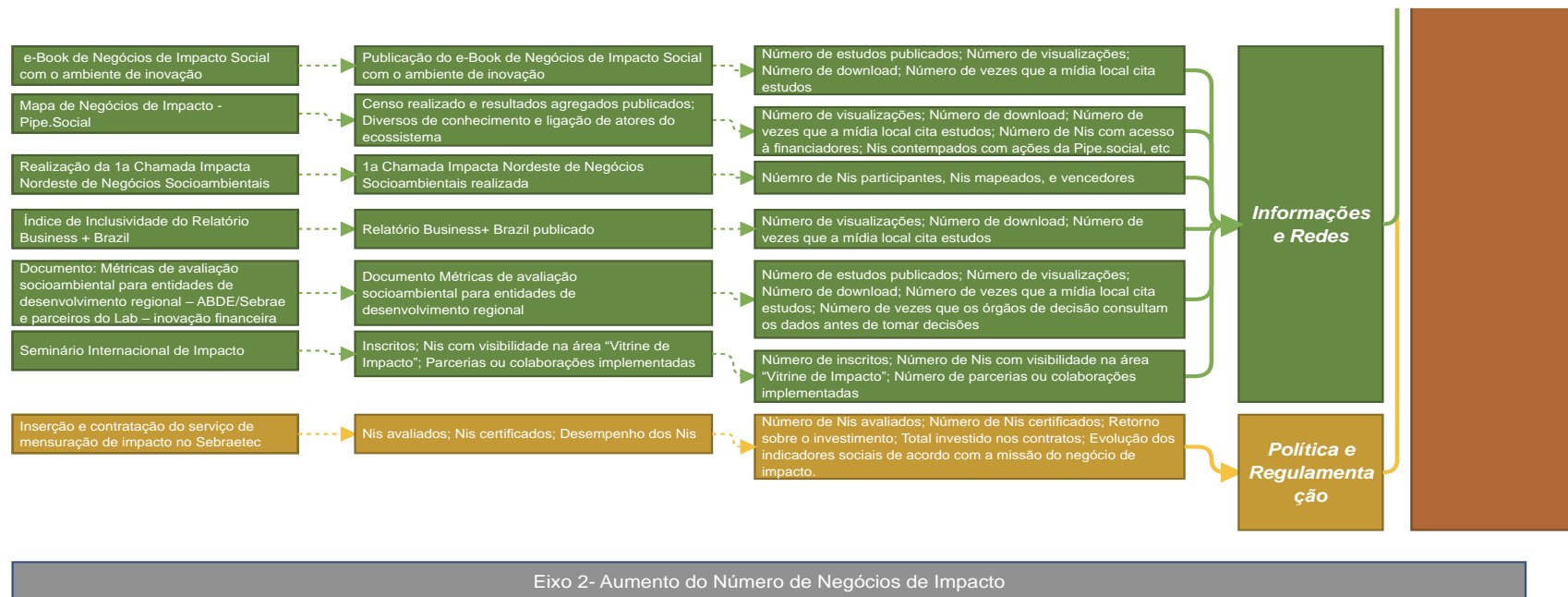
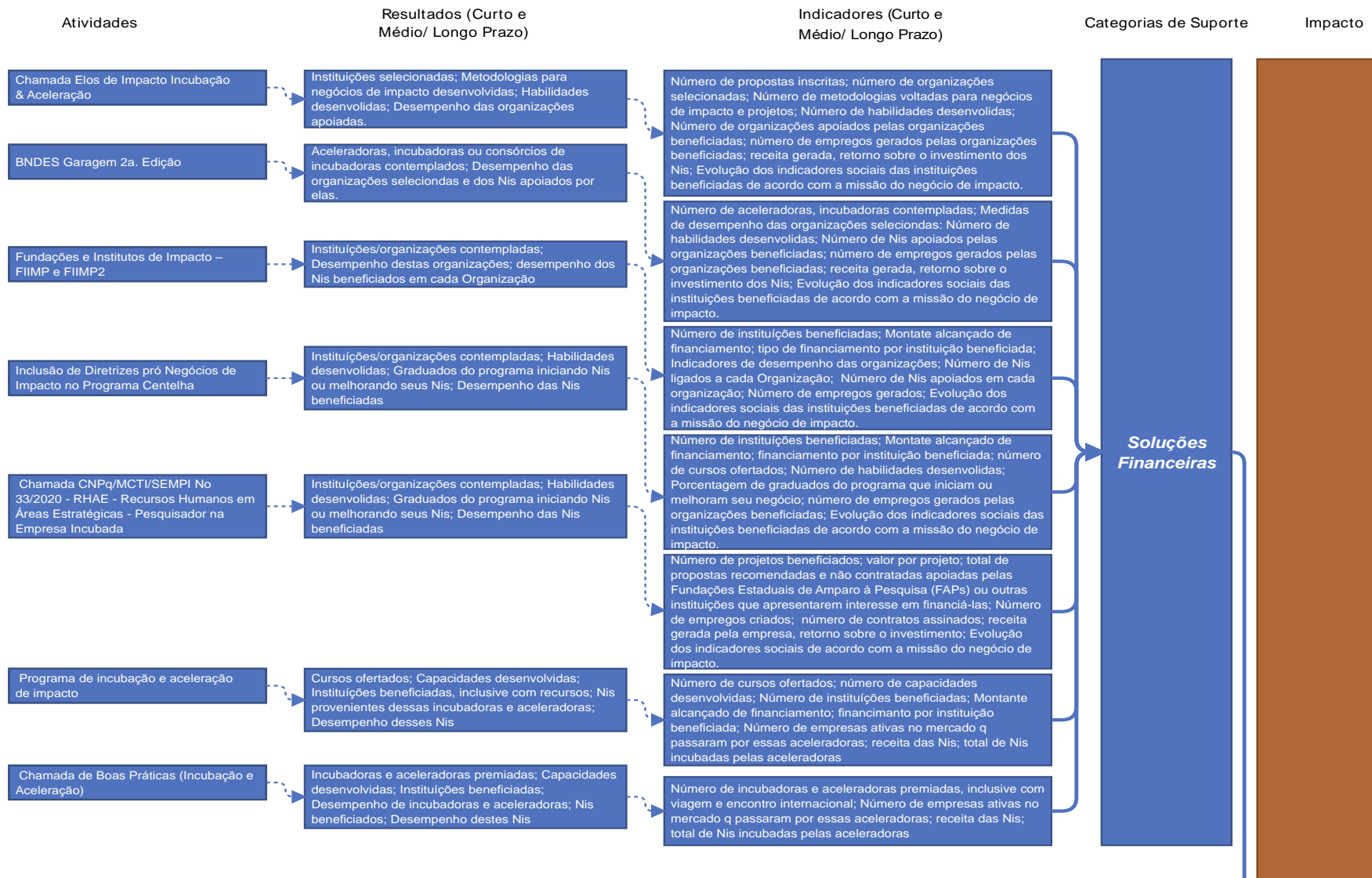
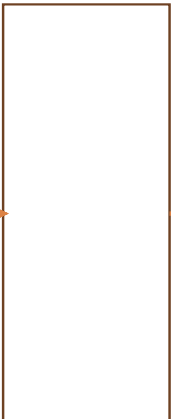
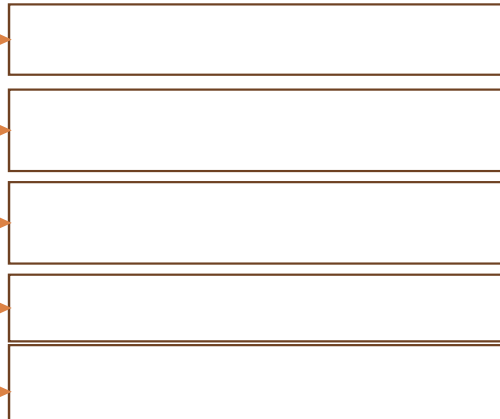
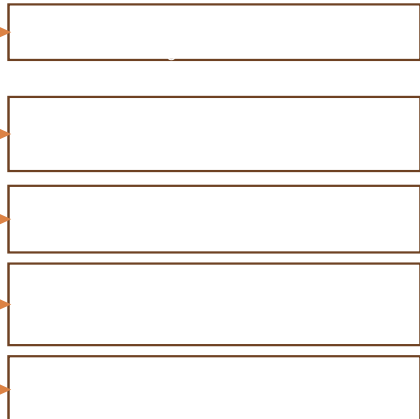
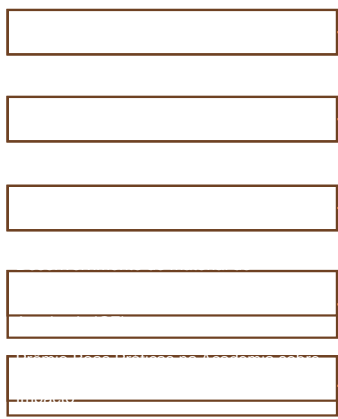


Figura 7 – Representação do Eixo 3 da Enimacto com ênfase resultados e indicadores





Mapeamento dos mecanismos de geração de empreendimentos inovadores

Estudo "Um olhar sobre a sustentabilidade financeira das organizações de apoio a empreendimentos inovadores de impacto"

Lançamento do e-book "Negócios de Impacto – como incubadoras e aceleradoras podem contribuir para a criação e o fortalecimento de negócios que oferecem soluções para problemas sociais e ambientais"

Lançamento da publicação "Olhares sobre a atuação do investimento social privado no campo de negócios de impacto"

Mapeamento dos mecanismos de geração de empreendimentos inovadores

Encontro da Rede Temática de Negócios de Impacto do GIFE

Relatório Cenários e tendências sobre o campo de negócios de impacto e intermediários frente à Covid-19

Guia 2.5

Inclusão da temática de investimento e negócios de impacto na 30a Conferência ANPROTEC

Missão Internacional ICE e Anprotec

Mapeamento publicado; Mapeamento/estudo sendo usado por todo o ecossistema para interações e decisões; Mapeamento/estudo sendo usado por todo o ecossistema para interações e decisões

Estudo publicado; evento para divulgação/lançamento do estudo; Desempenho das OIEs

Documento publicado; Visualizações; download; Uso das informações por decisores do ecossistema

Encontro realizado da RT de Negócios de Impacto Social; Informações obtidas e usadas; habilidades desenvolvidas

Relatório publicado; Uso da publicação por decisores

Guia publicado; Acordos elaborados a partir de informações do Guia

30a Conferência ANPROTEC; Participantes; habilidades desenvolvidas

Visita e o contato com os principais ecossistemas de inovação e empreendedorismo do Brasil e do mundo; Iniciativas públicas de apoio aos Nis; iniciativas nas incubadoras e aceleradoras

Número de estudos publicados; Número de visualizações; Número de download; Número de vezes que a mídia local cita estudos; Número de vezes que os órgãos de decisão consultam os dados antes de tomar decisões

Número de visualizações; Número de download; Número de vezes que a mídia local cita estudos; Número de vezes que os órgãos de decisão consultam os dados antes de tomar decisões

Número de visualizações; Número de download; Número de vezes que a mídia local cita estudos; Número de vezes que os órgãos de decisão consultam os dados antes de tomar decisões

Número de participantes; Número de habilidades desenvolvidas

Número de visualizações; Número de download; Número de vezes que a mídia local cita estudos; Número de vezes que os órgãos de decisão consultam os dados antes de tomar decisões

Número de participantes; número de habilidades desenvolvidas

Número de participantes; habilidades desenvolvidas; Número de parcerias ou colaborações implementadas

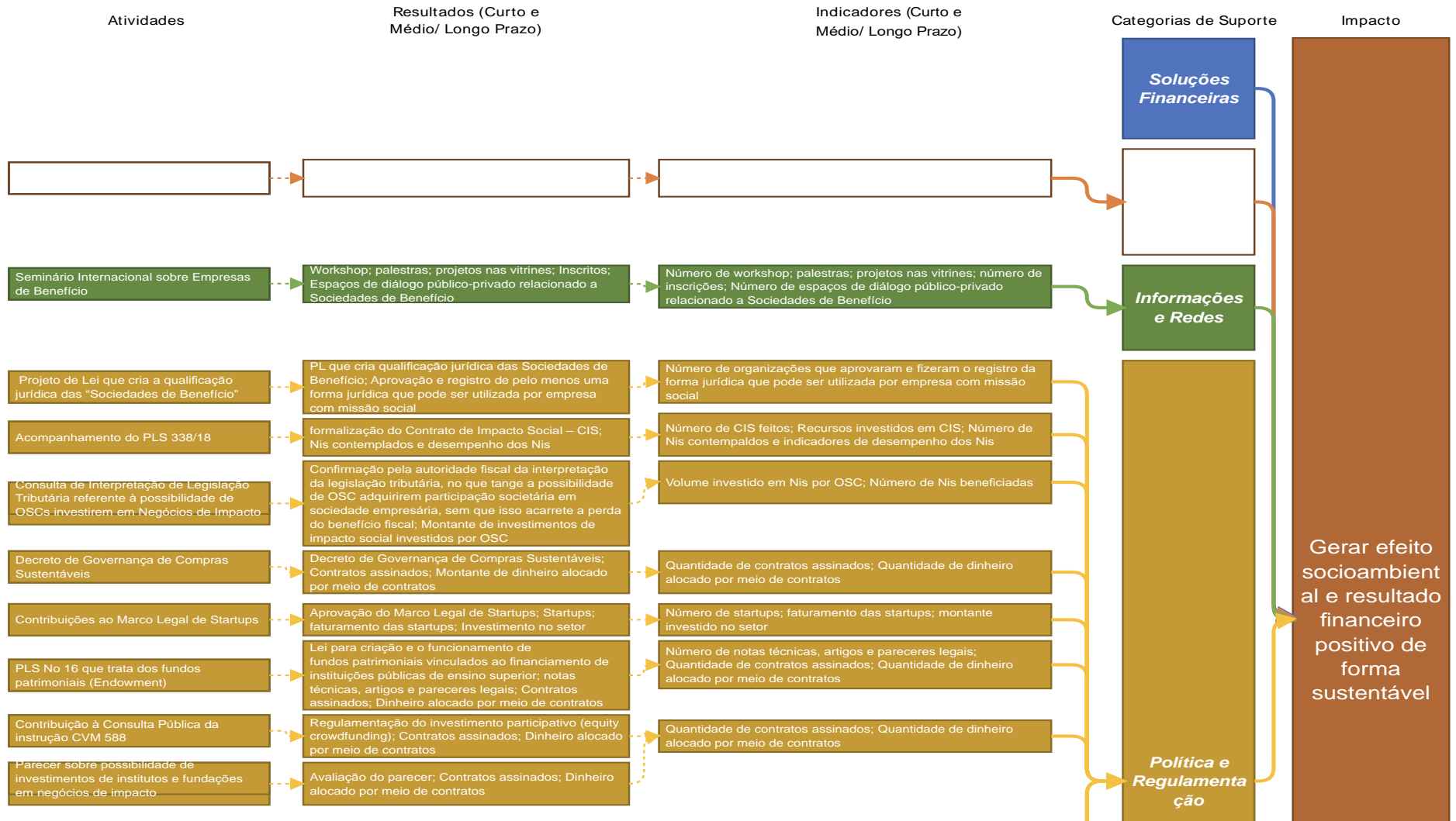
Informações e Redes

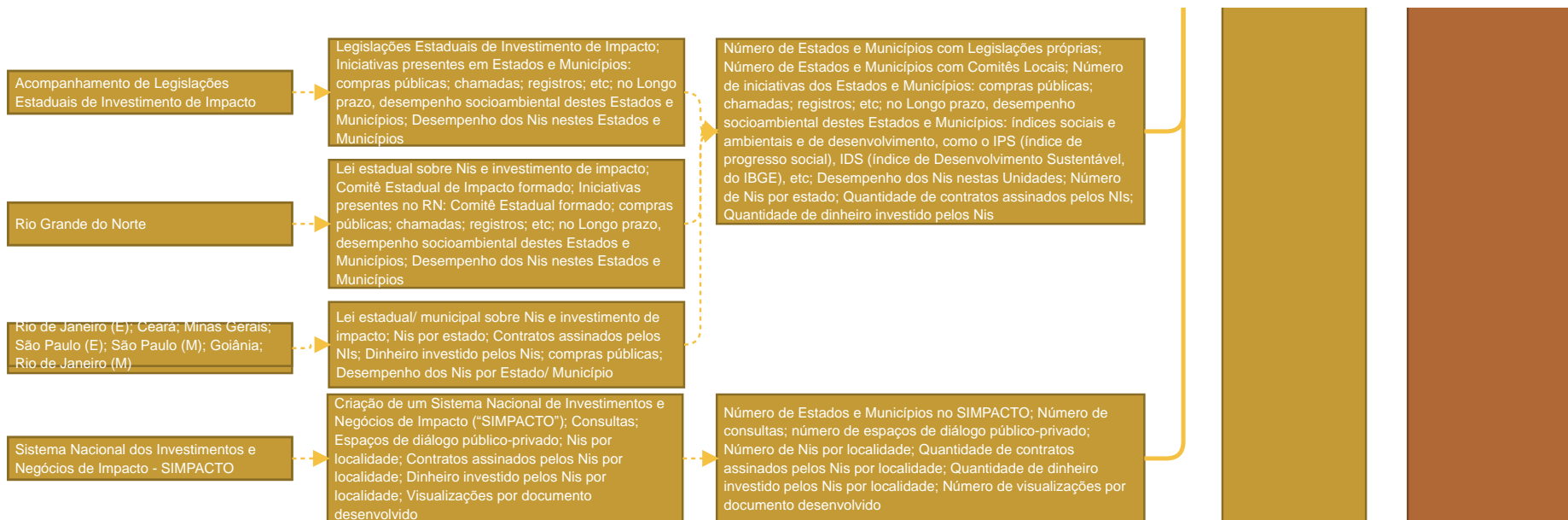
Gerar efeito socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável



Eixo 3- Fortalecimento das Organizações Intermediárias

Figura 8 – Representação do Eixo 4 da Enimpecto com ênfase resultados e indicadores





Eixo 4- Promoção de um Macroambiente Institucional e Normativo Favorável aos Investimentos e Negócios de Impacto

5. Sugestão de indicadores para acompanhamento anual pelos líderes dos GTs/Eixos da Enimpecto

A partir das sugestões levantadas nas seções anteriores e do Relatório da Enimpecto de 2021, seguem alguns indicadores a serem consideradas pelos líderes de cada GT da Enimpecto para acompanhamento e apresentação no Relatório Anual da Enimpecto. Para todos os líderes da Enimpecto, sugere-se o estabelecimento de metas anuais para cada indicador, a serem verificadas e ajustadas anualmente (quando do fechamento dos relatórios da Enimpecto), pensadas de forma a se alcançar as metas (globais) até 2027.

5.1. Eixo 1: Ampliação da oferta de capital

Além do indicador atual apresentado no Relatório de 2021, “Recursos alocados em investimentos de impacto no Brasil” (com Fonte: ANDE), uma sugestão é ter indicadores referentes aos recursos mais diretamente ligados às ações da Enimpecto, como, por exemplo, indicadores correspondentes aos:

- Volume de recursos para investimentos de impacto alocados pelo BNDES, Banco do Brasil e outros, com apoio da Enimpecto;
- Número de fundos com contratação de gestores do BNDES, Banco do Brasil e outros com apoio da Enimpecto;

Se os dados estiverem disponíveis, o total recursos do governo (referente ao macro objetivo 1) e de capital privado (macro objetivo 2) poderiam compor indicadores separados, atendendo aos dois macro objetivos.

Para atender ao macro objetivo 3 desse Eixo, seria importante ter o número de negócios de impacto a partir das compras e contratações, mesmo que estas só venham a ocorrer no futuro. Esse macro objetivo 3 – “Estimular a compra/contratação de Negócios de Impacto pelo Estado” - também poderia estar no Eixo 2 ou talvez pudesse ser alterado para algo como: “Estimular a criação de fundos de investimentos nos Estados e Municípios”.

Seria interessante ter metas anuais, mesmo que feitas com as taxas de projeções já usadas no Relatório de 2021; as metas anuais permitem um acompanhamento mais direto e ajustes mais rápidos nas metas para se alcançar a meta global de 2027.

Quadro 5 - Resumo dos indicadores atuais e sugestão de indicadores para acompanhamento anual do GT1

Macro objetivos do Eixo 1	Indicadores atuais (Relatório de 2021)	Sugestão de indicadores
1. Ampliar a disponibilidade de recursos do governo a Negócios de Impacto	1. Recursos alocados em investimentos de impacto no Brasil. (Fonte: ANDE)	1. Recursos alocados pelo Governo em investimentos de impacto no Brasil (somando as iniciativas apoiadas pela Enimpecto: BNDES, BB, etc.)
2. Atrair capital privado para Negócios de Impacto		

3. Estimular a compra/contratação de Negócios de Impacto pelo Estado		2. Recursos alocados de capital privado em investimentos de impacto no Brasil 3. Número de negócios de impacto contratados pelo Governo
--	--	--

Fonte: elaboração própria.

O GT1 estipulou como meta global do indicador atual: “R\$ 30 bilhões alocados em investimentos de impacto no Brasil até 2027 (taxa de crescimento anual 2019-2027 de 32,5% a.a., comparada a 45% a.a. no período 2015-2019; valor representa 0,5% dos ativos sob gestão em fundos mútuos no Brasil (fonte: Anbima – dado maio 2021)); Taxa de crescimento compatível com o incremento observado do número de negócios de impacto no Brasil no período 2017-21 (22% aa – Fonte: Pipe.Social)”.

Para as metas anuais, essas mesmas projeções lineares podem ser feitas e verificadas se estão de acordo com as expectativas dos líderes para os próximos anos.

5.2. Eixo 2: Aumento do Número de Negócios de Impacto

Sugere-se uma adaptação do indicador atual para:

- Número de negócios de impacto cadastrados no Mapa da Pipe.Social.

A Meta indicada no Relatório de 2021: “4.300 Negócios de impacto no Brasil em 2027” é baseada nos Mapas da Pipe.Social. Se vai se seguir de fato esta fonte, sugere-se deixar claro no indicador que o número será verificado por ela, como na sugestão do segundo indicador acima.

Outra opção de indicador semelhante:

- Número de negócios de impacto cadastrados/registrados por Estado.

Este indicador capta os levantamentos estaduais, como o que o CENIS-RN está fazendo. Esse levantamento por Estado é importante para se ter uma ideia de impacto das ações estaduais. Mesmo que estas iniciativas de cadastro nos Estados ainda estejam se iniciando, a criação do indicador permite um acompanhamento e estímulo para os registros estaduais.

Como o Sebrae é um dos principais atores do ecossistema de negócios de impacto, sugerem-se também alguns indicadores ligados às suas ações:

- Número de negócios de impacto com mentoria (ou apoiados) pelo Sebrae (soma de todos os números dos Sebraes Estaduais);
- Número de publicações com participação do Sebrae (e se tiver, acessos);
- Número de concluintes nos cursos do Sebrae;
- Número de avaliações de impacto social e ambiental de NIS pelo Sebraetec.

Ainda indicadores podem estar relacionados às iniciativas diretas apoiadas pela Enimpecto:

- Número de beneficiados pelo InoAtiva e outros programas.

Analisando-se os quatro (4) macro objetivos e os indicadores atuais, observa-se que os macro objetivos estão um pouco desconectados com o (único) indicador atual e também com os indicadores sugeridos acima: os macros-objetivos 1 e 4 ainda são contemplados no agregado; para o macro objetivo 2, poderia se pensar em algo como:

- Número de grandes empresas com contratos com os NIS e número de Governos com contratos com os NIS.

Para o macro objetivo 3: pode ser apresentada uma subdivisão do indicador atual: Número de NIS de empreendedores dos grupos considerados (mulheres, classes específicas, jovens e/ou inscritos na CADÚnico); exemplo: contemplados do CADÚnico com o Superare; contemplados no programa Quartzo, etc.

Quadro 6 - Resumo dos indicadores atuais e sugestão de indicadores para acompanhamento anual do GT2

Macro objetivos	Indicadores atuais (Relatório de 2021)	Sugestão de indicadores
1. Mapear e fortalecer processos de apoio aos empreendedores de Negócios de Impacto.	1. Número de Negócios de Impacto no Brasil. (Fonte: Pipe Social)	1. Número de negócios de impacto cadastrados no Mapa da Pipe.Social; 2. Número de negócios de impacto apoiados pelo Sebrae; 3. Número de negócios de impacto cadastrados pelos Estados com políticas de impacto; 4. Número de concluintes nos principais cursos promovidos pela Enimpecto; 5. Número de negócios de impacto avaliados pelo Sebraetec; 6. Número de acessos às publicações apoiadas pela Enimpecto.
2. Apoiar a conexão dos Negócios de Impacto com demandas da gestão pública e com cadeias de valor de grandes empresas.		
3. Ampliar a representatividade e o apoio a empreendedoras mulheres, a classes específicas (indígenas, comunidade quilombola, LGBT, pessoas com deficiência), jovens e/ou inscritos no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico).		
4. Fomentar a cultura de avaliação de impacto.		

Fonte: elaboração própria.

A meta global (até 2027) do indicador, coloca no Relatório de 2021: “4.300 Negócios de Impacto no Brasil. (A meta foi definida a partir da manutenção da projeção de crescimento de 50% a cada 2 anos – média histórica da Pipe entre os anos de 2017 e 2019.)”

As metas anuais podem seguir as projeções lineares já realizadas ou estabelecidas de acordo com as expectativas do GT para o ano seguinte. Lembra-se apenas que a meta é baseada nos Mapas da Pipe.Social que os próprios líderes consideram subdimensionados e que as iniciativas estaduais devem trazer um público mais diverso em seus cadastros.

5.3. Eixo 3: Fortalecimento das Organizações Intermediárias

Este Eixo já tem uma proposta mais completa de indicadores em relação aos demais. Indicadores atuais:

- “Número de incubadoras certificadas com CERNE” (com meta definida até 2027);
- “Número de Institutos e Fundações que investem em negócios de impacto (meta a definir)”;
- “Volume de recursos alocados por Institutos e Fundações no campo de investimentos e negócios de impacto (meta a definir)”.

Os três (3) indicadores acima estão no Relatório de 2021, sendo os dois últimos informados pelo Censo GIFE; o Relatório pode deixar claro no indicador sua Fonte. O primeiro indicador também poderia especificar as incubadoras certificadas com CERNE que atuam com negócios de impacto. Sugerem-se outras possibilidades:

- Número de organizações intermediárias beneficiadas pelo Ideiaz, BNDES Garagem; RHAe, Elos e outros programas;
- Número de professores e pesquisadores e IES cadastrados na Academia ICE;
- Número de IES no Grupo Executivo.

Os macro objetivos 1, 2 e 4 estão contemplados nos indicadores acima; apenas o “Macro 3 – Ampliar estudos e pesquisas sobre o campo dos Investimentos e Negócios de Impacto” não estaria contemplado. Fica como sugestão o deslocamento deste macro objetivo para outro GT.

Quadro 7 - Resumo dos indicadores atuais e sugestão de indicadores para acompanhamento anual do GT3

Macro objetivos	Indicadores atuais (Relatório de 2021)	Sugestão de indicadores
------------------------	---	--------------------------------

1. Mobilizar recursos para financiar o fortalecimento de organizações intermediárias.	1. Quantidade de Aceleradoras e Incubadoras Certificadas pelo CERNE. (Fonte: Anprotec); 2. Número de Institutos e Fundações que investem em Negócios de Impacto, (Fonte: GIFE); 3. Volume de recursos alocados por Institutos e Fundações no campo de Investimentos e Negócios de Impacto. (Fonte: GIFE).	Além dos 3 considerados muito representativos já, incluiria: 4. Número de organizações intermediárias beneficiadas pelos programas apoiados pela Enimpecto (Ideiaz, BNDES Garagem, RHAE, Elos e outros); 5. Número de professores e pesquisadores cadastrados na Academia ICE.
2. Fortalecer e qualificar incubadoras, aceleradoras e redes de anjos que atuem com Negócios de Impacto.		
3. Ampliar estudos e pesquisas sobre o campo dos Investimentos e Negócios de Impacto.		
4. Fortalecer programas de formação em empreendedorismo de impacto nas instituições de ensino superior.		

Fonte: elaboração própria.

No Relatório de 2021 da Enimpecto, está a meta global de um dos indicadores atuais (até 2027): “160 aceleradoras e incubadoras certificadas CERNE: 95 CERNE 1; 49 CERNE 2; 9 CERNE 3; 7 CERNE 4.” e a intenção de definição de metas para os outros dois: “Número de Institutos e Fundações que investem em negócios de impacto (meta a definir)” e “Volume de recursos alocados por Institutos e Fundações no campo de investimentos e negócios de impacto (meta a definir)”.

As metas anuais podem seguir as projeções lineares já realizadas ou estabelecidas de acordo com as expectativas do GT e das Fontes consideradas para o ano seguinte. A Anprotec tem uma meta anual de certificações?

5.4. Eixo 4: Promoção de um Macroambiente Institucional e Normativo Favorável aos Investimentos e Negócios de Impacto

Indicadores atuais:

- Quantidade de temas jurídicos que receberam pareceres ou proposições normativas elaborados pela Enimpecto (Fonte: Enimpecto);
- Políticas locais desdobradas a partir da Enimpecto. (Fonte: Enimpecto).

Sugestões:

- Número de Estados e Municípios com Políticas aprovadas;
- Número de Estados e Municípios com políticas implementadas;
- Número de Estados e Municípios participantes do SIMPACTO.

O macro objetivo 1 está contemplado pelos indicadores; os macro objetivos 2 e 3 não estão contemplados diretamente pelos indicadores. Se houver a intenção de alteração ou criação de macro objetivos, sugerem-se as seguintes perspectivas: 1) Estabelecer e gerir o SIMPACTO: me parece que várias ações serão necessárias, ao longo dos anos até 2027, para a construção e aperfeiçoamento do Sistema; 2) apesar de contemplado pelo Macro 1, talvez ficasse mais claro ter um Macro para proposição e participações em (Projetos) de Leis, decretos, regulamentações, regulações, etc.; 3) e um outro macro objetivo específico para a acompanhamento, apoio e implementação das Estratégias ou Leis Estaduais e Municipais.

Quadro 8 - Resumo dos indicadores atuais e sugestão de indicadores para acompanhamento anual do GT4

Macro-objetivos	Indicadores atuais (Relatório de 2021)	Sugestão de indicadores
1. Propor e acompanhar legislações, normas e regulamentos que resultem no fortalecimento dos Investimentos e Negócios de Impacto.	1. Quantidade de temas jurídicos que receberam pareceres ou proposições normativas elaborados pela Enimpecto. (Fonte: Enimpecto); 2. Políticas locais desdobradas a partir da Enimpecto. (Fonte: Enimpecto).	Além dos 2 atuais: 3. Número de Estados e Municípios com políticas implementadas; 4. Número de Estados e Municípios participantes do SIMPACTO.
2. Fortalecer a gestão de dados sobre Investimentos e Negócios de Impacto.		
3. Reconhecer e dar visibilidade aos Investimentos e Negócios de Impacto.		

Fonte: elaboração própria.

As metas globais dos indicadores atuais (até 2027) estão claras:

- “Estratégias subnacionais presentes nos 27 estados da federação e articuladas pelo Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Simpacto)”;
- “Proposição normativa, regulatória ou legislativa para os dez temas que necessitam de atenção jurídica no Documento-Base da Enimpecto (Instrumentos Financeiros; Imunidade tributária de Institutos e Fundações; Compras públicas; Contratos de Impacto Social; Fundos de Investimentos; Qualificação jurídica de Negócios de Impacto; Fundos de Pensão; OSCs (regime tributário); Fundos Patrimoniais; Estratégias Subnacionais/Simpacto)”.

Metas anuais podem seguir projeções lineares ou estabelecidas de acordo com as expectativas do GT para os anos seguintes.

Referências

Agapitova, Natalia, Belán Sanchez, and Elaine Tinsley. Government Support to the Social Enterprise Sector: Comparative Review of Policy Frameworks and Tools. Washington, DC: World Bank, 2017.

Agrawal, A., Hockerts, K. Impact investing: review and research agenda. *Journal of Small Business & Entrepreneurship*, DOI: 10.1080/08276331.2018.1551457, 2019.

Aliança. O Ecossistema de Investimentos e Negócios de Impacto entre 2015 e 2020: evidências e relatos sobre os avanços do campo no Brasil a partir de 15 recomendações. Aliança Pelos Investimentos e Negócios de Impacto. – São Paulo, SP: Instituto de Cidadania Empresarial, 2020.

Bager, S. L., Persson, M. U., Reis, T. N. P. Eighty-six EU policy options for reducing imported deforestation, *One Earth*, 4, 289-306, 2021.

Barki, Comini e Torres (2019). Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar. Organizadores: Edgar Barki, Graziella Maria Comini, Haroldo da Gama Torres. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

Barki, E., Campos, J. G. F., Lenz, A-K., Kimmitt, U. S., Naigeborin, V. Support for social entrepreneurs from disadvantaged areas navigating crisis: Insights from Brazil. *Journal of Business Venturing Insights*, v. 14, November, 2020.

Bozhikin, I., Macke, J., da Costa, L. F. The role of government and key non-state actors in social entrepreneurship: A systematic literature review, *Journal of Cleaner Production*, 226, 730-747, 2019.

Brettas, G. Olhares sobre a atuação do investimento social privado no campo de negócios de impacto. Coordenadores: Erika Sanchez Saez, Graziela Santiago e José Marcelo Zacchi, São Paulo: GIFE, 2018.

British Council. Social Enterprise in the UK: Developing a Thriving Social Enterprise Sector. 2015.
https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/social_enterprise_in_the_uk_final_web_spreads.pdf.

Censo GIFE 2018. Michelle Ferreti, Marina Barros; organizadora: Graziela Santiago. – São Paulo, SP: GIFE, ISBN 978-85-88462-42-7, 2019.

Choi, D., F. S. Berry, and A. Ghadimi. Policy Design and Achieving Social Outcomes: A Comparative Analysis of Social Enterprise Policy. *Public Administration Review* 80(3): 494–505, 2020.

Cooney, Kate, and Trina R. Williams Shanks. New Approaches to Old Problems: Market-Based Strategies for Poverty Alleviation. *Social Service Review* 84(1): 29–55, 2010.

Fabiani, P.; Rebehy, S.; Camelo, R.; Vicente, F.; e Mosaner, M. Avaliação de Impacto Social: metodologias e reflexões. Instituto para o desenvolvimento do investimento social. Pinheiros, São Paulo, 2018.

Fotheringham, Sarah, and Chad Saunders. Social Enterprise as Poverty Reducing Strategy for Women. *Social Enterprise Journal* 10(3): 176–99, 2014.

Gertler, P. J., Premand, P., Rawlings, L. B., Vermeersch, C. M. J. *Impact Evaluation in Practice*. The World Bank, 2011.

Gupta, P. Chauhan S., Paul, J., Jaiswal, M. P. Social entrepreneurship research: A review and future research agenda. *Journal of Business Research*, 113, 209-229, <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.03.032>, 2020.

Inspere Metricis. *Guia de Avaliação de Impacto Socioambiental para Utilização em Projetos e Investimentos de Impacto*, São Paulo, 4ª edição, 2020.

Ipea. *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1 / Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. – Brasília: Ipea, 2018.

Jackson, E. T. Interrogating the theory of change: evaluating impact investing where it matters most. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 3:2, 95-110, 2013. <https://doi.org/10.1080/20430795.2013.776257>

Ladeira, F.M.B., Machado, H.V. Social entrepreneurship: a reflection for adopting public policies that support the third sector in Brazil. *Journal of technology management & innovation*, 8, 188e196. <https://doi.org/10.4067/S0718-27242013000300017>, 2013.

Lazzarini, S. G., Barki, E. *Avaliação de impacto social, capítulo 14 In: Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar*. Organizadores: Edgar Barki, Graziella Maria Comini e Haroldo da Gama Torres. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

OECD/EU. *Boosting Social Enterprise Development: Good Practice Compendium*. Paris: OECD Publishing, 2017.

Pipe Social. *O que são negócios de impacto: características que definem empreendimentos como negócios de impacto*. Pipe Social, Instituto de Cidadania Empresarial. – São Paulo, SP: ICE, 2019.

Pipe.Social. 2º Mapa de Negócios de impacto. <https://pipe.social/pipelabo/mapa2019>, 2019.

Pipe.Social. 1º Mapa de Negócios de impacto. <https://pipe.social/MAPA2017>, 2017.

Relatório anual de atividades do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto. *Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto – Enimpacto*. Ministério da Economia, <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/inovacao/enimpacto/RelatorioAnualdeAtividades2020.pdf>, 2020.

Relatório anual de atividades do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto. *Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto – Enimpacto*. Ministério da Economia, [relatorioanualdeatividadesa_enimpactoa_2019.pdf](http://www.gov.br/relatorioanualdeatividadesa_enimpactoa_2019.pdf) (www.gov.br), 2019.

Relatório anual de atividades do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto. Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto – Enimpecto. Ministério da Economia, Relata_rio_Anuala_dea_Atividadesa_17.12.2018a_-.pdf (www.gov.br), 2018.

Rogers, P. Theory of Change, Methodological Briefs: Impact Evaluation 2, UNICEF Office of Research, Florence, 2014. Disponível em: <https://www.unicef-irc.org/publications/747-theory-of-change-methodological-briefs-impact-evaluation-no-2.html>

Terjesen, Siri, Niels Bosma, and Erik Stam. Advancing Public Policy for High Growth, Female, and Social Entrepreneurs. *Public Administration Review* 76(2): 230–39, 2016.

Van Es, M., Guijt, I., Vogel, I. Hivos ToC Guidelines: Theory of change thinking in practice – A stepwise approach, 2015. Disponível em: <https://mande.co.uk/2015/uncategorized/hivos-tocguidelines-theory-of-change-thinking-in-practice-a-stepwise-approach/>.

Vogel, I. ESPA Guide to Working with Theory of Change for Research Projects. Ecosystem Services for Alleviation of Poverty, 2012. www.espa.ac.uk/files/espa/ESPA-Theory-of-Change-Manual-FINAL.pdf.

Anexos

Anexo 1 – Descrição dos elementos da Planilha em excel com ações e iniciativas desenvolvidas até 2020

Após o levantamento inicial, pelos Relatórios e consultas na internet, das iniciativas e seus detalhamentos, foram feitas reuniões como os Grupos de Trabalho (GTs) da Enimpecto – com exceção do GT1 - para melhor compreensão dos atores envolvidos (proponentes e alvo) de cada iniciativa e identificação de possível existência de resultado e métrica para cada iniciativa.

A Planilha no Excel é a base para este documento e contém par cada uma das 129 iniciativas realizadas até 2020 pelo Comitê da Enimpecto:

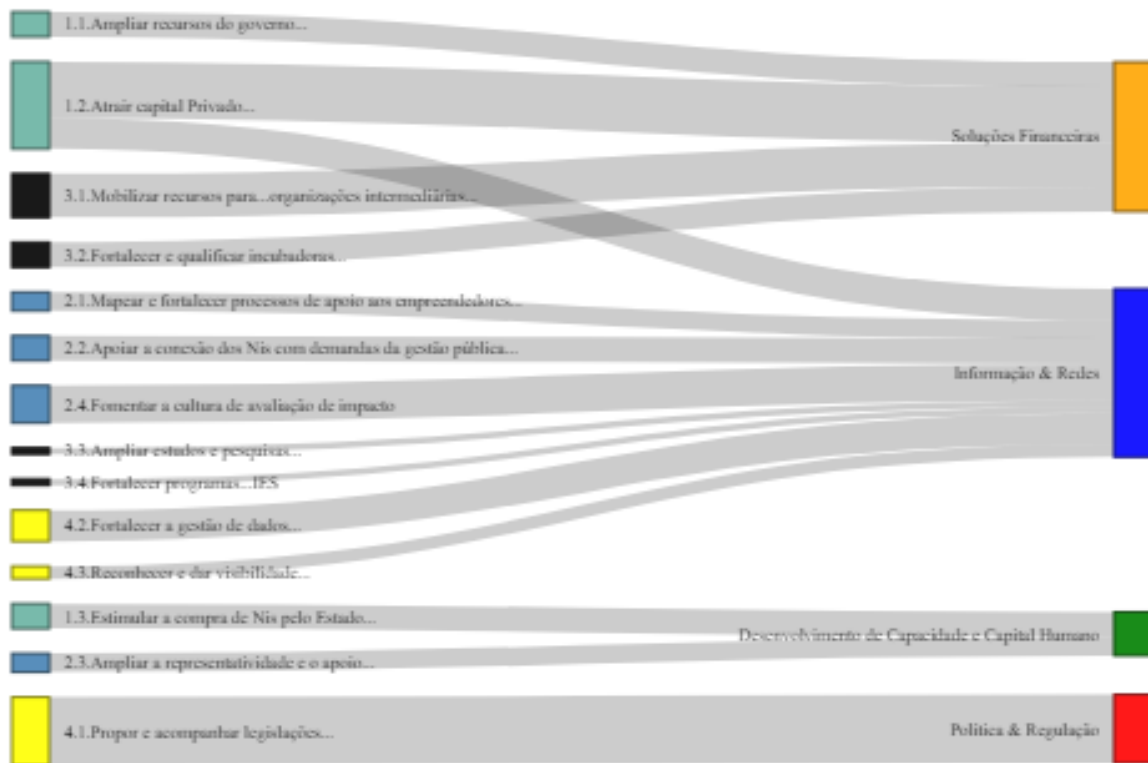
- Ação, Macro objetivo, Eixo, Status, ano (2018 a 2020);
- Grupos de Atores Proponente e Alvo;
- Alcance (nacional, regional, estadual ou municipal);
- Instrumento político de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017).
- Produto (Output), Resultado (Outcome) e Métricas de Impacto.

Anexo 2 - Quadro comparativo entre Eixos/Macro objetivos da Enimpecto e Instrumentos Políticos e Ferramentas Políticas (Policy Instrument/Policy Tools) de Agapitova, Sanchez, Tinsley (2017)

Eixo/Macro objetivo	Policy Instruments/Policy Tools
GT1/Eixo 1: Ampliação de oferta de capital	Financing Solutions
1.1 Ampliar a disponibilidade e adequação dos recursos do governo a Negócios de Impacto (investimento e/ou empréstimo)	Loans (Social Finance)
1.2 Atrair capital privado para investimento/financiamento a Negócio de Impacto	Grants
1.3 Estimular a compra/contratação de Negócios de Impacto pelo Estado	End-user subsidies Guarantee funds Social Impact Bonds Stock Exchange
GT2/Eixo 2: Aumento do número de negócios de impacto	Capacity Development and Human Capital
2.1 Mapear e fortalecer processos de apoio aos empreendedores de Negócios de Impacto	Training and skills development programs
2.2 Apoiar a conexão dos Negócios de Impacto com demandas da gestão pública e de cadeias de valor de grandes empresas	Business support
2.3 Ampliar a representatividade e o apoio a empreendedoras mulheres , a classes específicas (indígenas, comunidade quilombola, LGBT, pessoas com deficiência), jovens e/ou inscritos no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico)	Capacity building
2.4 Fomentar a cultura de avaliação de impacto	Training for public servers
GT3/Eixo 3: Fortalecimento das organizações intermediárias	Information and Networks
3.1 Mobilizar recursos para financiar o fortalecimento de organizações intermediárias	Data and research
3.2 Fortalecer e qualificar incubadoras , aceleradoras e redes de anjos que atuem com Negócios de Impacto	Developing partnerships
3.3 Ampliar estudos e pesquisas sobre o campo dos Investimentos e Negócios de Impacto	Awareness campaigns

3.4 Fortalecer programas de formação em empreendedorismo de impacto nas instituições de ensino superior	Incubators, accelerators
GT4/Eixo 4: Promoção de um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto	Policy and Regulation (P&R)
4.1 Propor e acompanhar legislações, normas e regulamentos que resultem no fortalecimento dos Investimentos e Negócios de Impacto	Tax exemptions
4.2 Fortalecer a gestão de dados sobre Investimentos e Negócios de Impacto	Accreditation schemes
4.3 Reconhecer e dar visibilidade aos Negócios de Impacto	Public procurement Legal forms Multistakeholder dialogue

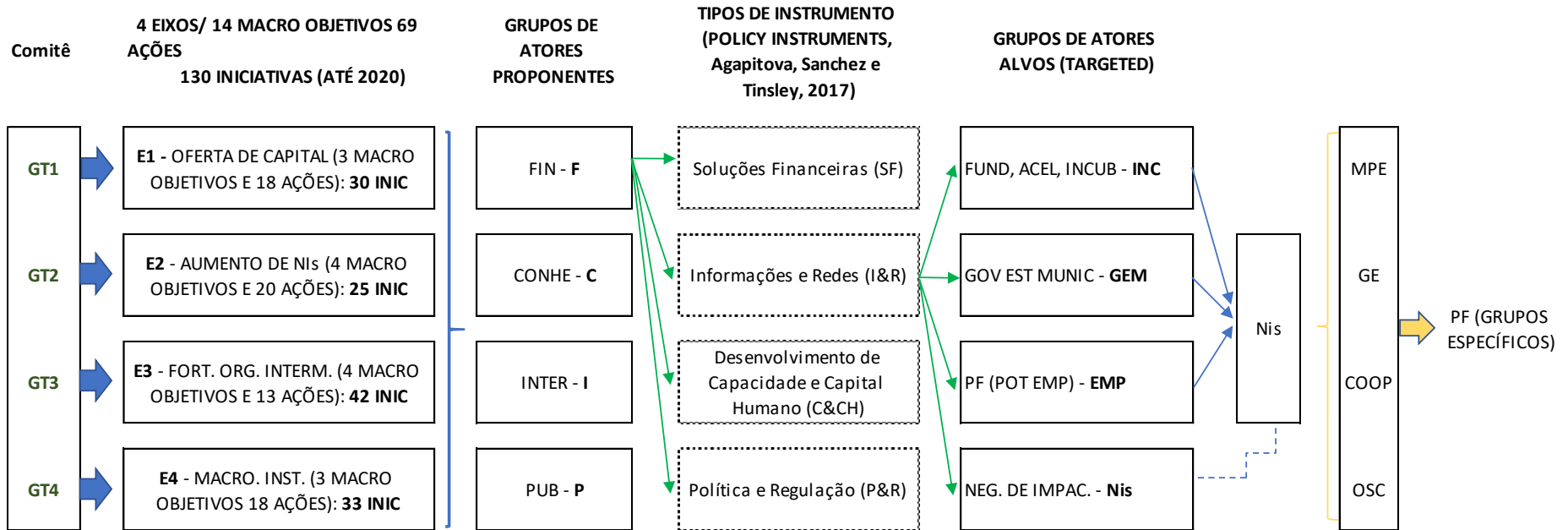
Anexo 3 - Fluxo de ações programadas da Enimpecto, de Macro objetivos para Instrumentos Políticos, sem fixação dos agrupamentos dos Macro objetivos



Fonte: a partir das ações do Relatório da Enimpecto (2020) e dos Instrumentos Políticos de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017); elaborada no software R.

Anexo 4 – Representação gráfica da Enimpecto no excel, com legenda

ENIMPACTO graphical overview



Legenda:

Atores proponentes: FIN - F: Instituições Financeiras; CONHE - C: Instituições de conhecimento; INTER - I: Organizações Intermediárias; PUB - P: Organizações públicas ou regulatórias

Atores alvos: FUND, ACEL, INCUB - INC: Fundações, Aceleradoras e Incubadoras; GOV EST MUNIC - GEM: Governos Estaduais e Municipais; PF (POT EMP) - EMP: Pessoas físicas, potenciais empreendedores; NEG DE IMPAC - Nis: Negócios de Impacto

Negócios de impacto - Nis: MPE: Micro e Pequenas Empresas; GE: Grandes Empresas; COOP: Cooperativas; OSC: Organizações da Sociedade Civil

Grupos específicos atuantes nos Nis: Pessoas Físicas (PF)

Análise 2 - Uma análise comparativa da Enimpecto às políticas de outros países

1. Introdução

Entre as justificativas para um maior desenvolvimento dos ecossistemas de negócios de impacto estão os desafios e recursos restritos de governos em atender seus cidadãos com serviços essenciais, sobretudo os mais pobres, e a capacidade das empresas sociais em atender a essa lacuna através de soluções inovadoras e, em países em desenvolvimento, para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agapitova, Sanchez e Tinsley, 2017). Estes autores ainda destacam como exemplos de racionalidade para apoio de empresas sociais em diferentes países: preencher lacuna de acesso a serviços públicos; melhorar a qualidade, disponibilidade, e equidade de provisão de serviços; aumentar a coesão social e os benefícios econômicos à nível nacional.

Como ressaltado por Berry, Ghadimi e Choi (2020), a partir de diversas referências (British Council, 2015; Cooney e Williams Shanks, 2010; Fotheringham e Saunders, 2014; Rothschild, 2009; Terjesen, Bosma, e Stam, 2016), as empresas sociais tem promovido o emprego dos com mais dificuldade de se empregar (hard-to-employ), endereçado a exclusão social, desenvolvido comunidades locais tanto pelo suporte de empreendedores locais como pela distribuição de excedentes dos fundos para as comunidades e melhorado a gestão e a participação democrática.

Ainda, as empresas sociais não apenas suprem ou complementam as atividades governamentais, provendo bens públicos e serviços através de sua atuação no mercado, como também criam valor social através de suas atividades organizacionais baseadas em suas missões sociais (OECD/EU 2017).

Os investimentos de impacto vêm se ampliando ao longo das últimas duas décadas no mundo e, mais recentemente, na última década, nos países em desenvolvimento. Em paralelo, surgiram diferentes modelos de apoio do Setor Público às empresas sociais, através de políticas nacionais, com experiências diversas de participação nos ecossistemas dos investimentos de impacto.

A expansão destes investimentos e o interesse pelos negócios de impacto socioambiental têm sido acompanhados pelo crescimento da literatura no tema, com algumas revisões, inclusive já organizadas por aspectos específicos, entre eles, o grau de maturidade das políticas nacionais, e o envolvimento do Estado e o papel do governo para os investimentos de impacto.

Destaca-se o trabalho do Banco Mundial de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017), que detalha as políticas para empresas sociais de 14 países a partir dos seguintes critérios: reconhecimento do governo em relação ao setor de empresas sociais; grau de suporte do governo às empresas sociais e seus ecossistemas; disponibilidade de organizações facilitadoras, incluindo o governo; e, por fim, como

resultado destes três, do nível de atividade das empresas sociais. A partir desses três critérios e do nível de atividade, elas classificaram as estruturas políticas nacionais em 4 categorias de maturidade: estágio inicial, emergente, crescente e madura.

Do papel do Estado como apoiador dos negócios de impacto e de seus ecossistemas, Bozhikin, Macke e da Costa (2019), segundo revisão sistemática da literatura de uma amostra final de 102 artigos, apontam para os caminhos pelos quais os governos podem implementar políticas e mecanismos regulatórios que variam de acordo com os direcionamentos gerais estabelecidos pelo Governo. Na mesma linha, Berry, Ghadimi, Choi (2020) comparam as políticas de investimento de impacto de três países com ecossistemas de investimentos de impacto dos mais desenvolvidos: Estados Unidos, Reino Unido e Coréia do Sul. Eles ressaltam que as empresas sociais destes países têm objetivos organizacionais, estruturas e resultados diferentes e condicionados pelas políticas de seus países, assim como pelos respectivos contextos sociais, culturais e históricos. Baseados na Teoria de Bozeman (Bozeman's publicness theory), os autores procuram demonstrar o papel variado que os governos podem ter em fomentar as empresas sociais e o grau de influência pública ao qual as empresas sociais podem estar sujeitas.

Neste produto, na seção 2, comparou-se a Enimpacto às políticas de alguns países selecionados dentre os quatorze (14) destacados em Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017), segundo o grau de reconhecimento do governo em relação ao setor de empresas sociais; o grau de suporte do governo às empresas sociais e seus ecossistemas; a disponibilidade de organizações facilitadoras, incluindo o governo; e do nível de atividade das empresas sociais. A partir desses critérios e do nível de atividade, as estruturas políticas nacionais do Brasil e de alguns países foram classificadas em 4 graus de maturidade (inicial, emergente, crescente e maduro).

Na seção 3, considerando Berry, Ghadimi, Choi (2020), discute-se o papel do Estado no setor, suas ferramentas políticas – incluindo a definição de formas legais e requerimentos – e como, em alguns contextos, o governo pode ser um indutor das empresas sociais e que um maior grau de influência governamental pode estar associado à geração de um valor público maior; de Defourny, Nyssens e Brolis (2021), que a partir de dados de mais de 700 empresas sociais para 43 países de todo o mundo, tem-se o agrupamento das empresas em tipos de modelos (de ecossistemas) de empresas sociais – modelos social-business, social-cooperative e entrepreneurial nonprofit -, o que permite uma reflexão sobre o desenho de políticas nacionais (ou locais) e planejamentos de ações de acordo com estes tipos de modelos.

Dentre as ferramentas de políticas públicas, dada a importância da definição de forma legal e registro das empresas sociais, na seção 4 discute-se os marcos legais adotados por quatro países: Coréia do Sul, Reino Unido - tidos como exemplo de países com estruturas políticas maduras -, Colômbia e Peru, representantes da América Latina.

Por fim, na seção 5, uma vez que alguns países em desenvolvimento estão adaptando suas políticas para considerar as empresas sociais como parte de suas estratégias para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresentou-se uma análise da literatura, ainda incipiente, sobre a relação entre negócios de impacto e ODS.

2. Grau de maturidade de políticas nacionais

Das análises comparativas de políticas de investimento de impacto de diferentes países: Santos (2018) cotejou as políticas de Portugal e Reino Unido; Berry, Ghadimi, Choi (2020) analisaram as políticas de três países com graus de influência diferentes do Estado - Coréia do Sul, Inglaterra e Estados Unidos; e Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017) apresentaram o estágio de desenvolvimento das políticas de investimento de impacto de 30 países, com maior detalhamento para 14 deles.

Santos (2018) discutiu o engajamento dos governos e a elaboração de suas políticas para empreendimento social, comparando os casos de Portugal e Reino Unido. A partir de documentos (mais de 200) dos dois países, ela construiu uma estrutura conceitual e determinou o escopo das políticas dos dois países e o grau de maturidade relativa das mesmas. Seus resultados indicam que as políticas para o empreendedorismo social abarcam 4 dimensões: decisão política (policy-making); ação governamental; legitimidade de empreendedorismo social; e sustentabilidade de empreendedorismo social. Segundo ela, a política do Reino Unido está em um estágio mais maduro, com foco em políticas públicas primárias; enquanto a de Portugal está em crescimento e direcionada para políticas públicas secundárias para o empreendimento social.

Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017), em texto do Banco Mundial, justificaram os investimentos de impacto, entre outras razões, pelas restrições de recursos dos Governos para serviços cruciais para seus cidadãos, deixando muitos, particularmente os pobres, sem serviços necessários, dificultando eventualmente a saída deles da pobreza e apontaram que as Empresas Sociais (ES) têm desenvolvido soluções inovadoras para preencher essa lacuna de serviços. As autoras destacam, contudo, que a maioria dos programas de governo para as ES é muito recente para fornecer evidências de longo prazo de impacto e num espectro maior de resultados, incluindo áreas diversas como redução da pobreza, criação e inovação de empregos. Mencionam que a agenda das ES está sendo considerada em países em desenvolvimento como parte de suas estratégias para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além de indicar o grau de desenvolvimento das políticas de 30 países, elas fazem uma análise adicional de dados secundários de 14 países selecionados e, entre seus resultados, apresentam um grau de amadurecimento das políticas por país em função de três categorias de políticas (reconhecimento das empresas sociais, suporte e condições facilitadores) e do nível de atividades das ES. Por fim, incluem quadros resumo com a descrição das estruturas das políticas destes 14 países: Reino Unido, Estados Unidos,

Coréia do Sul, Canadá, Polônia, Itália, Chile, Malásia, Tailândia, Índia, Egito, Colômbia, Quênia e África do Sul.

Assim, a classificação de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017) do grau de maturidade da política, para cada país, avalia as 3 categorias de políticas e o nível de atividades das empresas sociais:

- Grau de reconhecimento do setor de empresas sociais pelo Governo (existência de apoio legal e/ou definição operacional de ES): presença em documentos oficiais;
- Grau de suporte Governamental ao ecossistema das ES (medidas diretas e indiretas): de operação no radar do governo à suporte estratégico de longo prazo;
- Presença de facilitadores (apoioando atividades das ES, desenvolvimento de capacidade, facilitando diálogo público-privado, compartilhando informação, criando mercado, financiando, coordenando o setor das ES, etc.).

A estrutura política influencia o nível de atividade das ES refletido em termos de número de ES ativas e tamanho de suas operações. A partir destes 4 critérios acima, o trabalho do Banco Mundial classifica as políticas dos países em 4 níveis de engajamento: estágio inicial; emergindo; crescendo; madura.

Dos 14 países analisados, apenas as políticas dos países Coréia do Sul, Reino Unido e Estados Unidos foram consideradas no estágio maduro. Fazendo um recorte para a América Latina, dentre os países considerados no trabalho, o Chile aparece com estágio Crescente e a Colômbia com estágio Emergente.

O Brasil não foi analisado pelo trabalho – realizado em 2017 quando a Enimpecto ainda estava sendo criada - tendo configurado na lista de país inicial da revisão mais ampla da literatura, mas não entrando, por fim. Um exercício de enquadramento da Enimpecto nessa classificação do trabalho do Banco Mundial, colocaria suas estruturas políticas da atualidade como associadas aos seguintes níveis de engajamento: Reconhecimento – estágio inicial; Suporte – Madura; Facilitadores – Crescente; nível de atividade de ES – Emergente. Isto é, pelas descrições, o Brasil estaria num estágio Crescente, semelhante aos das estruturas políticas de Chile, Malásia, Tailândia, em 2017.

O Quadro 1 resume a análise para alguns países selecionados, os três com estruturas maduras, outros em estágio de desenvolvimento semelhante ao do Brasil, incluindo Chile e Colômbia, da América Latina.

Quadro 1 – Comparação das Estruturas políticas e do nível de atividades das empresas sociais maduras com a de Chile, Colômbia e Brasil

Países	Coréia do Sul, Reino Unido, Estados Unidos	Colômbia (e Índia, e Egito)	Chile (e Malásia e Tailândia, e outros)	Brasil
Estágio	Maduro	Emergente	Crescente	Crescente
Reconhecimento	Formas legais para ES criadas	Sem forma legal para as ES	Forma Legal criada ou em processo de criação	Em discussão
Suporte	Estratégias ou políticas nacionais para ES com amplo espectro de ferramentas e programas para apoiá-las	Política irá apoiar as ES e a inovação social; políticas disponíveis para pequenas e médias empresas	Políticas e regulações para ES	Estratégia nacional
Facilitadores	Organizações apoiadoras incluem agências públicas e formam um ecossistema conectado	Número crescente e variedade de organizações apoiando as ES	Organizações apoiadoras estão formando redes	Incluem agências públicas, ecossistema em evolução
Nível de atividade	Setor de ES extenso e organizado	Presença de ES como ONGs ou empresas em múltiplos setores ou geografias	Presença generalizada de ES com formas legais existentes como ONGs ou empresas, em múltiplos setores ou geografias	Presença em múltiplos setores

Fonte: a partir de informações de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017); para o Brasil, dados dos Relatórios da Enimpecto.

Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017) descreve que para os 3 países classificados com estrutura política emergente (Colômbia, Egito, Índia): as ES são muito ativas mas operam como ONGs, pequenas e médias empresas ou fundações, na ausência de definição legal ou até mesmo uma definição operacional comum que poderia formar a base para o diálogo político para o setor de ES, ou adotaram recentemente ações políticas como veículo para o engajamento com empreendedores sociais. Especificamente para a Colômbia: em 2010, o Governo iniciou um exercício público para construir a Política Pública Nacional de Inovação Social o que levou à criação do Centro de Inovação Social na Agência Nacional para Superar a Pobreza. Apesar desses esforços, a Política Social de Inovação não tinha sido ainda publicada (apud Vila e Melo, 2015, 9). Para os países classificados com estrutura política crescente (Canadá, Chile, Itália, Malásia, Polônia e Tailândia), informa-se que à época estes estavam integrando seus setores de ES em expansão com as agendas do alto escalão através de políticas de longo prazo, que permitem a eles consolidarem os esforços governamentais num nível estratégico e intersetorial. Especificamente para o Chile: o governo estava trabalhando na criação de uma forma legal para as Empresas de Benefício (Benefit Enterprises - nome

para as ES no Chile e EUA). Informava-se que em 26 de abril de 2016, o Ministro de Economia, Desenvolvimento e Turismo do Chile anunciou que iria enviar ao congresso um projeto de lei para desenvolver uma estrutura legal para as ES².

Por fim, Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017) contém quadros resumos por país, em Anexos, para os 14 países com análises aprofundadas que indicam iniciativas-chaves do Governo, de acordo com suas 4 categorias de instrumentos políticos (ferramentas políticas) – Política e Regulação; Desenvolvimento de Capacidade e Capital Humano (ou Infraestrutura e Capital Humano); Informação e Redes; Soluções Financeiras. Para uma comparação maior entre países em estágios semelhantes de desenvolvimento e os três países com políticas consideradas maduras, a partir destes quadros resumo por país, elaborou-se o Quadro 2 contemplando os dois países da América Latina (Colômbia, Chile), alguns outros países em desenvolvimento (Índia, Malásia, Tailândia) e os três países com estrutura política considerada madura (Coréia do Sul Reino Unido e Estados Unidos).

A descrição é baseada em informações até 2017, quando, por exemplo, o Brasil ainda não tinha uma política nacional estabelecida para negócios de impacto. Para a Coréia do Sul, por exemplo, uma descrição atualizada de suas principais políticas está disponível em Choi, Park e Lee (2021) que avaliaram de forma qualitativa a destaca política Village Company Promotion Program (VCPP), operada pelo Ministério de Administração Pública e Seguridade (Ministry of Public and Security (MoPAS) do país a mais de uma década (iniciado em 2010), já tendo beneficiado mais de 1800 empresas que foram designadas como “village companies” – definida como empresa localmente enraizada criada e gerida por residentes locais; e das quais se espera que mobilize bens e recursos locais para gerar a renda necessária às causas comunitárias - e que, portanto, receberam subsídios nacionais e suporte³.

Pelas informações do Quadro 2, o grau de maturidade parece estar sendo diretamente influenciado pela categoria da Regulação, mais especificamente pela definição de forma legal das empresas sociais. Nas demais categorias, todos os países têm praticamente programas de financiamento, iniciativas de infraestrutura e capital humano e de informações e redes, sendo necessário, para uma comparação mais adequada, a verificação da intensidade destas, do volume de recursos, por exemplo, das iniciativas de financiamento e da quantidade de negócios de impacto contemplados; da quantidade de pessoas beneficiadas com formação; e de um maior detalhamento das

² Porém, uma consulta ao site da Câmara do Chile agora em agosto de 2021 indicou que a lei ainda não foi aprovada. <https://www.camara.cl/legislacion/ProyectosDeLey/tramitacion.aspx?prmID=11789>

³ Para uma panorama atual de ecossistemas de empresas sociais, por país, estão disponíveis relatórios do British Council para a Malásia (The State of Social Enterprise in Malaysia, de 2018), para a Tailândia (The State of Social Enterprise in Thailand, de 2020); ainda para a Tailândia, o artigo de Doherty e Kittipanya-Ngam (2021) apresenta uma descrição do desenvolvimento da empresa social na Tailândia, com uma timeline das políticas de desenvolvimento social, de 2007 a 2019.

iniciativas de informação, como o uso das redes criadas pelos países, atores envolvidos, etc.

Nas seções seguintes deste relatório, foca-se no papel do Governo no apoio aos ecossistemas dos negócios de impacto (seção 3) e, mais especificamente, nas formas legais e de registos destes negócios/ empresas sociais de alguns países de interesse (seção 4).

Quadro 2 - Comparativo de iniciativas-chaves do Governo no ecossistema de empresas sociais, de países selecionados, segundo as categorias de ferramentas políticas de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017)

Países com Estrutura Emergente	Iniciativas-chave do Governo no ecossistema			
	Regulação	Financiamento	Infraestrutura e Capital humano	Informações e Redes
Colômbia	Sem forma legal criada (regulação criada em 1994 para ES públicas, não aplicável para entidades privadas)	Grant: Colciencias (Grant competitons); Fundos: Emprender Fund, Fundos geridos pelo SENA	Capital humano: Empreendedores jovens em áreas rurais (SENA); Infraestrutura: Programa para fortalecimento de SMEs (SENA)	Redes: National Node of Social Innovation, Rede de nós regionais para a Inovação Social
Índia	Sem forma legal criada (80% ES são registradas como Private Limited Companies)	Fundos: Samridhi Fund, Maharashtra State Social Venture Fund, India Inclusive Innovation Fund, Venture Capital Fund for Scheduled Castes, Crédito: Credit Enhancement Guarantee Scheme for Scheduled Classes.	Não havia programas específicos para empresas sociais com suporte do Governo (*em 2017)	Portal: India Innovation Portal
Países com Estrutura Crescente	Iniciativas-chave do Governo no ecossistema			
	Regulação	Financiamento	Infraestrutura e Capital humano	Informações e Redes
Chile	Projeto de Lei para criar a estrutura legal de empresas sociais em desenvolvimento (*ainda no congresso em 2021)	Programa de Inovação Social; Fundos para competição: Más por Chile, Chile para todos y todas 2015, Fundos: Incubia Fund, Senadis Fund	Subsídio para apoiar startups de inovação social (Seed Subsidy for Flexible Assignment)	Semana da Inovação Social
Malásia	Definição operacional, mas sem forma legal criada	Criação do: Social Entrepreneurship Unit at MaGIC; CRADLE; Mavcap – Venture Capital	Social Enterprise Track; Social Enterprise learning sessions	Global Social Business Summit 2013; Sehati Fest; SE Bootcamp; SE Community Outreach; MaGIC Amplify Awards; Social Enterprise National Survey (*em desenvolvimento em 2017)

Tailândia	Definição operacional, mas sem forma legal criada	Village Fund Program; Stock Exchange of Thailand	Programa: Skills for Social Entrepreneurs SfSE programme; A Socially Enterprising University	The Social Enterprise Awards; Social Enterprise Talk; Social Change Film Festival; Social Enterprise Catalogue
Brasil (em 2020)	Definição operacional, mas sem forma legal criada (*Forma legal em discussão em 2021)	Diversos programas de Fundos e Grants	Capital Humano: cursos Sebrae, etc.	Redes: Aliança, Pipe, *sites Enimpecto em desenvolvimento, SIMPACTO em desenvolvimento. Prêmios.
Países com Estrutura Madura	Iniciativas-chave do Governo no ecossistema			
	Regulação	Financiamento	Infraestrutura e Capital humano	Informações e Redes
Coréia do Sul	Forma legal: cooperativas, corporações públicas, organizações não lucrativas, corporações de bem-estar social Certificação (pelo Ministério de Emprego e Trabalho) das empresas sociais – benefícios: preferência em compras públicas, subsídio, redução de imposto e auxílio da previdência social.	Empréstimos (Smile Microcredit Loans), Empréstimos com taxas de juros baixas para pequenas empresas, fundo de crédito garantido (KODIT).	Promoção de empresas sociais inovadoras; Social Venture Competition; Academia para empresa social; Consultoria para desenvolvimento de gestão e mercado para ES; Educação de compras públicas e workshop; Seoul Creative Lab; Programa de Empreendimento para Jovens (Young Enterprise Program); Small and Medium Business Corporation.	Centro de Economia Social de Seul; Relatórios sobre medidas e avaliações de ES; Sistema integrado de informação (*em desenvolvimento, em 2017); Semana da ES.
Reino Unido	Forma legal: Community Interest Company criada em 2005; Isenção de imposto de investimento social.	Central de Financiamento (Funding Central); Big Societal Capital; Diversos Fundos: Big Lottery Fund; Social Outcomes Fund; Commissioning Better Outcomes Fund; Investment and Contract Readiness Fund.	Fundo para Incubadoras Sociais; Treinamento para Compras públicas de valor social; Aulas de Habilidades comerciais para entrega de serviços públicos; Programa de treinamento para caridade; Treinamento para o	Prêmios, competições: Civil Society Red Tape Challenge 2012; Dame Mary Marsh Review of Skills & Leadership in the voluntary, Community and Social Enterprise Sector; Social Value Awards; Transforming local infrastructure awards.

Estados Unidos		setor público (Public sector mutual training).	Redes: Social Investment Research Council; Contracts Finders.
	<p>Forma legal: depende do Estado: Benefit Corporations, LC3, Social Purpose Corporations;</p> <p>Programa: Related Investments;</p> <p>Novo guia em Investimentos alvo pelos Fundos de Pensão.</p>	<p>Fundos: Social Innovation Fund; Invest in Innovation Fund (Department of Education); Impact Investment Fund;</p> <p>Programa de Grant: Pay for Success Grant Program.</p>	<p>Capital humano: Partnering to Accelerate Entrepreneurship Initiative; Development Innovation Ventures; The Accelerating Market-Driven Partnerships.</p> <p>Redes: United We Serve; Community Solutions Tour;</p> <p>Prêmios e competições: Prizes and Challenges through Challenge.gov</p>

Fonte: elaborado a partir de Agapitova Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017) e informações do Relatório da Enimacto para o Brasil.

3. Papel do governo no apoio aos negócios de impacto

Apesar do desenvolvimento recente da área de Investimentos de Impacto das últimas duas décadas e nos últimos 10 anos em países em desenvolvimento, já se tem algumas revisões da literatura sobre o tema. Gupta et al. (2020), uma das mais recentes, procuraram abarcar outras revisões da literatura envolvendo Empresas Sociais (ES) em temas específicos, publicadas na última década. Eles classificam a literatura – revisão sistemática de 188 artigos de 2007 a 2018 – por tipo de metodologia de pesquisa, por periódicos, e em temas (5), subtemas e subtemas dos subtemas. Um dos temas é o “Desafios enfrentados por empreendedores sociais”, que inclui os subtemas “Papel do Governo” e “Outros Desafios”, os quais, por sua vez, incluem os seguintes subtemas dos subtemas: Capacidade Financeiras das Empresas Sociais (ES), Suporte do Governo, Política Pública, Regulações Governamentais.

Em outra revisão da literatura sobre os Investimentos de Impacto, Agrawal e Hockerts (2019) analisaram 85 artigos e relatórios e entre suas contribuições destacam: a evolução do campo, indicando mais artigos aplicados recentemente; caracterização do campo de investimentos de impacto em 6 categorias, incluindo uma que é o Papel do Governo; ainda mostraram que a maioria dos estudos tem sido exploratória, com apenas alguns estudos confirmatórios mais recentes.

Com foco no papel do Governo, Bozhikin, Macke e da Costa (2019) elaboraram uma revisão sistemática da literatura a partir de uma amostra final de 102 artigos (nenhum para o Brasil). Eles pesquisaram os caminhos pelos quais os governos podem implementar políticas e mecanismos regulatórios para apoiar as Empresas Sociais (ES) diretamente ou como um todo, ou indiretamente, através de estímulos aos empreendedores sociais, às ES, e aos atores não governamentais da rede das ES. Citam artigos que analisaram o papel do governo na Coreia (Kim et al., 2014); no Reino Unido e Dinamarca (Ladeira e Machado, 2013); para países da União Europeia - Bélgica, Dinamarca, França, Itália, Polônia, Suécia (Defourny and Nyssens, 2008) -, para a China (Wu et al., 2017), etc. Uma síntese de suas análises: há diferentes mecanismos regulatórios aplicados por governos no campo das ES; o nível de intervenção do governo varia de acordo com direcionamentos adotados por Governos para apoio das ES. Entre os mecanismos observados nos estudos revisados por eles: subsídios, fundos e grants, legislação (leis, decretos e diretivas), programas públicos voluntários, tarifas e parcerias público-privadas; outros menos citados: contratos ou vouchers para social ventures, endorsing statements, websites e campanhas de mídia, compras públicas verde/sustentável, tarifas e outros recursos (terra, equipamento, habilidades profissionais).

Através de análise descritiva (agregação dos artigos por perspectivas diferentes como tempo, periódicos, metodologias, área, escopo regional) e de conteúdo dos 102 artigos (mais citados entre 2001 e 2018), seus resultados mostraram que há pelo menos 6 níveis de intervenção governamental para facilitar o desenvolvimento de empreendedorismo social; também identificaram 4 direções tomadas pelos governos

para o suporte do empreendedorismo social; e 11 mecanismos regulatórios. O Quadro 3 mostra estes 6 níveis de intervenção governamental e os 11 mecanismos regulatórios.

Quadro 3 - Níveis de intervenção governamental, direções e mecanismos regulatórios, de acordo com a literatura revisada por Bozhikin et al. (2019)

Nível de intervenção governamental (por ordem de citações)	Mecanismos regulatórios (por ordem de citações)
1. Governo do país 2. Governo local/municipal 3. Organização governamental (p.e., universidades e hospitais) 4. Governo regional 5. Agência governamental 6. Organização supranacional (EU, UM, OEDC)	1. Subsídios/fundos/grants 2. Legislação (leis, decretos e diretriz) 3. Programas públicos de voluntários 4. Impostos 5. Parcerias público-privadas (PPPs) 6. Contratos ou vouchers para social ventures 7. Compras públicas 8. Websites e campanhas de mídia 9. Compras públicas verdes/sustentáveis 10. Taxas 11. Outros recursos (terra, equipamentos, habilidades profissionais)

Fonte: elaborado a partir de Bozhikin et al. (2019)

Bozhikin et al. (2019) apontam uma sequência do papel dos governos para as empresas sociais, de acordo com a literatura revisada por eles:

- 1º: os governos criam uma estrutura legal e padrões para que as organizações de empreendedorismo social possam funcionar apropriadamente; estas organizações vão atuar num melhor ambiente e serão facilmente distinguidas das empresas convencionais (focadas no lucro);
- 2º: os governos fornecem suporte financeiro para empreendedores sociais e organizações de empreendimentos sociais; este suporte pode ser na forma de subsídios (para períodos de até 4 anos), fundos para o bem-estar ou para a proteção ambiental, grants nacionais ou municipais e escolares, vouchers para compras verdes; suporte financeiro, especialmente os subsídios, devem ser garantidos por um período máximo de 3 a 4 anos; Incentivos fiscais (redução de impostos específicos e taxas para empresas sociais) e o fornecimento de outros recursos (terra, equipamento, habilidades profissionais) também podem facilitar a participação de empresas sociais;
- 3º: os governos criam parceiras público-privadas com empreendedores sociais e organizações de empreendedorismo social: empreendedores sociais podem

endereçar questões sociais e ambientais mais efetivamente em alguns contextos em parcerias com o governo;

- 4º: o governo realiza compras públicas, campanhas de mídia, registros para empresas sociais e selos (labels), para distinguir os produtos e serviços das empresas sociais; o ensino e o treinamento de empreendedores sociais e seus trabalhadores também pode ser uma prioridade de governos, especialmente de universidades públicas e organizações educacionais.

Berry, Ghadimi, Choi (2020) comparam as políticas de investimento de impacto de três países com ecossistemas de investimentos de impacto dos mais desenvolvidos: Estados Unidos, Reino Unido e Coréia do Sul. Eles ressaltam que as empresas sociais destes países têm objetivos organizacionais, estruturas e resultados diferentes e condicionados pelas políticas de seus países, assim como pelos respectivos contextos sociais, culturais e históricos. Em alguns países, há um contexto em que o ecossistema das empresas sociais é bem estabelecido e baseado na oferta e demanda, sem a necessidade de maior envolvimento do Governo, como nos Estados Unidos. Baseados na Teoria de Bozeman (Bozeman's publicness theory), os autores procuram demonstrar o papel variado que os governos podem ter em fomentar as empresas sociais e o grau de influência pública ao qual as empresas sociais podem estar sujeitas ("organizational publicness") a partir de três dimensões: propriedade (pública, privada ou sem fins lucrativos), financiamento (grants governamentais versus pagamento direto pelo consumidor) e controle (força política ou de mercado). Para as empresas sociais, estas três dimensões podem, segundo eles, ser capturadas por: definições legais que permitem específicas formas legais para empresas sociais (dimensão da propriedade), alocação de fundos governamentais ou de investimentos de mercado (dimensão de financiamento), e instituições políticas e legais com influência sobre o controle das empresas sociais (incluindo a certificação). Eles argumentam que estas dimensões podem ser estimadas para qualquer país ou jurisdição para se verificar como a atividade governamental apoia as empresas sociais. Os autores não demonstram a relação entre a influência do governo e a criação de valor pelas empresas sociais, mas partem do princípio que, no desequilíbrio entre oferta e demanda por empresas sociais, os governos podem usar ferramentas políticas – como definição de formas legais e requerimentos, subsídios governamentais, compras públicas, contratos de prestação de serviços – para alavancar uma das três dimensões dirigindo as empresas sociais para resultados sociais ao invés de lucros econômicos. Ainda, que as empresas sociais sob maior influência governamental (higher publicness) têm maior probabilidade em gerar valor público. A partir da descrição e comparação destas dimensões para os três países em análise, concluem que há um maior grau de influência do governo na Coréia do Sul, seguido pelo Reino Unido e Estados Unidos cuja política é, portanto, mais mercado orientada.

Em trabalho recente, procurando confirmar diversos modelos teóricos, Defourny, Nyssens e Brolis (2021) testaram a existência de tipos de modelos de empresas sociais adotados por diferentes países, a partir de uma survey e elaboração

de base de dados de 721 empresas sociais em 43 países. Foi utilizada análise multifatorial com cluster hierárquico para agrupar os países em tipos de modelos, sendo identificados grupos de países com ecossistemas correspondentes à três modelos distintos – da tipologia de modelos de empresas sociais desenvolvida em artigo anterior de Defourny e Nyssens (2017) e relacionada com outras tipologias de outras referências citadas por eles -, quais sejam: modelo de negócio social (**social-business model**); modelo de cooperativa social (**social-cooperative model**); e o modelo de empreendimentos não lucrativos (**entrepreneurial nonprofit model**). Eles consideraram três direcionadores maiores ou princípios de interesse das empresas sociais: interesse em capital (capital interest - CI), interesse mútuo (mutual interest – MI), interesse geral (general interest – GI), representando-os por vértices de um triângulo, permitindo combinações dos princípios ao longo dos lados do triângulo (Figura 1).

Figura 1 – Lógica Institucional e modelos resultantes de Empresas Sociais

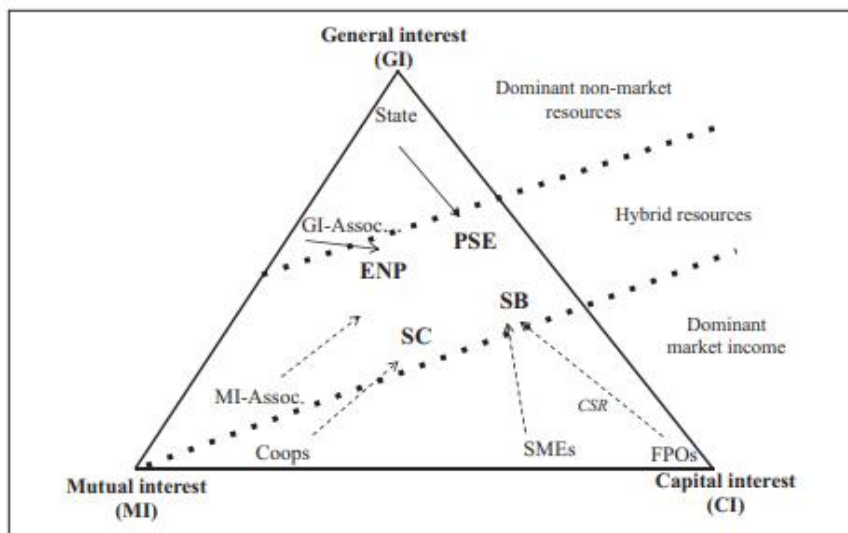


Figure 1. Institutional logics and resulting SE models.

Source: Defourny and Nyssens (2017).

Note. SE = social enterprise; ENP = entrepreneurial nonprofit; PSE = public-sector social-enterprise; SC = sociadell-cooperative; SB = social business; CSR = corporate social responsibility; SME = small and medium enterprises; FPO = for-profit organization.

Fonte: Defourny, Nyssens e Brolis (2021)

Exemplificando: as cooperativas e associações tradicionais, por exemplo, que buscam o interesse de seus membros estão localizadas no ângulo do interesse mútuo; em contraste, as associações voluntárias ou de caridade que buscam um benefício público são localizadas próximas ao ângulo de interesse geral, mas não estarão no vértice em si já que o interesse geral delas (a comunidade que elas servem) não é usualmente amplo como as servidas pelo Estado; por fim, as empresas com acionistas estão no vértice de interesse em capital, mas com o desenvolvimento de estratégias de responsabilidade corporativa elas podem se mover no lado do triângulo. No triângulo deles também há a representação de duas linhas pontilhadas para levar em consideração várias combinações de tipos de recursos (renda proveniente de mercado,

grants públicos, recursos filantrópicos). Com base nesses elementos o modelo procura mostrar como várias lógicas institucionais para as economias como um todo podem gerar modelos para as empresas sociais. Eles consideram que os modelos para as empresas sociais emergem de seis modelos tradicionais através de duas lógicas institucionais distintas de geração de empresas sociais (de organizações não lucrativas ou públicas experimentando um movimento em direção ao mercado ou de cooperativas convencionais e associações de interesse mútuo em direção a uma orientação maior de interesse geral).

Deste contexto teórico, Defourny, Nyssens e Brolis (2021) descrevem as 721 empresas sociais ao longo de cinco principais dimensões: (a) identidade geral (forma legal, origem e acreditação); (b) missão social (natureza da missão, relação com a atividade econômica principal da ES, preço do bem e do serviço oferecido e tipo de inovação); (c) composição da força de trabalho (trabalhadores e voluntários); (d) estrutura financeira em geral e, mais precisamente, as combinações entre os vários tipos de recursos; e (e) estrutura de governança e regras para a alocação de lucro excedente. A partir de 141 variáveis (qualitativas e quantitativas), eles fizeram uma análise fatorial múltipla (MFA) e chegaram a seis fatores. Seguindo a análise hierárquica de cluster (HCA), terminaram com 7 clusters. Estes 7 clusters são descritos em detalhe, e representados em uma Tabela do referido artigo, por várias dimensões.

Os resultados indicaram dois clusters (Clusters 2 e 3 no trabalho) seguindo o Modelo de cooperativa-social (***Social-Coopertative SE Model***), com grande proporção das organizações tendo adotado a forma legal de cooperativa, apesar da existência de outras formas legais (como as “general-interest cooperative Society na França e as empresas sociais da Coréia do Sul). Este modelo de cooperativa-social pode ser analisado como resultado de um movimento de organizações de interesse mútuo (MI) em direção a um comportamento com maior importância para o interesse geral (GI), incluindo, em alguns contextos, o apoio de movimentos sociais para o desenvolvimento de um ecossistema de apoio (com a criação de nova forma legal, promoção ao acesso de contratos públicos, etc., como aconteceu com as cooperativas sociais da Itália. Das organizações nestes dois clusters, 2/3 foram identificadas como missão-centradas (“mission-centric”) - atividades com objetivos sociais como criar trabalho para desempregados, renda para pessoas pobres, o desenvolvimento da comunidade, questões ecológicas, etc e 1/4 com atividades missão-relacionadas (“mission-related”). Outra característica das organizações desses Clusters é uma forte ênfase no interesse geral (GI) o que pode levar a estruturas governamentais envolvendo outros stakeholders além dos membros das organizações e uma governança democrática; outro aspecto é a alocação limitada de lucros e dividendos.

Cluster 1 foi identificado como agregando organizações que combinam uma orientação forte de mercado à uma missão social, denominado assim de modelo de negócio-social (***“social-business” model***): de forma semelhante ao modelo de cooperativa-social, com atividades e missões diversas, a maioria com venda de produtos e serviços a preços de mercado, e operarem com trabalhadores pagos, sem quase

dependem de trabalho voluntário. Principais diferenças: o modelo de negócio-social geralmente é iniciado por uma pessoa, geralmente com a adoção de forma legal de sociedade limitada ou propriedade individual (MEI ou Eireli?); elas são geralmente mais missão-relacionadas (“mission-related”), ofertando bens e serviços para uma população maior que os grupos com missão social (grupo do tipo cooperativas); e geralmente são geridas por proprietários ou quadros societários; não têm regras limitando a distribuição de lucros; podem buscar uma forma legal ou acreditação, mas sem imposição de distribuição de lucros, apesar de ser uma prática comum delas o reinvestimento na empresa social de pelo menos parte de seus lucros. Os autores colocam que os dados das organizações desse cluster indicaram um perfil um pouco diferente do esperado: pequenas e médias empresas (ao invés de grandes empresas) operando no mercado enquanto buscam uma missão social ao mesmo tempo, com apenas 10% delas com reinvestimento de todo o lucro e quase 40% sem regra predeterminada sobre a distribuição de seus bens em caso de encerramento de suas atividades.

Dois clusters (6 e 7) cobrem um espectro amplo de missões sociais, com a forma legal dominante sendo a de organizações não lucrativas (ONGs), com outras como cooperativas e empresas comerciais, e algumas organizações informais; geralmente criadas por grupos de cidadãos, algumas vezes com parcerias com outras organizações do terceiro setor, sendo geridas por uma ampla diversidade de stakeholders; em quase 40% das empresas sociais destes clusters 6 e 7, em caso de encerramento das atividades, os bens vão para outras organizações com missão social similar; seus serviços são geralmente “mission-centric”; o Cluster 7 conteve as maiores empresas de toda a amostra e com atuação principal nos setores de educação, saúde, e serviços sociais e o Cluster 6, organizações bem menores, com espectro maior de serviços para fomentar o desenvolvimento local e quase as mesmas quantidades de empregados e voluntários; nestes dois clusters, diversidade bem maior de recursos do que nos vistos anteriormente (tipos cooperativa e negócio social), com no máximo 40% da renda sendo proveniente do mercado; contam com filantropia, incluindo voluntários; apenas 1/3 das organizações vendem alguns de seus serviços a preços de mercado, sendo uma característica desses grupos a oferta de serviços gratuitos ou a preços que não cobrem os custos de produção; com subsídios públicos substanciais.

Os dois clusters restantes (4 e 5) agregaram organizações que são principalmente dirigidas pela missão de gerar empregos, consideradas assim como empresas sociais de integração do trabalho (*work-integration social enterprises - WISEs*) e têm a missão de integrar grupos desfavorecidos ao mercado de trabalho e à sociedade através de atividade produtiva; geralmente vendem produtos e serviços a preços de mercado, são mais “mission-related” do que “mission-centric” do que as organizações dos clusters 6 e 7; a maioria dos WISEs do cluster 5 adota a forma legal de ONGs e a maioria foi criada por cidadãos, com governança (democrática) semelhante aos das organizações de 6 e 7. Já no cluster 4, as WISEs têm formas legais mais diversas (ONGs, fundações, sociedades limitadas, ou até organizações informais) e têm distribuição de lucros proibida ou para organizações “parentes” não lucrativas, por isso que as organizações de 4 foram denominadas “nonprofit-parent-launched WISEs”. As organizações destes 4 grupos

(clusters 4 a 7) parecem ter uma raiz comum de um modelo “**entrepreneurial nonprofit SE model**”.

Os autores também organizaram os dados dos clusters em três subamostras regionais: América Latina, Europa Ocidental, Europa Central e Oriental. O padrão observado das empresas sociais dentro de cada região pareceu muito similar ao global, mas foram observadas algumas características específicas por regiões para cada modelo de empresa social visto. Destacando-se estas características para a América Latina (representada por sete países e 162 empresas sociais ou 22% do total): as empresas sociais predominantes foram do modelo de cooperativa social, especialmente cooperativas de trabalhadores. Em muitos casos, o interesse mútuo buscado pelos trabalhadores membros está na criação de trabalho para eles mesmos e com governança própria, combinado com uma orientação social clara uma vez que estes trabalhadores geralmente vivem na margem das sociedades e trabalhando para a sobrevivência de famílias pobres e comunidades locais.

Uma reflexão que pode ser feita é qual o grau de influência do Governo se pretende no Brasil, qual ou quais os modelos de empresas coexistem no país e que planejamento e ações são mais propícios para cada um deles; nesta linha, este planejamento, ações e iniciativas poderiam ser pensadas por Eixo da Enimpecto visando modelos de empresas sociais (negócios de impacto) diferentes (ações pensadas por grupos alvo)? A criação do novo Eixo, de comunicação, e do SIMPACTO traria um planejamento de integração geral ou poderia considerar “espaços de comunicação” por modelos de empresas sociais? Pode ser mais importante, por exemplo, para determinado grupo, o registro e a formalização dos Nis (tema da próxima seção), para aqueles dependentes dos recursos públicos e, para outros grupos, a maior necessidade pode ser de política de redes, acesso à informação de crédito, etc.

Nessa linha, o que se propõe é uma reflexão pelos líderes da Enimpecto para que façam uma leitura das ações programadas por seus Macro objetivos (dentro de cada Eixo/GT) e verifiquem (e programem) que iniciativas podem ser realizadas para o atendimento desses diferentes modelos (ou de outros semelhantes para os negócios de impacto do Brasil), definindo assim, naturalmente, as prioridades para o atendimento de atores ligados a estes diferentes modelos.

4. Registros dos negócios de impacto em Países selecionados

Triponel e Agapitova (2016) apontaram vantagens e desvantagens para a adoção de uma definição legal para empresa social. Dentre os aspectos positivos, as autoras afirmaram que esse processo de definição sinaliza que o empreendimento social é uma área de importância para o governo e para o país. Além disso, gera uma rotulagem clara para entidades que operam como empresas sociais. Isso pode proporcionar conforto às partes interessadas, incluindo investidores, sobre a missão social da entidade.

Com relação as desvantagens, assinalaram o nível administrativo de formalidade, pois as entidades que buscam se qualificar como empresa social devem se registrar na autoridade governamental competente. Isso adiciona uma camada de formalidade que pode atrapalhar o empreendimento social. Outro ponto negativo seria o impedimento de apoio para uma entidade que está desenvolvendo uma atividade considerada importante para o setor e que poderia atender a uma definição mais ampla de empresa social, embora não cumpra os componentes exatos da definição legal (ou os cumpre, mas não se registra no governo). Ademais, outra desvantagem seria a falta de flexibilidade legal, pois se houver mudanças na compreensão do que constitui um empreendimento social, um processo de revisão legislativa pode ser oneroso e demorado.

Nesta seção, são analisadas as formas legais e, quando disponíveis, o contexto do ecossistema de alguns países para os quais foram encontradas informações relativas aos registros das empresas sociais. Dos três países vistos com políticas em estágios maduros (Estados Unidos, Coréia do Sul e Reino Unido), descrevem-se as formas legais da Coréia do Sul e do Reino Unido e suas formas de registro das empresas sociais. Na América Latina, relatam-se as experiências de Colômbia (cuja política foi classificada em estágio Emergente anteriormente) e Peru países que, recentemente, aprovaram marcos legais com a regulamentação e definição para suas empresas sociais. Para alguns outros países da América do Sul, tem-se alguma informação, mas não a disponibilidade ampla de documentos que permitam uma análise detalhada – o Quadro 4 indica o status encontrado dos projetos de lei relativos às empresas sociais dos países da região.

Quadro 4 – Situação dos marcos legais das empresas sociais nos países da América do Sul

País	Nº do Projeto	Apresentação	Estado
Argentina	2498-D (1º PL)	6 de novembro de 2016	Debatida na Câmara dos Deputados e perda de estado parlamentar no Senado
	0737-D-2021 (2º PL)	17 de março de 2021	Debate pendente na Câmara dos Deputados
Chile	11273-03	13 de junho de 2017	Debate pendente na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados
Colômbia	303/17	6 de setembro de 2016	Aprovada como Lei nº 1901
Equador	351278	19 de dezembro de 2018	Aprovada dentro da Lei Orgânica de Empreendimento e Inovação
Peru	2533	8 de março de 2018	Aprovada como Lei nº 31072
Uruguai	136868	3 de outubro de 2017	Aprovada como Lei nº 19969

Fonte: Adaptado de SEGIB, PNUD & IDRC (2021)

4.1. Coreia do Sul

Na Coreia do Sul, as empresas sociais desenvolveram-se sob o forte comando do setor público. Em 2007, o governo federal criou a Lei de Promoção de Empreendimentos Sociais (Social Enterprise Promotion Act- SEPA- Act nº 8.217)⁴ cujo propósito era contribuir para a integração social e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, por meio da expansão dos serviços sociais, que não eram suficientemente fornecidos para a sociedade, e da criação de novos empregos para o apoio ao estabelecimento e funcionamento de empresas sociais (LEI 8.217, Artigo 1). O Box 1 apresenta os antecedentes para a sanção legal.

Box1: Antecedentes para Lei de Promoção de Empreendimentos Sociais

Desde a crise financeira asiática de 1997, a economia sul-coreana estava presa em um patamar de crescimento lento, devido ao aumento da insegurança no crédito e à diminuição da competitividade das exportações (IDBa, 2016). Como consequência, a indústria manufatureira e as pequenas e médias empresas regionais entraram em colapso acentuado, milhares de operários foram demitidos e a demanda por serviços sociais aumentou (JUNG, 2015). Em meio a esta situação econômica, as necessidades de serviço social dos grupos socialmente vulneráveis explodiram, e o governo teve que responder ao clamor para questões que incluíam serviços de bem-estar para os socialmente desfavorecidos e o desemprego elevado das populações vulneráveis. Dessa forma, em 2007, o governo sul-coreano fechou um acordo com os partidos políticos para legislar a Lei de Promoção de Empresa Social (JUNG, 2015; DOH, 2020).

O relatório do IDB (2016a) apontou que o governo pretendia atingir três objetivos por meio dessa lei: (a) consolidar a definição de empresas sociais e fornecer um estatuto jurídico a elas; a legalização da existência das empresas sociais foi necessária para que elas levantassem fundos e participassem de compras governamentais; (b) capacitar organizações da sociedade civil; (c) fortalecer o papel do setor privado.

Em seu Artigo 2, a Lei define empresa social como uma empresa certificada - de acordo com o Artigo 7 - como aquela que persegue um objetivo social, como a melhoria da qualidade de vida dos residentes locais, etc., fornecendo a grupos vulneráveis serviços sociais ou empregos durante a realização de negócios e atividades, como a produção e venda de bens e serviços, etc.

A Lei aponta que os grupos vulneráveis são definidos como pessoas que têm dificuldade em adquirir os serviços sociais – nas áreas de educação, saúde, assistência social, meio ambiente, cultura e outros serviços equivalentes - de que necessitam, ao preço de mercado, ou são particularmente difíceis de conseguir.

O artigo 7º da Lei afirma que uma empresa social deve: (i) cumprir os requisitos de certificação de acordo com o artigo 8; e (ii) obter a certificação do Ministério do Trabalho e Emprego. O Ministério certifica as empresas sociais por meio da Agência de Promoção

⁴ <https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/78610/84122/F-684569511/KOR78610%20Eng%202012.pdf>

de Empresas Sociais da Coréia (KoSEA), que é responsável pela avaliação e certificação das empresas sociais, com base nas definições estabelecidas pela Lei 8.217. Para aquelas entidades que não satisfazem os critérios de certificação, mas pretendem fazê-lo no futuro, um rótulo especial de “empresas sociais preliminares” foi definido por alguns governos locais (IDBa, 2016).

A Figura 1 apresenta os principais suportes governamentais motivadores para as empresas registrarem-se como empresas sociais nos termos da Lei, a partir de organizações regionais coordenadas pela KoSEA às empresas sociais registradas.

Figura 1 - Principais suportes dado pelo governo

Suporte Financeiro
Subsídios para despesas de pessoal
Subsídios para complementar o pagamento de especialistas
Subsídios para pagamento de taxas de seguro social
Subsídios para atividades de desenvolvimento de negócios
Instrumentos financeiros, como investimentos e empréstimos
Isenção de impostos
Suporte de Gestão
Consultoria de gestão
Suporte para construção de rede
Identificação de novos modelos de negócios
Outros tipos de suporte
Contratação pública preferencial (compras)
Academia do empreendedor social

Fonte: a partir de IDB (2016a) e Kim, T. H., & Moon, M. J. (2017)

Já no Quadro 5, apresentam-se os principais componentes para certificação de empresas sociais coreanas. Observa-se que uma empresa social deve assumir uma forma jurídica específica. Porém, as organizações permitidas são muito amplas e incluem uma variedade de formas com e sem fins lucrativos. Ressalta-se ainda que as

empresas sociais podem ser classificadas em cinco tipos: criação de emprego (objetivo principal é oferecer empregos a grupos sociais vulneráveis); prestação de serviço social (fornecer serviços sociais a grupos sociais vulneráveis); misto (criação de emprego e prestação de serviço social); outro (uma empresa social cuja realização de objetivos sociais é difícil de julgar com base na proporção de emprego ou prestação de serviço social); contribuição da comunidade local (empreendimento que ajuda a melhorar a qualidade de vida da comunidade local), segundo KoSEA (2021).

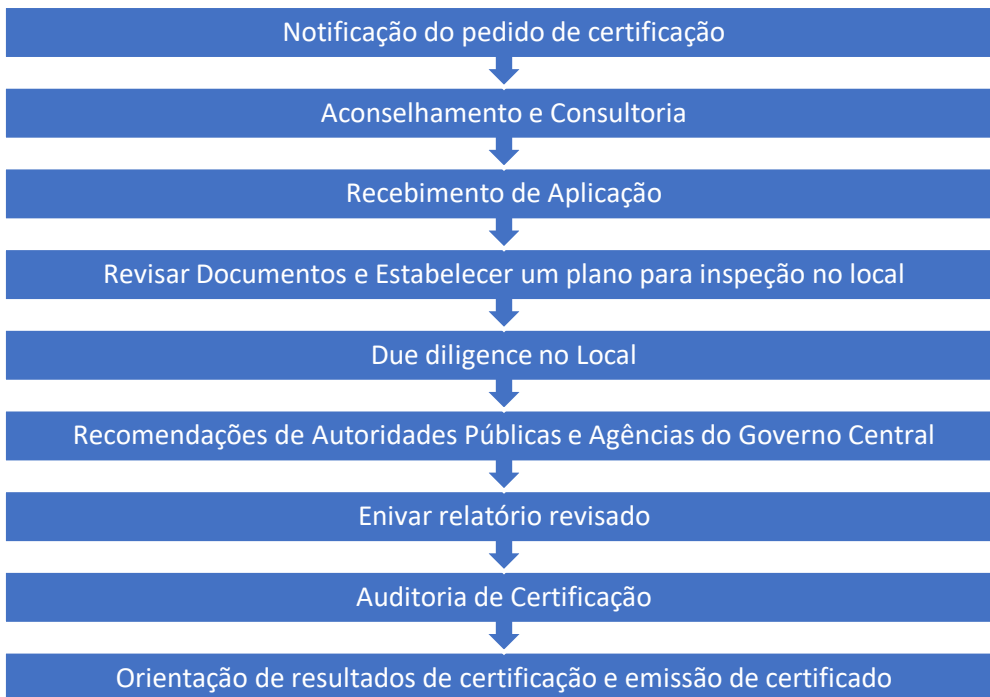
Quadro 5 - Aspectos para Certificação de Empresas Sociais na Coréia do Sul

Forma jurídica	Há diversos tipos de empresas sociais e elas podem assumir a forma jurídica de sociedade ou associação ao abrigo da Lei Civil, de sociedade ao abrigo da Lei Comercial ou de organização privada sem fins lucrativos (Lei 8.217, Artigo 8). (corporation under civil law; Non-profit private organization; social welfare corporation; social cooperative; company under commercial law; cooperative; Other corporations and organizations)
Emprego de trabalhadores pagos	Deve empregar trabalhadores remunerados e realizar atividades comerciais que produzam e / ou vendam produtos e / ou serviços.
Principal Objetivo da Empresa	Realizar um objetivo social, como aumentar a qualidade de vida dos residentes locais, etc., fornecendo a grupos vulneráveis serviços sociais ou empregos ou contribuindo para as comunidades locais.
Processo democrático de tomada de decisão	Deve ter uma estrutura de governo democrática; as partes interessadas, incluindo destinatários do serviço e funcionários, participam dos processos de tomada de decisão.
Distribuição dos lucros	Garante que dois terços dos lucros distribuíveis sejam gastos em objetivos sociais (33 por cento dos lucros podem ser distribuídos, com 66 por cento a serem gastos em objetivos sociais). A lei estabelece que isso ocorre apenas se a empresa social tiver uma forma que já permita lucros distribuíveis.
Classificações das Empresas Sociais	Criação de Emprego; Provisão de Serviço Social; Misto; Outros; Contribuição da comunidade local.
Receita Mínima	Para ser certificado como uma empresa social, a receita das atividades comerciais dos seis meses imediatamente anteriores ao mês da solicitação de certificação deve ser de pelo menos 50% do custo de mão de obra gasto durante o mesmo período.

Fonte: LEI 8.217 e KoSEA (2021)

A Figura 2 exibe uma sucinta descrição dos procedimentos para a certificação de empresa social na Coréia do Sul. Ressalta-se que a depender da etapa a responsabilidade pode ser das agências locais, KoSEA ou do Ministério do Trabalho e Emprego.

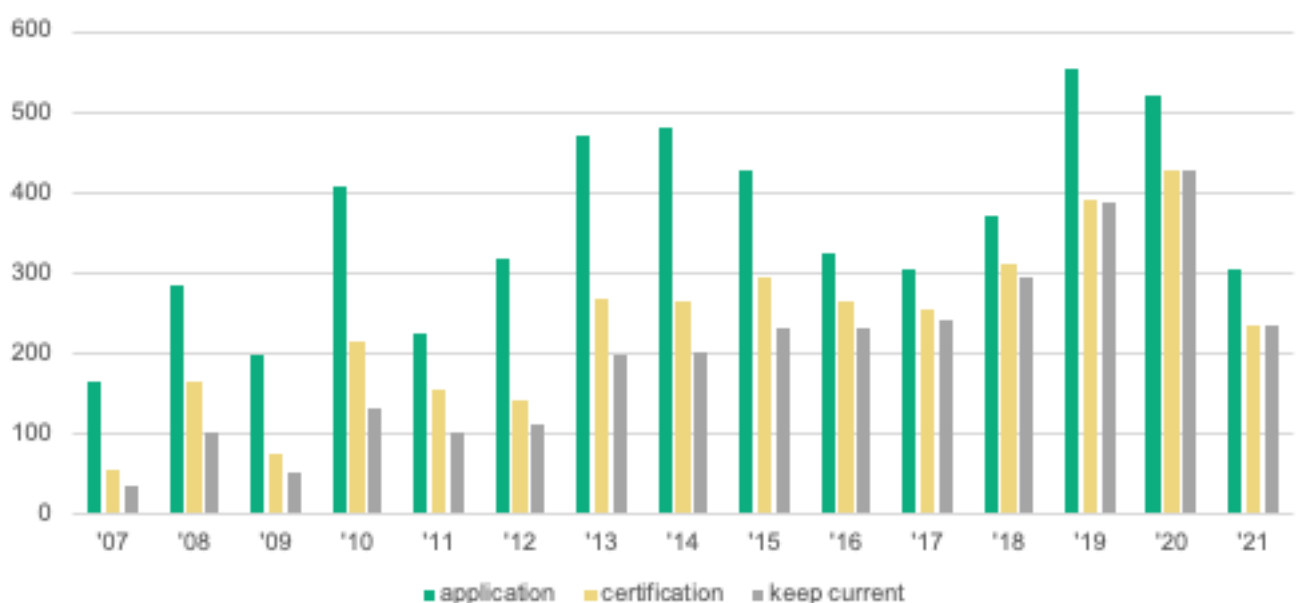
Figura 2- Breve descrição das etapas necessárias para a certificação de empresa social coreana



Fonte: KoSEA (2021)

Um total de 3.530 certificações foram emitidas até 21 de julho de 2021 e 2.983 organizações estão ativas no momento (Figura 3). Das empresas sociais ativas, 641 (21,5%) são sem fins lucrativos e 2.342 são com fins lucrativos (78,5%).

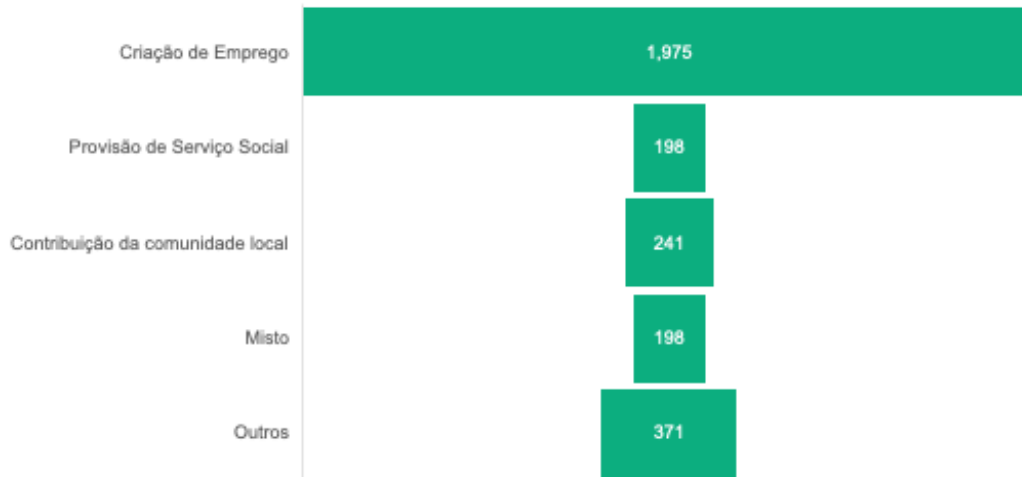
Figura 3 - Número de Certificações para Empresas Sociais



Fonte: KoSEA (2021)

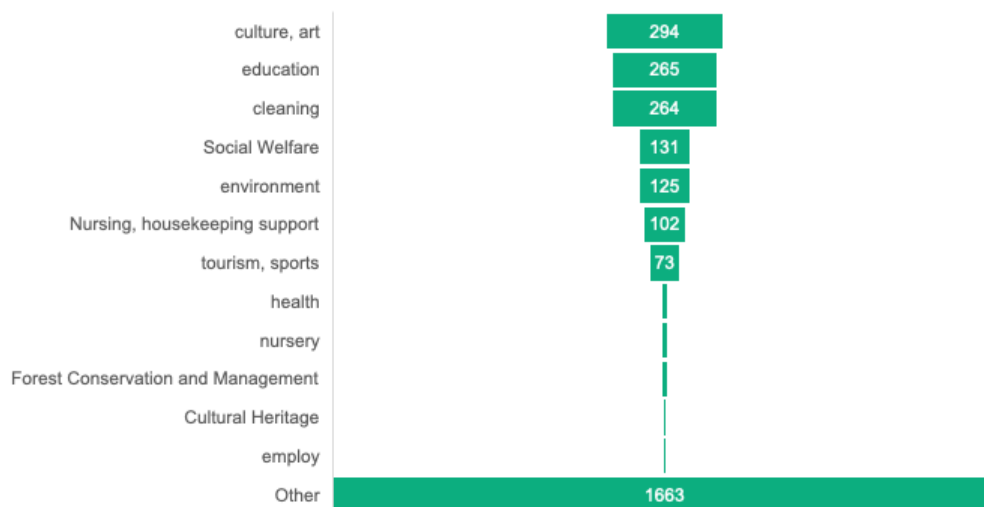
Destaca-se ainda que a maioria das empresas sociais pertence às organizações classificadas por tipo de criação de emprego (Figura 4); com relação ao setor, os que mais destacam-se são cultura/ arte (9,9%), educação (8,9%) e limpeza (8,9%) (Figura 5).

Figura 4 - Número de classificações de empresas sociais ativas



Fonte: KoSEA (2021)

Figura 5- Número de empresas sociais ativas por setor de atividade



Fonte: KoSEA (2021)

Destaca-se que para minimizar a falta de flexibilidade colocada como desvantagem da definição de forma legal em Triponel e Agapitova (2016) de possíveis mudanças na compreensão do que constitui um empreendimento social e consequente onerosidade e tempo exigido por um processo de revisão legislativa, a

Coreia do Sul tem buscado minimizar esses processos de revisão legislativa, estabelecendo um decreto legislativo que fornece mais detalhes sobre a lei. Por exemplo, quando as cooperativas sociais foram adicionadas como uma entidade que poderia ser uma empresa social, uma revisão legislativa não foi necessária; bastou uma mudança no decreto presidencial (TRIPONEL & AGAPITOVA, 2016).

4.2. Reino Unido

Várias definições de empresa social foram usadas no Reino Unido, com mudanças ao longo do tempo e também com algumas diferenças surgindo entre partes da nação (LYON, STUMBITZ & VICKERS, 2019). A definição estabelecida pelo governo para empresa social constitui: um negócio com objetivos, principalmente, sociais, cujos excedentes são sobretudo reinvestidos para esse fim no negócio ou na comunidade, em vez de ser impulsionado pela necessidade de maximização do lucro pelos proprietários (Department for Business, Energy & Industrial Strategy, 2011).

Os critérios para identificar empresas sociais realizados pelo BIS⁵ (Department for Business, Innovation & Skills) foram ancorados nessa definição do governo e correspondiam à:

- (1) A empresa deve gerar um mínimo de 75% de sua receita de comércio (venda de produtos ou serviços);
 - (2) A empresa não deve pagar mais de 50% do lucro ou excedente aos proprietários ou acionistas;
- (3) A empresa deve se auto identificar como uma empresa social, especificamente como: “Uma empresa com objetivos principalmente sociais / ambientais, cujos excedentes são principalmente reinvestidos para esse fim no negócio ou na comunidade, em vez de serem pagos principalmente aos acionistas e proprietários”.

Porém, a partir de pesquisa com os entrevistados do Small Business Survey (SBS) de 2014⁶, evidenciou-se que os critérios (2) e (3) eram frequentemente mal interpretados de forma que algumas Pequenas e Médias Empresas (PMEs) comerciais foram classificadas como empresas sociais, o que gerou uma provável superestimação na quantidade de empresas sociais no Reino Unido; por outro lado, algumas empresas sociais não se auto identificaram como tal (Department for Digital, Culture, Media and Sport Department for Business, Energy and Industrial Strategy, 2017).

No que diz respeito ao critério (2), era comum que as PME comerciais reinvestissem os lucros / excedentes na empresa em vez de pagar aos acionistas ou proprietários. Além disso, algumas PMEs não geraram lucro, de modo que os valores ausentes complicavam ainda mais a identificação precisa das empresas sociais. Em relação ao critério (3), a auto identificação poderia ter um viés, com muitos entrevistados adotando um entendimento excessivamente amplo de "objetivos sociais e ambientais", o que levou algumas PMEs comerciais a se auto

⁵ SOCIAL ENTERPRISE: MARKET TRENDS. Based upon the BIS Small Business Survey 2014

⁶ Relatório produzido por Cabinet Office (CO) em 2014, coletado por meio de uma pesquisa por telefone com proprietários e gerentes de empresas no Reino Unido, encomendada pelo BIS.

identificarem como empresas sociais (Department for Digital, Culture, Media and Sport Department for Business, Energy and Industrial Strategy, 2017).

Dessa forma, foi realizada uma revisão para identificar empresas sociais e a metodologia revista preservou a intenção e a natureza dos principais critérios usados anteriormente, mas reconheceu que as empresas sociais são difíceis de identificar na população empresarial em geral e existem desafios com o processo histórico de auto identificação em que se basearam as medidas anteriores (Department for Digital, Culture, Media and Sport Department for Business, Energy and Industrial Strategy, 2017). O Box 2 traz os principais critérios para identificação de empresas sociais usados na metodologia revisada encomendado em conjunto pelos Department for Digital, Culture, Media and Sport Department for Business, Energy (DCMS) e Department for Business, Energy and Industrial Strategy (BEIS).

Muitas empresas sociais começam apenas por negociar sem uma estrutura societária (empresário individual ou sem personalidade jurídica). No entanto, se o negócio deseja ganhar contratos, solicitar financiamento, obter investimentos e contratar pessoas, precisa de algum tipo de estrutura jurídica (SOCIAL ENTERPRISE UK, 2018). Não há nenhum requisito na definição de que a entidade use uma forma jurídica específica para ser vista como uma empresa social; elas podem assumir uma variedade de formas jurídicas e o processo para estabelecer uma delas depende da forma jurídica escolhida.

Box 2: Critérios para identificação de empresa social

Receita: Ter pelo menos 50% de receita referentes as atividades comerciais/ serviços.

Uso de superávits / lucros: Os superávits/ lucros são usados, principalmente, para objetivos sociais/ ambientais adicionais.

Metas Organizacionais: Ter metas sociais/ ambientais para a organização e se as metas sociais/ ambientais são de maior ou igual importância em comparação com as metas financeiras.

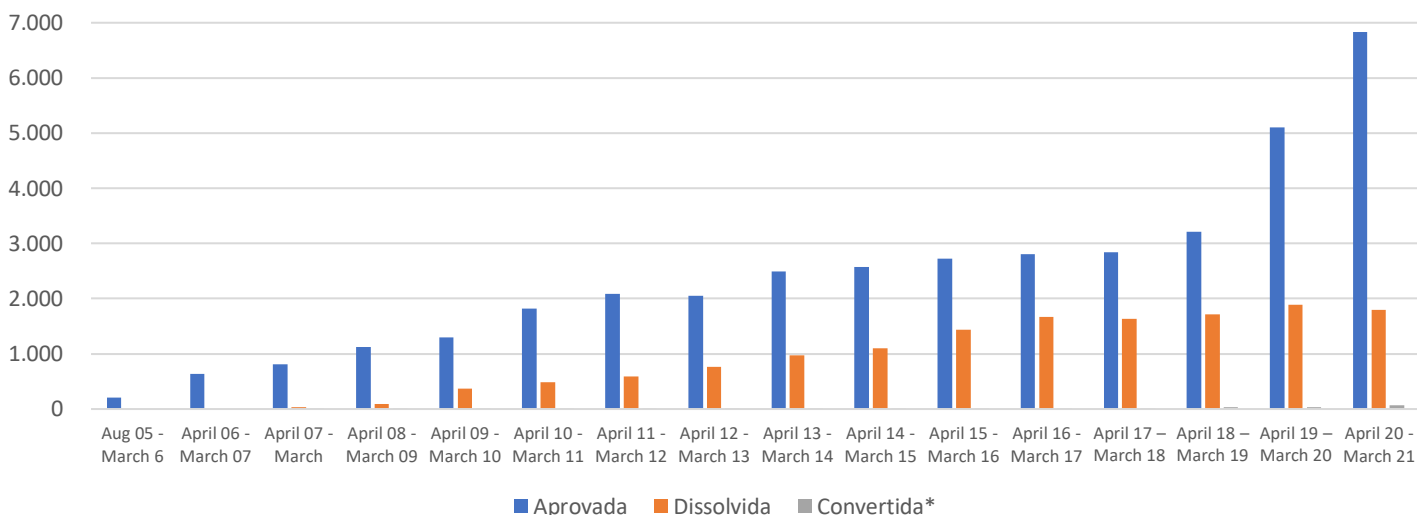
Status de caridade e forma jurídica: usam as perguntas padrão da SBS, pedindo status de caridade e forma jurídica.

As formas mais comuns de empresas sociais são a Limited Company, Community Interest Company (CIC) e Industrial and Provident Society (IPS) (Department BIS, 2011). As sociedades Limited Company podem ser limitadas por garantia (CLG) ou sociedades limitadas por ações (CLS). As CLGs não têm acionistas, apenas 'membros' que não podem lucrar pessoalmente com a empresa. Os CLS podem ser empresa social, mas muitas vezes exigirão adaptações (por exemplo, declarando o que acontecerá com os lucros ou colocando a missão social nos documentos de governo). É importante observar que sempre será possível que essas disposições sejam anuladas ou alteradas por uma resolução especial dos membros da empresa (Department BIS, 2011; SOCIAL ENTERPRISE UK, 2018).

A Community Interest Company (CIC) é uma forma de empresa criada especificamente para o setor de empreendimentos sociais, em 2005; desde então, constata-se cerca de 1,000 inscritos por ano. Uma CIC pode ser uma CLG ou uma CLS e tem proteções adicionais em vigor: todo CIC deve relatar sua finalidade social a cada ano, há limitações (para as CLS) na distribuição de lucros, e todos os CICs têm uma cláusula que indica que todos os bens são retidos para benefício da comunidade. Por causa dessas proteções adicionais, os CICs podem obter acesso a alguns fundos de doação e serem vistos claramente uma empresa social: a estrutura do CIC

fornece um sinal claro aos investidores de que opera para o benefício da comunidade e que esse propósito social é protegido por regulamentação proporcional. Elas devem ter um elevado grau de transparência sobre o cumprimento de seu propósito comunitário; além disso, elas têm supervisão do Regulador CIC⁷ (Department BIS, 2011; TRIPONEL & AGAPITOVA, 2016; SOCIAL ENTERPRISE UK, 2018). A Figura 6 apresenta o número de CIC aprovadas, dissolvidas e convertida por ano.

Figura 6 - Número de CIC aprovadas, dissolvidas e convertida por ano



Fonte: Regulator CIC (2021), *Convertida em CIC

Existem dois tipos principais de cooperativas: a community benefit society (CBS ou BenCom) e a industrial provident cooperative society (IPS). A CBS tem objetivos sociais embutidos em seus documentos de governo, por isso é frequentemente escolhida, mas um IPS também pode ser uma empresa social. As cooperativas são regulamentadas pela Financial Conduct Authority (FCA) (SOCIAL ENTERPRISE UK, 2018). (Ver Quadro 6 com o resumo das formas legais).

⁷ Para mais detalhes sobre o CIC: <https://www.gov.uk/government/publications/community-interest-companies-business-activities/cic-business-activities-forms-and-step-by-step-guidelines>

Quadro 6 - Resumo das formas legais de empresa social mais utilizadas no Reino Unido

	Company limited by share (CLS)	Company limited by guarantee (CLG)	Industrial and provident community benefit society (CBS)	Industrial and provident community cooperative society (IPS)	Unincorporated association	Community interest company / CLG	Community interest company / CLS
Constituído com identidade legal própria?	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Responsabilidade limitada para diretores / curadores/ membros	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Objetos?	Qualquer	Qualquer	Deve beneficiar a comunidade	Deve seguir os ideais cooperativos	Qualquer	Interesse da comunidade	Interesse da comunidade
Status de caridade	Normalmente não	Pode ser	Pode ser	Não	Pode ser	Não	Não
Regulador	Companies House	Companies House	FCA	FCA	Nenhum	CIC Regulator e Companies House	CIC Regulator e Companies House
Taxas de registro	£20	£20	£100-1,000	£100-1,000	n/a	£35	£35
Financiamento por dívida	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Equity financing	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
Key Points	A estrutura padrão para uma empresa com fins lucrativos. A responsabilidade dos acionistas para com os credores da empresa é	Uma sociedade limitada sem capital social em que os membros atuam como fiadores (geralmente por um valor nominal) em caso	Uma forma legal de cooperativa regulamentada pela Autoridade de Conduta Financeira, que tem objetivos sociais embutidos em	Uma forma legal de cooperativa regulamentada pela Autoridade de Conduta Financeira	Uma organização sem identidade legal	Sociedade anônima de finalidade social consagrada, em que há um limite para o montante do lucro que pode ser distribuído para outro fim que não seja sua finalidade social	

	limitada ao capital originalmente investido	de liquidação da empresa	seus documentos de governo				
Porcentagem de empresas sociais que adotam esta estrutura	18%	28%	7%	8%	1%	15%	5%

Fonte: SOCIAL ENTERPRISE UK (2018); BRITISH COUNCIL (2019); SOCIAL ENTERPRISE UK (2019)

Observa-se ainda que não há nenhuma instituição/ órgão que certifica e regula as empresas sociais. Nessa conjuntura, Triponel e Agapitova (2016) apontam vantagens e desvantagens para o modelo adotado pelo Reino Unido (Ver Quadro 7).

Quadro 7 - Vantagens e Desvantagens do framework legal adotado pelo Reino Unido

Vantagens	Desvantagens
<p>Foco do governo: Tal como acontece com uma definição legal, o processo que sustenta o desenvolvimento de uma definição de uma forma jurídica indica que a empresa social é uma área de importância para o governo e o país.</p> <p>Flexibilidade: a definição de empresa social pode evoluir com o tempo para abranger recursos adicionais que não foram previstos no início. Por exemplo, o relatório SOCIAL ENTERPRISE: MARKET TRENDS elaborado por Departamentos do governo já fez algumas mudanças ao longo do tempo nos critérios de empresa social.</p>	<p>Sem proteção no uso do termo empresa social: Por se tratar de uma definição de trabalho sem processo de certificação, não é possível restringir aqueles que usam o termo empresa social. O rótulo poderia, portanto, ser usado por empresas que não são empresas sociais legítimas, mas que buscam se beneficiar de uma reputação aprimorada e do aporte de investidores com mentalidade social.</p> <p>Sujeito a alterações: Uma definição funcional pode refletir as visões de um ministério, vários ministérios ou o gabinete como um todo. No entanto, essas visões podem mudar, especialmente quando ocorrem mudanças políticas. Isso pode criar incerteza para o empreendimento social se a definição de trabalho for alterada com muita frequência.</p>

Fonte: Triponel e Agapitova (2016)

4.3. Colômbia

O campo do empreendedorismo social e inovação social na Colômbia se desenvolveu rapidamente nos últimos anos e tem grande reconhecimento internacional, com fundos e esforços significativos de vários atores como governos nacionais e locais, fundações, ONGs e empresas privadas (IDBb, 2016). Atualmente, não há um marco legal para a definição de empreendimento social. Porém, está em tramitação no Congresso o Projeto de Lei 14/208⁹ que estabelece diretrizes gerais para a construção de uma Política Pública de Empreendedorismo Social.

⁹ <https://congresovisible.uniandes.edu.co/proyectos-de-ley/por-medio-de-la-cual/10937/#tab=0>

No referido PL, o termo Empreendedorismo Social é definido como aquele cujo objetivo é a geração de valor social e no qual intervêm pessoas singulares ou coletivas, com ou sem fins lucrativos, beneficiando comunidades e / ou populações majoritariamente em condições de vulnerabilidade, satisfazendo as suas necessidades de bens e serviços e envolvendo-as nos processos de criação de valor econômico e / ou social (Artigo 2- PL 14/20). O Box 3 resume as diretrizes da política.

Box 3: Diretrizes do PL 14/20

1. Identificar os atores envolvidos no empreendedorismo social.
2. Gerar programas com setores e atores do nível nacional ao local para estimular o empreendedorismo social.
3. Articular o empreendedorismo social com o ecossistema de empreendedorismo do país.
4. Promover mecanismos de financiamento e sustentabilidade para o desenvolvimento do empreendedorismo social.
5. Promover mecanismos de divulgação do empreendedorismo social.
6. Promover o empreendedorismo social com foco no desenvolvimento do local ao regional, promovendo a economia dos territórios.
7. Fortalecer a cultura de empreendedorismo social no país

A Colômbia foi o primeiro país ibero-americano a aprovar um regulamento específico para as empresas de impacto, segundo SEGIB, PNUD e IDRC (2021). A Lei 1.901¹⁰ de junho de 2018 criou as BICs (*Sociedad de Beneficio e Interés Colectivo*) com o objetivo de promover a responsabilidade social corporativa e a cultura empresarial, contribuindo para a comunidade, o meio ambiente e o desenvolvimento dos negócios do país, sem estabelecer um novo tipo societário; pelo contrário, podem ser criados ou adotados por qualquer empresa, ou seja, qualquer organização existente ou futura de qualquer tipo de forma legal pode adotar voluntariamente a condição de BIC.

O Decreto 2.046¹¹ de 2019 regulamenta a referida Lei, e as BIC passam a ter uma carta de apresentação sobre o cumprimento dos padrões de governança, trabalhadores, meio ambiente e comunidade. As empresas BIC buscam três objetivos fundamentais: (1) um objetivo social e ambiental, que vai além do interesse econômico de seus acionistas; (2) o cumprimento do objetivo descrito de forma que os diretores e gerentes da empresa maximizem o interesse socioambiental; (3) a transparência no relato de seu impacto nos negócios em cinco dimensões: modelo de negócios, governança corporativa, práticas trabalhistas, práticas ambientais e práticas com a comunidade (Ministerio de Comercio, Industria y Turismo & Confecámaras, 2020). A Figura 7 ordena os passos necessários para uma empresa obter a condição de BIC.

¹⁰

<http://es.presidencia.gov.co/normativa/normativa/LEY%201901%20DEL%2018%20DE%20JUNIO%20DE%202018.pdf>

¹¹ <https://incp.org.co/Site/publicaciones/info/archivos/decreto-2046-mincomercio.pdf>

Figura 7- Passos para obter a condição de BIC

Passo 1: Gerar impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.

Passo 2: Aprovar a decisão de adotar tal condição pela assembleia de acionistas ou junta dos sócios.

Passo 3: Reformar o estatuto social da empresa, da seguinte forma: Acrescente a expressão “Benefício e Interesse Coletivo” ou a sigla “BIC” ao nome da empresa. Incluir no objeto social as atividades do BIC que a empresa se compromete a desenvolver. Pelo menos uma atividade BIC deve ser incluída para cada uma das cinco dimensões: modelo de negócios, governança corporativa, práticas trabalhistas, práticas ambientais e práticas com a comunidade.

Passo 4: Ir a Câmara de Comércio de sua cidade com 4 dos documentos anteriores para fazer o registro formal de adoção da condição BIC.

Fonte: Ministerio de Comercio, Industria y Turismo & Confecámaras, 2020

Ao optar por aderir ao BIC a empresa obtém os seguintes benefícios do governo federal (Artigo 2.2.1.15.2, Decreto 2.046):

1. Portfólio preferencial de serviços no domínio da propriedade industrial oferecidos pela Superintendência da Indústria e do Comércio. Isso permitirá, por exemplo, oferecer tarifas preferenciais para o registro de novas criações.
2. Acesso preferencial a linhas de crédito. Com o objetivo de promover o empreendedorismo, as empresas BIC podem ser beneficiárias de linhas de crédito criadas para esse fim pelo governo nacional.
3. Benefícios fiscais para os lucros que as empresas distribuem por meio de ações aos seus trabalhadores. Dessa forma, os lucros de uma empresa BIC divididos em ações não serão tributados com o imposto de renda do empregador, até 10% do lucro total gerado. Os lucros decorrentes das ações não serão tributados pelo prazo de 5 anos, desde que sejam transferidos para o trabalhador.

Não há disposição legal que estabeleça benefícios/ preferências para as BIC que participam em licitações de compras e contratações públicas na Colômbia. Porém, na Lei 2069/2020, o Congresso colombiano incluiu a condição BIC como um dos critérios de desempate para os processos de contratação pública (SEGIB, PNUD & IDRC, 2021).

Destaca-se que para obter esses benefícios, as Empresas BIC devem preparar um relatório de gestão anual que contabilize o impacto das suas atividades realizadas nas cinco dimensões mencionadas: modelo de negócios, governança corporativa, práticas trabalhistas, práticas ambientais e práticas com a comunidade (Ministerio de Comercio, Industria y Turismo & Confecámaras, 2020).

Esse relatório mede o impacto social e ambiental da empresa BIC e deve ser capaz de demonstrar qualitativa e quantitativamente o impacto que, durante o último exercício social, tiveram no modelo de negócios, governança corporativa, práticas trabalhistas, ambientais e sociais. Ele deve ser feito com base nas normas independentes reconhecidas pela *Superintendencia de Sociedades*, entidade responsável por exercer a inspeção, vigilância e controle das empresas na Colômbia.

Com relação a perda do status de Empresa BIC, pode ocorrer por decisão voluntária da empresa, ou por declaração da Superintendencia de Sociedades¹², quando (Artigo 2.2.1.15.7, Decreto 2.046):

a. O que a empresa reporta no seu relatório sobre a gestão das atividades de benefício e interesse coletivo não corresponde à realidade das suas práticas empresariais no desenvolvimento do seu objeto social.;

b. A empresa não cumpre a metodologia prevista na norma escolhida nos termos do artigo anterior;

c. O relatório da gestão não é entregue à Superintendencia ou não é colocado à disposição do público.

Transitado o ato administrativo que declara a perda da condição de "BIC", a *Superintendencia de Sociedades* comunicará à Câmara de Comércio do domicílio da empresa a decisão de perda da condição de "BIC" para que seja registrada no seu cadastro comercial e, conseqüentemente, a expressão "Beneficio e Interés Colectivo" ou a sigla "BIC" deve ser excluída do nome ou denominação social da empresa. No mesmo ato, a Superintendencia determinará que a empresa reforme seu estatuto social para eliminar a expressão "BIC" ou "Benefício e Juros Coletivos" de sua razão social (Parágrafo 1, Artículo 2.2.1.15.11, Decreto 2.046). Se uma empresa perder o status de BIC por declaração da Superintendencia de Sociedades, ela deve esperar pelo menos 12 meses para recuperar o referido status.

Observa-se ainda que as Câmaras de Comércio do país desempenham um papel relevante na criação e desenvolvimento das BIC, pois elas incentivam/ orientam sobre os procedimentos e requisitos que devem ser atendidos para a adoção da condição BIC; realizam o cadastramento formal das empresas que decidem adotar o status BIC, garantindo o cumprimento dos documentos e requisitos do processo; registram a perda do status do BIC no Registro Mercantil; garantem o cumprimento da restrição

¹² órgão técnico, vinculado ao Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, com personalidade jurídica, autonomia administrativa e patrimônio próprio, por meio do qual o Presidente da República exerce a fiscalização e controle das sociedades comerciais, inclusive as BICs, bem como os poderes que a lei indica em relação a entidades, pessoas jurídicas e pessoas físicas

(https://www.supersociedades.gov.co/nuestra_entidad/SitePages/QuienesSomos.aspx).

temporária para readquirir a condição BIC, nas hipóteses de perda declarada pela Superintendencia de Sociedades (Ministerio de Comercio, Industria y Turismo & Confecámaras, 2020).

Por fim, nessa conjuntura, o relatório do SEGIB, PNUD e IDRC (2021) aponta algumas recomendações para a Colômbia tais como: gerar incentivos para atrair diferentes atores da economia na constituição de sociedades BIC na Colômbia; incluir o interesse coletivo como um fator adicional na seleção das propostas de compras públicas no sistema de contratação estatal colombiano.

4.4. Peru

Em fevereiro de 2021, entrou em vigor o regulamento da Lei nº 31.072¹³ (Ley de la Sociedad de Beneficio e Interés Colectivo) aprovado pelo Decreto nº 004-2021¹⁴. A Lei foi sancionada em 25 de novembro de 2020 estabelecendo um marco legal para as BICs no Peru. De acordo a referida Lei a Empresa BIC é uma pessoa jurídica, de direito privado, constituída sob uma das formas societárias previstas na Ley General de Sociedades (Ley 26887), que adquire a categoria de Empresa BIC, a partir do seu cadastro no Registro de Pessoas Jurídicas da Sunarp (Superintendencia Nacional de los Registros Públicos), obrigando-se voluntariamente a gerar impacto positivo e / ou reduzir impacto negativo, integrando à sua atividade econômica o cumprimento do objetivo de benefício socioambiental por ela escolhido (Artigo 5.1, Decreto 004/2021).

Destaca-se que não se pode considerar como BIC, para os efeitos da Lei e do presente Regulamento, Sociedades Individuais de Responsabilidade Limitada, Sociedades por Ações Simplificadas, Cooperativas, Contratos Associativos, Associações, Fundações, Comissões e qualquer outra pessoa jurídica não prevista na Ley General de Sociedades (Artigo 5.2, Decreto 004/2021). O Box 4 traz os requisitos e modificações do estatuto da Empresa BIC.

Além dos requisitos expostos no Box 4, os diretores e administradores da organização terão as seguintes atribuições: garantir o real cumprimento do objetivo de benefício socioambiental definido em seu estatuto; no exercício de sua função, ponderar, ainda, o impacto que suas ações ou omissões têm sobre os sócios, os trabalhadores, a comunidade, o meio ambiente local e global e as expectativas de longo prazo dos sócios quanto à realização do objeto social e o propósito de lucro; e ser responsável por identificar o não cumprimento das obrigações assumidas pela empresa.

¹³ <https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/ley-de-la-sociedad-de-beneficio-e-interes-colectivo-socieda-ley-n-31072-1905747-1/>

¹⁴ <https://busquedas.elperuano.pe/download/url/decreto-supremo-que-aprueba-el-reglamento-de-la-ley-n-31072-decreto-supremo-n-004-2021-produce-1929774-4>

Ademais, a empresa deve introduzir práticas de transparência organizacional e encomendar para um terceiro independente um Relatório de Gestão sobre o impacto na empresa, no que se refere ao objetivo de benefício social e ambiental.

Box 4: Requisitos e modificações do estatuto da Empresa BIC

As empresas que existem ou estão para ser constituídas devem cumprir os seguintes requisitos para aderir à Lei das Sociedades BIC:

- a. Ao nome da empresa deve ser acrescentado a expressão “benefício e juros coletivos” ou as iniciais “BIC”;
- b. Deve ser declarada, no contrato social ou no estatuto social, a vontade da empresa de aderir às disposições da Lei das Sociedades BIC;
- c. No artigo seguinte ao contrato social, deve ser incluída uma descrição detalhada da finalidade do benefício;
- d. Para a alteração do estatuto da empresa existente, devem ser cumpridas as seguintes regras:

A modificação dos estatutos exigirá, em primeira convocação, pelo menos, a concordância de 2/3 das ações subscritas com direito a voto. Em segunda convocação, basta a presença de pelo menos 3/5 das ações subscritas com direito a voto, salvo quórum superior consoante o tipo societário da sociedade correspondente.

Observa-se que não há benefícios fiscais no Peru que incentivem a criação de empresas sociais. Além disso, a Lei BIC e seu regulamento não concede benefícios fiscais às empresas que optem por esta categoria societária. Porém, é provável que, no futuro, as empresas BIC possam considerar como dedutíveis do rendimento tributável aquelas despesas associadas ao seu propósito de benefício social e ambiental (SEGIB, PNUD & IDRC, 2021).

Com relação as compras públicas, no Peru não existe um regime de acesso a esse tipo de compra para empresas com propósito. As denominadas CPS (compras públicas sustentáveis) são uma das alternativas de política mais eficazes para utilizar o poder de compra das entidades estatais. Porém, estão sendo avaliadas iniciativas pelas entidades governamentais locais para promover o acesso de empresas com propósito às CPS. Dessa forma, a Prefeitura de Lima vem avaliando um projeto de diretrizes para promover, através da contratação, o desenvolvimento de empresas comprometidas com fins sociais e ambientais, como as sociedades BIC (SEGIB, PNUD & IDRC, 2021).

4.5. Resumo de características das empresas sociais nos países selecionados

O Quadro 8 resume como os governos dos países considerados nesta análise regulamentam suas empresas sociais.

Quadro 8- Resumo de características exigidas das empresas sociais em quatro países

	Coréia do Sul	Reino Unido	Colômbia	Peru
Alguma Forma Legal para adoção de empresa social	Diversas Formas Legais	Diversas Formas Legais	Diversas Formas Legais	Algumas Formas Legais
Empresa Social necessita de um	Sim: fornecer a grupos vulneráveis serviços sociais ou emprego ou	Sim: objetivos sociais e/ou ambientais	Sim: propósito social e ambiental	Sim: propósito social e ambiental

propósito específico	contribuir para a comunidade			
Restrição de distribuição de Lucros	Sim: reinvestir 66% para objetivos sociais	Sim: reinvestir maior parte para objetivos sociais/ambientais	Não	Não
Há um órgão de certificação e fiscalização estadual	Sim: <i>Kosea</i>	Não	Sim: Câmara de Comércio e <i>Superintendencia de Sociedades</i>	Sim: SUNARP e Indecopi

Fonte: das seções anteriores, para os diversos países.

5. Negócios de impacto e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Uma vez que alguns países em desenvolvimento estão adaptando suas políticas para considerar as empresas sociais como parte de suas estratégias para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e tendo em vista a parceria estabelecida entre a PNUD e o Global Steering Group (GSG) na utilização de investimentos de impacto na consecução dos ODS e de que a Pipe.Social mapeia os negócios alinhados aos 17 ODS, apresentou-se, por fim, uma análise da literatura sobre a relação entre negócios de impacto e ODS.

Do ponto de vista dos modelos conceituais de como as empresas sociais podem contribuir com os ODS, Littlewood e Holt (2018) propõem uma estrutura para conceitualizar como as empresas sociais podem contribuir para os ODS, ilustrada com exemplos globais. Eles apontam que as empresas sociais podem contribuir com os ODS através de suas cadeias de valor, incluindo os estágios de insumos, operações, produtos e serviços, lucros e excedentes, ou de programas diretos de intervenção. Esta é a primeira dimensão do modelo deles; a segunda dimensão diz respeito a identificação do número de ODS que a empresa social atende, se a múltiplos ODS ou até mesmo um alvo de um ODS específico. Assim, o modelo conceitual deles é baseado numa figura com dois eixos e quatro quadrantes: no eixo vertical tem-se a contribuição aos ODS, com uma linha que vai de Concentrada na cadeia de valor à Através da cadeia de valor; e no eixo horizontal, tem-se a Contribuição focalizada ou ampla aos ODS, indo de Poucos ODS à Vários ODS. Assim, são geradas as quatro combinações: Contribuições Focadas; Contribuições Focadas e Integradas; Contribuições Amplas; e Contribuições Amplas e Integradas. O trabalho faz uma breve revisão da literatura que relaciona as empresas sociais aos ODS e cita Sonen Capital (2017) indicando que este está desenvolvendo uma estrutura para mensurar o impacto de empresas sociais usando os ODS e baseando-se na estrutura do Global Impact Investing Network's IRIS: eles pretendem usar métricas do IRIS com alvos de longo prazo e métricas associadas aos ODS; e cita também Rhadari, Sepasi e Moradi (2016) cujo modelo baseado na teoria Shumpeteriana.

Este modelo de Sepasi e Moradi (2016) usa a perspectiva da teoria de Shumpeter da transformação de negócios em motores do desenvolvimento sustentável com ênfase no papel que as empresas sociais podem ter. Uma estrutura Canvas mostra um conjunto de ferramentas desenvolvidas para formar um entendimento conceitual robusto do

campo: que demonstra os principais elementos do ecossistema socioeconômico e como eles podem trabalhar para a realização da agenda de desenvolvimento sustentável; ajuda a conectar conceitos diversos mas relacionados de maneira e, como resultado, cria a fundação para a realização dos ODS com ênfase nas empresas sociais; e ajuda as empresas a entenderem o nível de maturidade e integração de suas estratégias de sustentabilidade.

Tabares (2021) destaca que apesar dos ODS serem inicialmente sugeridos para serem realizados por governos, as empresas são elementos chaves para o atingimento destes objetivos. Em seu trabalho ela analisa como as Empresas B certificadas (Certified B Corporations ou B Corps), um forma legal de organizações híbridas, contribuem para os ODS quando focadas na solução de problemas sociais destacados pelas Nações Unidas. Através de múltiplos estudos de casos baseados em entrevistas semi-estruturadas e aprofundadas com 18 empresas da Colômbia, seus resultados indicam que as B Corps são grande contribuidoras para a solução de problemas sociais, como desafios relativos à agricultura, corrupção, mudança climática, trabalho, pobreza, e hábitos insustentáveis; ainda, as Empresas B da Colômbia mostram potencial para o empoderamento de comunidades, a introdução de novas práticas organizacionais, a criação de alternativas para moldar novos estilos de vida e de padrões de consumo, e a introdução de novas soluções ambientais. As Empresas B da Colômbia, assim, mostram contribuição relevante aos ODS 2, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 16. O artigo propõe um modelo para analisar inovações de corporações sociais (CSI) em organizações híbridas (HO). Dentre as HO, as Empresas B são formas legais pró-lucro focadas em criar bem-estar e caracterizadas por uma missão com propósitos social e ambiental (Stubbs, 2017, apud Tabares, 2021). A Colômbia está na 67ª posição no índice mundial para atender aos ODS, com maiores desafios nos ODS 10 (redução de desigualdades) e 16 (paz, justiça e instituições fortes). Sua metodologia definiu os grupos por similaridades e dissimilaridades; as CSI foram identificadas em cada empresa e classificadas em categorias relativas a como elas criaram novas soluções para problemas sociais na Colômbia, o que gerou 9 categorias diferentes, entre elas: desafios relativos à agricultura, corrupção, mudança climática, etc. Essas categorias foram contrastadas com os ODS. Os resultados de seu trabalho são visualizados em duas figuras principais: uma que relaciona as categorias aos problemas sociais e às empresas; outra que associa cada uma das 18 empresas aos problemas sociais especificados por elas e estes aos 17 ODS. Pode-se comparar esta análise com a realizada pelo Mapa da Pipe.Social.

A literatura encontrada ainda é incipiente e não focada na relação entre os ODS e as políticas nacionais ou estruturas políticas de governos. Então, resta ainda a lacuna de como alinhar as estratégias nacionais, como a Enimpecto, aos ODS, além de uma simples relação das ações aos ODS. A nível mais agregado, pode-se pensar numa relação entre as racionalidades das políticas nacionais ou locais (estaduais e municipais, no caso do Brasil) aos ODS; por exemplo, para um país como a Colômbia que tem como racionalidade de sua política para as empresas sociais a redução da pobreza, tem-se uma associação direta ao ODS 1, de erradicação da pobreza. Talvez uma análise por Eixo e ações planejadas, assim como de seus indicadores medidos atualmente, e suas relações

com os ODS e, no médio prazo, a tentativa de se medir impacto e de estabelecer como estas ações levaram aos negócios de impacto a contribuírem com os objetivos (ODS) e suas metas, de forma agregada para o Brasil e desagregada para os Estados e municípios. No 3º Mapa da Pipe.Social há o percentual de negócios de impacto que declararam estar relacionados com cada um dos 17 ODS.

Referências

Department for Business, Energy & Industrial Strategy (2011) A Guide to legal forms for social enterprise. November. <https://www.gov.uk/government/publications/legal-forms-for-social-enterprise-a-guide>.

Department for Digital, Culture, Media and Sport e Department for Business, Energy and Industrial Strategy (2017) Social Enterprise: Market Trends 2017. Setember. <https://www.gov.uk/government/publications/social-enterprise-market-trends-2017>

DOH, S. (2020). "Social Entrepreneurship and Regional Economic Development: The Case of Social Enterprise in South Korea" Sustainability 12, no. 21: 8843. <https://doi.org/10.3390/su12218843>

IDB (2016a) Study of social entrepreneurship and innovation ecosystems in South East and East Asian countries: country analysis: Republic of Korea/ The Japan Research Institute.

IDB (2016b) Study of social entrepreneurship and innovation ecosystems in the Latin American Pacific Alliance countries: country analysis: Colombia / Fundación Ecología y Desarrollo. <https://publications.iadb.org/en/publication/12630/study-social-entrepreneurship-and-innovation-ecosystems-latin-american-pacific>

JUNG, K., JANG, H. S., & SEO, I. (2016). Government-driven social enterprises in South Korea: lessons from the Social Enterprise Promotion Program in the Seoul Metropolitan Government. *International Review of Administrative Sciences*, 82(3), 598–616. doi:10.1177/0020852315586935

KIM, T. H., & MOON, M. J. (2017). Using Social Enterprises for Social Policy in South Korea: Do Funding and Management Affect Social and Economic Performance? *Public Administration and Development*, 37(1), 15–27. doi:10.1002/pad.1783

KoSEA (2021). Social Enterprise. Disponível em: https://www.socialenterprise.or.kr/social/ente/concept.do?m_cd=E001 Acessado em: 15 ago. 2021.

LYON, F., STUMBITZ, B; VICKERS, I. (2020) Social Enterprises and their Ecosystems in Europe. European Commission. <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=8274>

Ministerio de Comercio, Industria y Turismo & Confecámaras, 2020. Sociedade BIC: Empresas con propósito. <https://www.mincit.gov.co/minindustria/sociedades-bic/ebook-sociedades-bic-02dic.aspx>

REGULATOR CIC (2021) Annual Report 2020/21. <https://www.gov.uk/government/publications/cic-regulator-annual-report-2020-to-2021>

SEGIB, PNUD e IDRC (2021) As empresas com propósito e a regulamentação do quarto setor na Ibero-América. Resumo Executivo projeto de investigação. S

SOCIAL ENTERPRISE UK (2018) Start your social enterprise: the social enterprise guide. <https://www.socialenterprise.org.uk/looking-to-start-a-social-enterprise/start-your-social-enterprise/>

SOCIAL ENTERPRISE UK (2019) Capitalism in crisis? Transforming our economy for people and planet. <https://www.socialenterprise.org.uk/wp-content/uploads/2019/11/Capitalism-in-Crisis.pdf>

TRIPONEL, A.; AGAPITOVA, N.(2017). Legal Framework for Social Enterprise: Lessons from a Comparative Study of Italy, Malaysia, South Korea, United Kingdom, and United States. World Bank, Washington, DC. © World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/26397> License: CC BY 3.0 IGO.

TABARES, S. (2021). Do hybrid organizations contribute to Sustainable Development Goals? Evidence from B Corps in Colombia. Journal of Cleaner Production 280 <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124615>

J. Horne, M. Recker, I. Michelfelder, J. Jay, J. Kratzer. **Exploring entrepreneurship related to the sustainable development goals - mapping new venture activities with semi-automated content analysis** J. Clean. Prod., 242 (2020), Article 118052, 10.1016/j.jclepro.2019.118052

W. Stubbs. **Characterising B Corps as a sustainable business model: an exploratory study of B Corps in Australia** J. Clean. Prod., 144 (2017), pp. 299-312, 10.1016/j.jclepro.2016.12.093

D. Conway, B. Robinson, P. Mudimu, T. Chitekwe, K. Koranteng, M. Swilling. **Exploring hybrid models for universal access to basic solar energy services in informal settlements: case studies from South Africa and Zimbabwe.** Energy Res. Soc. Sci., 56 (2019), Article 101202, 10.1016/j.erss.2019.05.012

Análise 3 - Análises de impacto da Lei de Negócios de Impacto Social sobre o RN

1. Introdução

Apresentam-se os resultados quantitativos de alguns desdobramentos das Leis criadas nos Estados do Rio Grande do Norte (Lei nº 10.483, de 04 de fevereiro de 2019) e do Rio de Janeiro RJ (Lei 8.571, 16 de outubro de 2019), que instituíram Políticas Estaduais de Investimentos e Negócios de Impacto Social. Essas análises foram feitas a partir dos dados dos dois últimos Mapas de Negócios de Impacto da Pipe.Social, que contêm dados de 2018 e 2020, e de dados do IBGE e Bacen para características das unidades da federação do Brasil, para o controle de fatores / características socioeconômicas dos Estados, de forma a se medir um impacto considerando as diferenças socioeconômicas entre as unidades da federação. As análises incluem algumas estatísticas descritivas e principalmente de impacto com modelos de Diferença em diferenças.

A hipótese é que a criação destas Leis do RN e RJ em 2019, e consequente atuação dos respectivos Comitês Estaduais, impactariam as trajetórias de alguns indicadores de negócios de impacto destes Estados em relação às trajetórias das demais unidades da federação que não têm uma política semelhante ou implementaram políticas posteriormente. Como referência principal, Choi e Park (2020) utilizaram os modelos de Dados em Painel, para a Coreia do Sul, na única avaliação de impacto encontrada com método econométrico para causalidade. Com um Painel com efeito fixo, fazendo uso do cadastro das empresas sociais daquele país, eles avaliaram a política no nível municipal, com dados anuais para 223 municípios, de 2011 a 2017. Entre suas análises, eles testaram a hipótese de efeito positivo dos esforços dos governos locais em promover as empresas sociais sobre o aumento no número das empresas sociais a partir de mudança da Lei - *Social Enterprise Promotion Act*, de 2007 – ocorrida em 2012 que estabeleceu maior papel e responsabilidades da promoção de empresas sociais aos governos locais.

A partir dos dados dos dois Mapas da Pipe.Social, com dados de 2018 e de 2020, verificaram-se o impacto da presença das Leis do RN e RJ sobre três indicadores disponíveis nestas bases de dados: número de negócios de impacto nos Estados; número de negócios de impacto com faturamento; número de negócios de impacto com captação de recursos. Estes indicadores estão alinhados com alguns dos apontados na Teoria da Mudança representantes da expansão dos negócios de impacto e da qualificação dos negócios de impacto.

Para exemplificar o modelo de Diferença em diferenças (DD), considere uma das possíveis análises de impacto por Estado, no caso, a aprovação da Lei Estadual (e conjunto de ações associadas a elas como formação de Comitê Estadual) sobre o número de negócios de impacto nestes Estados. São usadas as informações dos Estados

de antes e depois da implementação de Leis Estaduais sendo o RN e o RJ, Estados com Lei, considerados como tratados e os demais Estados, como grupo controle. Foguel (2017) destaca que “A principal hipótese do método de DD é que a trajetória temporal da variável de resultado para o grupo de controle represente o que ocorreria com o grupo tratado caso não houvesse a intervenção.” No caso, a trajetória do número de negócios de impacto (e de outras variáveis de resultado) do RN e do RJ deveria seguir a mesma tendência das trajetórias dos demais Estados (sem Lei aprovada) caso não tivessem adotado as Leis estaduais. De Foguel (2017), considerando apenas dois períodos, um anterior e outro posterior a implementação de Lei para os negócios de impacto em alguns Estados, a equação do modelo pode ser especificada como:

$$(1) Y_{it} = X'_{it}\alpha + \gamma T_i + \rho dt_{it} + \beta(T_i dt_{it}) + \varepsilon_{it}$$

O subscrito t denota o período no qual o Estado i se encontra. T_i é uma variável binária que assume valor um se o Estado é tratado e valor zero, caso contrário; a variável dt_t também é binária, assumindo valor 1 no período pós-Lei e valor 0, caso contrário. O termo ε_{it} representa o erro aleatório; as variáveis T_i e dt_t aparecem isoladamente e interagindo. Isoladamente, elas captam as diferenças de média de Y_{it} entre o grupo de tratamento e controle e entre o período anterior e posterior à Lei, respectivamente; o termo de interação capta o que ocorreu com o grupo de tratamento no período pós-lei, ou seja, se a média da variável de resultado para esse grupo tornou-se diferente após a intervenção. O modelo permite a inclusão de controles para características observáveis - vetor $X_{it}=(X_{it1}, \dots, X_{itK})$ com K características observáveis do Estado i no período t . Estas características podem captar parte do efeito que, na ausência delas, seria equivocadamente atribuído à aprovação da Lei. Quando a variável de resultado é afetada por X_{it} , considerar este vetor também permite estimativas mais precisas do efeito de interesse, já que elas tendem a absorver parte da variabilidade da variável de resultado. Embora esteja indexado com o subscrito t , o vetor X_{it} pode conter características observáveis dos Estados invariantes no tempo. Exemplos para Estados do primeiro caso, geralmente considerados constantes no tempo quando se trata de intervalo de poucos anos, são aspectos culturais, percentual da população por gênero, etc. Uma das implicações da inclusão das características observáveis no modelo é que a análise passa a ser condicionada a X_{it} . O parâmetro β da equação continua a fornecer o efeito de interesse, porém agora levando-se em consideração que ele é obtido com a inclusão na regressão das variáveis de controles para as características em X_{it} . Assim, é o parâmetro β que mede o efeito da Lei na equação de regressão. No exemplo, este parâmetro mede o impacto sobre o número de negócios de impacto nos Estados que implementaram Leis Estaduais para os negócios de impacto em relação ao número de negócios nos Estados que não tiveram Leis aprovadas no período. Após as estimações, é possível representar os impactos sobre as trajetórias, graficamente, dispondo, por exemplo, das trajetórias do número de negócios de impacto dos Estados com e sem Lei, o que facilita o entendimento dos resultados por um público mais amplo.

2. Efeito das Leis Estaduais (do RN e RJ) no número de negócios de impacto

Na Tabela 1 são apresentadas algumas estatísticas descritivas e diferenças de médias entre o número de negócios de impacto e outras variáveis (taxa de inadimplência, índice de volume de vendas, logaritmo da população, logaritmo do número de empregos formais, logaritmo do número de pessoas com seguro desemprego) para Estados com Lei aprovada em 2020 (RN e RJ) e Estados sem Leis ou com Leis aprovadas posteriormente. Assim, os valores do grupo de Tratados (ou de Tratamento) corresponde apenas à média dos dados do RN e RJ, cada um em dois períodos, por isso N = 4; e os valores dos grupos de Controle são as médias de todas as demais 25 unidades da federação, para dois períodos e, portanto, para N = 50. Na última coluna, mostra-se a diferença de média das variáveis da tabela para os dois grupos.

Tabela 1- Diferença de média entre as variáveis dependentes e independentes

Variável	N	(2)		(1)		t-test
		Média/ Desvio Padrão	N	Média/ Desvio Padrão	N	Diferença
Número de Negócios de Impacto na Pipe.Social	4	68.75 [32.162]	50	39.52 [12.450]	50	29.23
Taxa de inadimplência	4	52.44 [0.727]	50	40.96 [1.365]	50	11.48**
Índice de volume de vendas	4	1092.87 [18.014]	50	1115.74 [19.962]	50	-22.87
Log da População	4	15.87 [0.460]	50	15.33 [0.145]	50	0.53
Log de Empregos Formais	2	8.67 [0.270]	41	9.09 [0.220]	41	-0.42
Log de Seguro-Desemprego	4	12.18 [0.562]	50	11.62 [0.177]	50	0.56

Nota: O valor exibido para os testes t são as diferenças nas médias entre os grupos.

***, ** e * indicam significância no nível crítico de 1, 5 e 10 por cento. O grupo dos estados tratados é formado por Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro que implementaram a lei em 2019.

Na Tabela 2, apresentam-se os resultados de modelos de Diferença em diferenças (DD) – equação (1) vista: $Y_{it} = X'_{it}\alpha + \gamma T_i + \rho dt_{it} + \beta(T_i dt_{it}) + \varepsilon_{it}$, considerando

os dados da Pipe de 2018 e 2020 e demais do IBGE e Bacen (isto é, $t = 2$), tendo como variável dependente o número de negócios de impacto de cada Estado (i), em 5 modelos diferentes, os quais variam de acordo com o número de variáveis de controles (X_{it}). O efeito da Implementação da Lei no RN e no RJ (T_i) sobre o número de negócios de impacto (Y_{it}) variou pouco nos 5 modelos e foi positivo e de pouco superior a 14 (primeira linha da tabela), contudo não foi estatisticamente significativa, isto é não se tem um efeito estatístico da implementação das Leis nos dois Estados de efeito sobre o número de negócios de impacto em relação aos demais Estados.

Tabela 2- Resultados dos modelos de diferença-em-diferenças

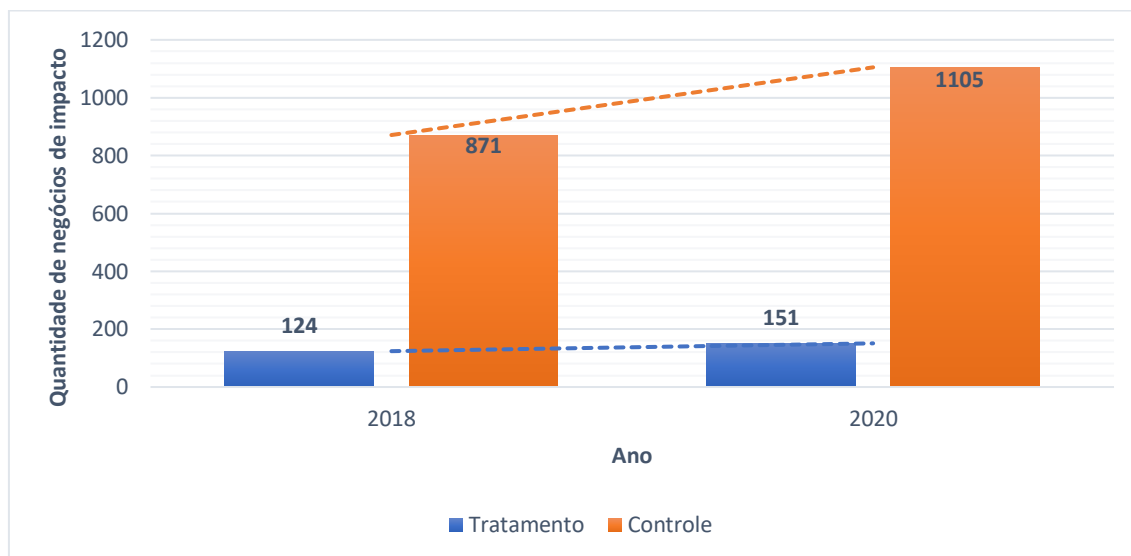
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Variável	Número de Negócios de Impacto	Número de Negócios de Impacto	Número de Negócios de Impacto	Número de Negócios de Impacto	Número de Negócios de Impacto
Implementação da Lei de Empresas de Impacto	14.44 (18.44)	14.22 (18.79)	14.19 (18.99)	14.91 (15.18)	14.37 (15.06)
Taxa de inadimplência		0.101 (0.812)	0.208 (0.881)	-0.358 (0.535)	-0.279 (0.588)
Log de Seguro-Desemprego				-19.83** (8.715)	-19.44** (9.462)
Log da População				1.10e-05*** (0.000)	1.10e-05*** (0.000)
Índice de volume de vendas			0.0196 (0.0577)		0.00115 (0.0377)
Constante	41.15** (16.71)	36.91 (37.82)	10.65 (86.59)	201.9* (104.7)	192.9 (130.9)
Observações	54	54	54	54	54
Número de Estados	27	27	27	27	27

Nota: Erros padrão entre parênteses *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$. Implementação da Lei de Empresas de Impacto consiste numa variável dummy igual a um se o Estado i sancionou a Lei Estadual na data t . O tratamento é formado por RN e RJ e o controle consiste nos demais estados mais DF.

Observa-se que uma dificuldade para se captar diferenças na análise acima é o baixo número de negócios de impacto do grupo tratado (RN e RJ) e a pequena alteração

nele de 2018 para 220: de 124 para 151; enquanto o número de negócios de impacto do grupo de controle passou de 871 para 1105 de 2018 a 2020 (Gráfico 1).

Gráfico 1- Quantidade de negócios de impacto por ano entre estados tratados (RN e RJ) e controle



Fonte: a partir dos dados da PIPE.

3. Efeitos das Leis Estaduais (do RN e RJ) sobre indicadores de desempenho dos negócios de impacto

A partir dos dados dos Mapas da Pipe.Social 2021 e 2019 (dados 2020 e 2018), após correções de nomenclaturas de siglas de Estados (este campo permitia a digitação da sigla e não a escolha, assim, aparecem para São Paulo, por exemplo, SP, Sp, sp); e eliminação de negócios de impacto sem identificação do Estado em que atua – um sem identificação do Estado (“Na”) em que atua e outro por ser um negócio de impacto do exterior (“NY”) e outros 26 sem preenchimento do campo – a amostra para as análises a seguir ficou com um total de 2.246 observações (cada uma corresponde a um negócio de impacto em um dos dois anos), das quais 26 sem identificação do Estado (dado faltante). Para tanto, foram criadas diversas variáveis Dummies: para identificar, para cada negócio de impacto, o Estado em que este está localizado e, a partir do Estado, a região geográfica brasileira; foram criadas dummies para os negócios considerados tratados, isto é, localizados nos Estados no RN ou RJ. Dos 2.246 negócios de impacto, observaram-se 302 na região Nordeste (108 no ano de 2018 e 194 no ano de 2020) e 1.657 nas regiões Sul e Sudeste; os demais, assim, estavam nas regiões Norte ou Centro-Oeste. Optou-se por fazer as análises sobre o faturamento e captação de recursos, nas seções a seguir, comparando o número de negócios de impacto com faturamento e com captação do RN com os dos demais Estados do NE, e dos negócios de impacto do RJ com os dos demais Estados das regiões S e SE; e, num modelo conjunto, dos negócios dos dois estados (RN e RJ) com os dos Estados do NE, S e SE. Isto é, nas análises abaixo, não foram considerados os negócios das regiões N e CO. Antes das análises de impacto, foram observadas algumas estatísticas descritivas relativas à observação de faturamento e a captação de recursos, para os Estados do RN, RJ e para as regiões consideradas.

Alguns problemas para estas análises feitas com esses dados: a não padronização das respostas e a não informação em algumas variáveis: para a construção da variável (dummy) que indicou se o negócio de impacto faturou ou não, das 2.246 observações, 801 indicaram como alternativa à pergunta como “N/R”, 18 “None”, 115 “NÃO”, 377 “Sem faturamento”; todas elas foram consideradas como sem faturamento. Para o total de negócios de impacto com faturamento, 341 marcaram a resposta “SIM” na pergunta de faturamento e 594 a resposta “Sim, estamos faturando”, isto é, 935, considerando os dois anos.

3.1. Faturamento: se observou ou não faturamento

A Tabela 3 destaca os números de negócios de impacto, com e sem faturamento, para as regiões consideradas nas análises e para os Estados do RN e RJ, nos anos de 2018 e 2020.

Tabela 3 – Número de negócios de impacto com e sem faturamento em 2018 e 2020

	2018			2020		
	Com faturamento	Sem faturamento	Total	Com faturamento	Sem faturamento	Total
Nordeste	58	50	108	46	148	194
Sul/ Sudeste	460	292	752	250	655	905
RN	6	3	9	3	15	18
RJ	75	39	114	36	97	133

Fonte: a partir de dados dos Mapas da Pipe de 2018 e 2020.

Novamente, uma dificuldade para as análises é o pequeno número de negócios de impacto com faturamento presente nos dados da Pipe para o RN: o número de negócios com faturamento passou de 6 para 3, de 2018 para 2020, e dos sem faturamento de 3 de 2018 para 15 em 2020. Para o RJ, o número de negócios de impacto com faturamento caiu para menos da metade, de 75 para 36, entre os dois anos, e o número de negócios sem faturamento passou de 39 para 97.

As Tabelas 4, 5 e 6 mostram os resultados dos modelos de diferença em diferenças (DD) para o RN/NE, RJ/(S/SE) e (RN e RJ) / (NE, S/SE), respectivamente, os quais captam as mudanças de 2018 para 2020, nos negócios de impacto cadastrados na Pipe.Social, na variável de resultado: Faturamento.

Considerando no grupo tratado os negócios de impacto do RN e no grupo controle os negócios de impacto dos demais Estados do NE, a Tabela 4 mostra que o efeito de ser tratado, isto é, de um negócio de impacto estar no RN (representado pela variável dummy Tratado_depois), teve efeito negativo (-0,219) em relação a ter apresentado faturamento, contudo este efeito foi estatisticamente insignificante.

Tabela 4 - Resultado da regressão de diferença em diferenças para o Rio Grande do Norte (RN) e para na região Nordeste (NE)

Variável	(1) d_faturou
tratado (RN)	0.141 (0.158)
depois	-0.281*** (0.0572)
tratado_depois	-0.219 (0.194)
constante	0.525*** (0.0457)
Observações	302
R-quadrado	0.095

Fonte: elaboração própria, com uso do Stata.

Nota: Erros padrão entre parênteses *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. tratado consiste numa variável dummy que indica 1 para RN. A variável depois corresponde a uma dummy igual a 1 para o ano de 2021 e tratado_depois refere-se a uma interação entre as variáveis tratado e depois. A variável dependente do modelo (d_faturou) é uma dummy igual a 1 se a empresa obteve faturamento.

A Tabela 5 traz a mesma análise da anterior, mas para a evolução de negócios de impacto com faturamento do Rio de Janeiro (grupo tratado), comparando-os com os negócios de impacto das regiões Sul e Sudeste (grupo de controle). O efeito do tratamento (ser um negócio de impacto no RJ no segundo ano) também foi negativo (-0,0604), mas também não estatisticamente insignificante.

Tabela 5 - Resultado da regressão de diferença em diferenças para o Rio de Janeiro (RJ) e para as regiões Sul e Sudeste (S/SE)

Variável	(1) d_faturou
tratado1 (RJ)	0.0535 (0.0474)
depois	-0.327***

	(0.0250)
tratado1_depois	-0.0604
	(0.0645)
constante	0.604***
	(0.0185)
Observações	1,655
R-quadrado	0.115

Fonte: elaboração própria, com uso do Stata.

Nota: Erros padrão entre parênteses *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. tratado1 consiste numa variável dummy que indica 1 para RJ. A variável depois corresponde a uma dummy igual a 1 para o ano de 2021 e tratado1_depois refere-se a uma interação entre as variáveis tratado e depois. A variável dependente do modelo (d_faturou) é uma dummy igual a 1 se a empresa obteve faturamento.

A Tabela 6 agrega as duas análises anteriores, considerando o grupo de tratamento o composto pelos negócios de impacto dos dois estados (RN e RJ) e o grupo de controle os negócios de impacto das regiões NE, S/SE. O efeito do tratamento continua sendo negativo (-0,0819), mas não estatisticamente insignificante.

Tabela 6 - Resultado da regressão de diferença em diferenças para os Estados do RN e RJ e regiões NE, S/SE

Variável	(1) d_faturou
tratado2 (RN e RJ)	0.0690
	(0.0448)
depois	-0.318***
	(0.0210)
tratado2_depois	-0.0819
	(0.0602)
constante	0.590***
	(0.0157)
Observações	2,272
R-quadrado	0.110

Fonte: elaboração própria, com uso do Stata.

Nota: Erros padrão entre parênteses *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$. tratado2 consiste numa variável dummy que indica 1 para RJ e RN. A variável depois corresponde a uma dummy igual a 1 para o ano de 2021 e tratado2_depois refere-se a uma interação entre as variáveis tratado e depois. A variável dependente do modelo (d_faturou) é uma dummy igual a 1 se a empresa obteve faturamento.

Todos os modelos indicaram coeficiente negativo, mas não estatisticamente significativo; isto é, pelos dados da Pipe.Social, não se observa evolução do número de negócios de impacto com faturamento de 2018 para 2020 nos Estados com Leis aprovadas em 2019 (RN e RJ), em relação ao número de negócios de impacto com faturamento dos demais Estados.

3.2. Captação de recursos: se captando recursos ou não

A Tabela 7 resume os quantitativos de respostas dos negócios de impacto referentes à variável Captação de investimentos - Respostas dos Negócios de impacto à Pergunta: “Está captando investimentos? (em 2021) e “Está captando?” (em 2019) -, constantes na base de dados que agrega as informações dos Mapas da Pipe de 2019 e 2021 (dados de 2018 e 2020). Foram considerados como negócios de impacto sem captação de investimentos os 891 que não indicaram estar captando enquanto foram considerados como negócios de impacto com captação de investimentos os 1.355 que responderam “SIM” e “Sim, estamos captando”.

Tabela 7 – Número de negócios de impacto por tipo de resposta em relação à captação de investimentos, para os anos de 2018 e 2020 conjuntamente

Respostas para captando ou não investimentos	Variável dummy criada (d_captando)		Total
	0	1	
N/R	15	0	15
None	71	0	71
NÃO	629	0	629
Não estamos captando	176	0	176
SIM	0	613	613
Sim, estamos captando	0	742	742
Total	891	1.355	2.246

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da Pipe

A Tabela 8 destaca os números de negócios de impacto, com e sem captação de recursos, para as regiões consideradas nas análises e para os Estados do RN e RJ, nos anos de 2018 e 2020.

Tabela 8 – Número de negócios de impacto com e sem captação de recursos em 2018 e 2020

Região/ Estado	2018			2020		
	Com captação	Sem captação	Total	Com captação	Sem captação	Total
Nordeste	88	20	108	97	97	194
RN	8	1	9	5	13	18
Sul/ Sudeste	548	204	752	433	472	905
RJ	86	28	114	70	63	133

Fonte: a partir de dados dos Mapas da Pipe de 2018 e 2020.

As Tabelas 9, 10 e 11 apresentam as análises de impacto sobre a variável indicativa da captação de recurso evidenciando que também neste caso não se detectou um efeito estatisticamente significativo à 5%, em nenhum dos três modelos. A diferença em relação à análise de faturamento é que neste caso, o modelo do RN resultou em impacto com sinal negativo (-0,3258) enquanto que o do RJ, positivo (0,0259) e, dadas suas magnitudes e tamanho das amostras, prevalecendo o sinal negativo no modelo com os negócios de impacto dos dois Estados.

Tabela 9 - Resultado da regressão de diferença em diferenças para o RN e para a região NE

Variável	(1) d_captando
tratado (RN)	0.0808 (0.1610)
depois	-0.285*** (0.0255)
tratado_depois	- 0.3258 (0.1976)
constante	0.808*** (0.0465)
Observações	302
R-quadrado	0.110

Fonte: elaboração própria, a partir do Stata.

Nota: Erros padrão entre parênteses *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. tratado consiste numa variável dummy que indica 1 para RN. A variável depois corresponde a uma dummy igual a 1 para o ano de 2021 e tratado_depois refere-se a uma interação entre as variáveis tratado e depois. A variável dependente do modelo (d_captando) é uma dummy igual a 1 se a empresa captou recursos.

Tabela 10 - Resultado da regressão de diferença em diferenças para o RJ e regiões S/SE

Variável	(1) d_captando
tratado1 (RJ)	0.0302 (0.0484)
depois	-0.254*** (0.0255)
tratado1_depois	0.0259 (0.0658)
constante	0.724*** (0.0188)
Observações	1,657
R-quadrado	0.066

Fonte: elaboração própria, a partir do Stata.

Nota: Erros padrão entre parênteses *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. tratado1 consiste numa variável dummy que indica 1 para RJ. A variável depois corresponde a uma dummy igual a 1 para o ano de 2021 e tratado1_depois refere-se a uma interação entre as variáveis tratado e depois. A variável dependente do modelo (d_captando) é uma dummy igual a 1 se a empresa captou recursos.

Tabela 11 - Resultado da regressão de diferença em diferenças para os tratados RN e RJ e regiões NE, S/SE, e com todas as regiões do Brasil

Variável	(1) d_captando	(2) d_captando
tratado2 (RN e RJ)	0.0288 (0.0462)	0.0160 (0.0454)
depois	-0.255*** (0.0233)	-0.262*** (0.0214)

tratado2_depois	-0.0121	-0.00571
	(0.0621)	(0.0611)
Constante	0.735***	0.748***
	(0.0174)	(0.0160)
Observações	1,959	2,246
R-quadrado	0.068	0.071

Fonte: elaboração própria, a partir do Stata.

Nota: Erros padrão entre parênteses *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. tratado2 consiste numa variável dummy que indica 1 para RJ e RN. A variável depois corresponde a uma dummy igual a 1 para o ano de 2021 e tratado2_depois refere-se a uma interação entre as variáveis tratado e depois. A variável dependente do modelo (d_captando) é uma dummy igual a 1 se a empresa captou recursos. Modelo (1) considera como controle os negócios de impacto das regiões NE e S/SE; Modelo (2) inclui como controle os negócios de impacto de todos os Estados brasileiros, com exceção dos considerados tratados (do RN e RJ).

4. Algumas análises sobre os dados e avaliações de impacto futuras

Considera-se importante que o registro ou cadastro dos negócios de impacto/empresas sociais seja feito por órgão oficial ou de forma que a Enimpecto possa acompanhar e ter total acesso aos dados cadastrados; assim, é de suma importância a iniciativa da Enimpecto junto ao Ipea e ao IBGE com esse intuito. Para futuras avaliações de impacto, é necessário um maior acompanhamento dos negócios de impacto ao longo do tempo e dos dados por negócio de impacto e a possibilidade de identificar as ações pelas quais estes Nis foram influenciados – as ações da Estratégia.

As bases de dados da Pipe.Social representam uma parte (talvez muito pequena) dos Nis no Brasil, dado o preenchimento voluntário. Mas, do ponto de vista da avaliação de impacto, constataram-se ainda as seguintes questões com as bases de dados da Pipe.Social:

- Critérios de seleção: é preciso saber claramente os critérios usados pela Pipe para a seleção dos Nis que entram nos Mapas da Pipe.Social – verificar a informação de que foram aproximadamente 5 mil aplicações para uma amostra final de 1272, em 2020 (e nos Mapas anteriores?);
- Registro dos negócios de impacto: os dados fornecidos não tinham um acompanhamento simples, como, por exemplo, por um número de registro; qualquer alteração no preenchimento do nome ou fundador gera uma dificuldade de acompanhamento; foram tentadas fusões das bases de dados de 2018 e 2020, e observaram-se apenas aproximadamente 180 Nis presentes nos últimos dois Mapas (2018 e 2020), com fusões pelo nome, fundador e site;

- As bases de dados disponibilizadas não estavam completas, com várias perguntas dos questionários não incluídas em cada uma delas;
- Dados para algumas variáveis em apenas um dos anos (2018 ou 2020), como, por exemplo, o número de trabalhadores dos negócios de impacto foi fornecido apenas para 2020;
- No questionário da Pipe.Social, há variáveis por faixas de financiamento e captação (valor), para as quais foram fornecidas apenas de forma binária (se recebeu financiamento ou captou recurso ou não).

O Estado do Rio Grande do Norte tem um decreto em elaboração para registro dos Nis; vai ser feito um registro, um cadastro nacional ou serão feitos registros e mapeamentos por cada Estado? A Enimpecto, o SIMPACTO, não pretende pelo menos padronizar as informações e o formato do registro? Para guiar compras públicas, por exemplo. Possibilidade/encaminhamento: elaboração de questionário pela Enimpecto para o Mapeamento dos Nis pelos Estados. (ver Mapeamentos existentes para os diversos países). O Site da Coréia do Sul tem o questionário para registro (da Kosea): em coreano, mas entendível pelo google tradutor. Como Janine, do Ipea, destacou: é preciso pensar no que se quer medir e avaliar (inclusive impacto) antes de se fazer o Mapeamento. Choi e Park (2020), por exemplo, usaram os dados da Coréia do Sul, de suas empresas sociais certificadas, dos 233 municípios do país, dados anuais de 2011 a 2017.

Documentos e classificações do Reino Unido são adequados para os Nis brasileiros? O tipo de registro mais adequado pode depender do modelo de negócio predominante (nos Estados); relato de Mona (RN), pessoas/empreendedores no Estado sem instrução.

Neste estágio inicial da Enimpecto, avaliações de ações/programas específicos podem ser até mais apropriadas, feitas com métodos considerados de padrão ouro, sobretudo no curto prazo, já que a mesma tem uma série de ações com potenciais impactos importantes e programas e ações promovidos por organizações envolvidas no próprio Comitê da Enimpecto e que, idealmente, devem ser planejadas antes da realização dos programas:

- caso de impacto do Superare com avaliação por experimento, combinada com o BNB;
- BNDES Garagem: 25 startups (etapa de tração), indicadores a serem definidos (1366 empreendimentos BNDES Garagem – Negócios de Impacto). Poderiam ser definidos entre os não selecionados, os melhores controles para os selecionados;
- Ideiaz: aproximadamente 125 projetos de impacto. Poderiam ser definidos entre os não selecionados, os melhores controles para eles.

Pode-se fazer um painel com a descrição dos principais programas/ações e métodos e preparação para sua avaliação. Programas principais de cada Eixo/Macro

objetivo e ações de interesse para serem avaliadas quantitativamente? Como avaliar iniciativas como: Seleção de até 3 Fundos de Impacto que representarão ao menos R\$ 800 milhões para Negócios de Impacto (BNDES); Inclusão de critérios de impacto socioambiental na estruturação de chamadas públicas para fundos de investimento realizadas pelo BNDES; Chamada de FIDC em 2020, com aporte da BPar de até R\$ 4 bilhões; Apoio a negócios de impacto nos critérios de seleção das chamadas públicas do Governo Federal (RHAE, IDEIAZ, BNDES Garagem); Capital Humano: Curso online Sebrae “Como criar um modelo de negócio de impacto socioambiental”: mais de 19.500 inscritos em 2020; Inserção do serviço de mensuração de impacto no Sebraetec; Inclusão de critérios de impacto na metodologia CERNE; Programa Academia ICE: 138 professores de 70 IES de todas as regiões do país; Redes: Programa InovAtiva de Impacto (mais de 100 startups de impacto aceleradas); Programa de Incubação e Aceleração de Impacto – 75 organizações beneficiadas; etc.

Já há nas análises da ToC indicadores que podem ser usados para cada uma das iniciativas acima, dos programas que foram e estão sendo implementados; para cada um deles, podem ser definidos indicadores de interesse segundo os disponibilizados na ToC.

Possível perspectiva: indicadores-chaves por Macro objetivo são para o acompanhamento das ações do Comitê da Enimpecto; indicadores (dentre os propostos) mais específicos para a avaliação dos Programas/Ações de destaque dentro de cada GT. Encaminhamento: definição dos principais programas por Eixo da Enimpecto e discussão inicial sobre avaliação dos mesmos.

Com o(s) mapeamento(s) dos Nis nos Estados, como o SIMPACTO está sendo implementado agora e as Leis Estaduais são recentes, mais ainda a atuação dos Comitês Estaduais, é difícil encontrar impacto por Estado no curto prazo; pode-se já pensar nos indicadores (dentre os propostos na ToC) a serem acompanhados pelos Estados – já podendo ser feita uma linha de base para cada Estado – ao longo do tempo que se espera impacto em cada um deles, para se definir/programar os momentos de avaliações futuras nos Estados.

Na avaliação qualitativa, das ações do CENIS-RN, pode-se discutir com o próprio Comitê o que se espera de suas ações sobre alguns indicadores apontados e em que tempo.

Análise 4 - Desdobramentos das ações do Comitê Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social (CENIS) do Rio Grande do Norte (RN)

1. Introdução

O Rio Grande do Norte (RN) tem população estimada pelo IBGE para 2021 em aproximadamente 3,56 milhões de pessoas (no Censo de 2010 eram 3,17 milhões sendo 2,46 milhões residentes em área urbana), o que o coloca em termos populacionais como a 16ª unidade da federação, dentre as 27. Ainda pelos dados do IBGE, o Estado do RN tem área territorial (em 2020) de 52.809,601 km², distribuída por 167 municípios. Sua pirâmide etária, em 2010, apresentava as seguintes três faixas mais largas: 10-14; 15-19; 20-24 anos.

Dados da FIERN, de seu Caderno Mais RN, apontam que o Produto Interno Bruto (PIB) do RN foi de R\$ 59 bilhões, em 2020, representando 1% do PIB do país, com os principais setores da economia do Estado do RN sendo o de Serviços (36%), Administração Pública (31%) e Comércio (14%). O Estado tem IDH, (dado do IBGE de 2010), de 0,684, na época o 16º da federação e maior do NE.

Alguns dados disponíveis no site do IBGE (2021), do mercado de trabalho do RN, mostram um rendimento nominal mensal domiciliar per capita (2020) de R\$ 1.077; proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais (2020) em 50,9%; rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais (2020), de R\$ 2.391; pessoal ocupado na Administração pública, defesa e seguridade social (2019): 181.126. Pelos dados da RAIS (2019) e do CAGED (2021), ambos segundo o IBGE (2021), o total de vínculos empregatícios no RN que em 2019 eram 607.027 caiu para 438.107, em 2021, acompanhando a queda nacional dada a pandemia da Covid; de janeiro a maio de 2021, observou-se uma recuperação no nível de empregos, tendo sido geradas aproximadamente 1600 vagas por mês, com o setor de Serviços sendo o responsável, já que foi o único com número de vagas positivo. Pelos dados do SIDRA, a taxa de desemprego de 2020 no RN foi de 15%, superior à do Brasil (de 12%) - como acontece desde 2014 -, mas abaixo da do Nordeste (16,1%).

Os dados do Mais RN-FIERN também mostram o número de empresas (formais) por município (são 167) do Estado, evidenciando que das 10.994 empresas (da pesquisa CNAE), havia uma concentração de empresas em Natal (2.884), Mossoró (1016) e Parnamirim (743). Na sequência, os municípios com maior número de empresas são Caicó (269), Macaíba (245), São Gonçalo do Amarante (237) e Parelhas (145) com números bem inferiores. Destes seis municípios com maior número de empresas, Parnamirim, Macaíba e São Gonçalo do Amarante estão na região metropolitana de Natal. Destacam-se os quantitativos de empresas com registros no CNAE nos segmentos da Construção, Manutenção e reparação de veículos, Fabricação de produtos de panificação, Fabricação de móveis, etc. Relatório da FIERN, para o ano de 2020, aponta

como principais produtos da pauta de exportação, em termos de valores exportados: melões, sal, fuel oil, melancias, tecidos de algodão e peixes.

Reportagem da Tribuna do Norte de 12 de setembro de 2021 cita estudo da FGV, do economista Daniel Duque, que mostra que entre o 1º trimestre de 2019 e janeiro de 2021, o índice de extrema pobreza no Rio Grande do Norte passou de 13,1% para 17%. A pobreza no RN chegou a 40,7% da população (incluindo os na extrema pobreza), acompanhando o avanço da miséria e da fome em todo o país no período. Seguindo parâmetros do Banco Mundial: uma pessoa é pobre quando vive com até R\$ 450 por mês e pobre extremo quando seus rendimentos mensais são de até R\$ 150 por mês (R\$ 5 por dia). A reportagem indica que são 1,4 milhões de potiguares na faixa da pobreza dos quais aproximadamente 600 mil vivem em condições de extrema pobreza. A pesquisa da FGV destaca o agravamento do cenário de pobreza pelo desemprego causado pela pandemia de Covid-19.

Ademais, segundo dados do IBGE (2021), o sistema educacional público do RN tem apresentado um dos piores desempenhos do país, com o IDEB de 4,7 dos anos iniciais do ensino fundamental (da rede pública, em 2019) tendo sido o 24º do país e o IDEB de 3,6 dos anos finais do ensino fundamental (rede pública, em 2019) o 26º. Em 2020, as matrículas no ensino fundamental eram de 448.764 e no ensino médio de 124.711. No ensino superior, o Estado tem várias opções, Universidades públicas federais (UFRN e UFERSA) e estadual (UERN), com campi na capital e em vários municípios do interior, e várias instituições privadas, entre elas as maiores, a UNI-RN, a UNP (agora do grupo Ânima).

Em resumo, o RN apresenta um cenário de população relativamente jovem, alto desemprego, grande parte da população vivendo em condições de pobreza, um sistema educacional de base (dos ensinos fundamental e médio) com desempenho relativamente mal avaliado em relação aos demais estados brasileiros, mas que proporciona muitas oportunidades de curso superior, e com a atividade econômica concentrada sobretudo em sua capital, Natal, e municípios da região metropolitana, e Mossoró.

Os negócios de impacto podem contribuir com a melhora do quadro socioeconômico no Estado do RN, através de iniciativas empreendedoras que, além de renda e geração de empregos, buscam impactos sociais e ambientais, inclusive ajudando o Estado no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), sobretudo no tocante aos de redução da pobreza e pobreza extrema, tanto pelo incentivo de empreendimentos criados por pessoas nessa situação como pela geração de empregos para estas pessoas em empreendimentos/ negócios com o objetivo de impacto social e facilitando o empreendimento de jovens desde a formação dos mesmos nas instituições de ensino superior como através de programas de formação e aceleração de negócios de impacto.

Para tanto, o Estado do RN tem adotado, como em diversos países do mundo, políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e socioambiental, envolvendo

múltiplos atores. Dentre estas políticas, está a criação da Lei para os negócios de impacto. O Rio Grande do Norte foi o primeiro estado a aprovar uma Lei¹⁵ para uma política estadual para os Negócios de Impacto, em 2019. Nesta Lei, foi criado o Comitê Estadual de Negócios de Impacto Social (CENIS), espelhando o Comitê da Estratégia Nacional para Negócios de Impacto (Enimpecto), com quatro Eixos e quatro Grupos de Trabalho (GTs) correspondentes, dentro dos quais são organizadas as ações do Comitê.

No Relatório de 2020 do CENIS, na contextualização dos negócios de impacto social, coloca-se o RN como um dos estados protagonistas em medidas inovadoras de inclusão social e incentivo ao empreendedorismo social, citando as seguintes medidas principais adotadas em 2019 e 2020: o novo Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (Proedi) que concede incentivos para as empresas instaladas em municípios com menor concentração econômica (Lei 10.640/2019); a Criação do Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Lei 10.536/2019); uma parceria entre a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (Sedraf) para a oferta de linha de crédito exclusiva para a Agricultura Familiar; a Aprovação do Plano Estadual de Economia Solidária do Rio Grande do Norte que prevê instrumento de valorização e aproximação entre pequenos produtores e o mercado consumidor (Decreto 29.974/2020); a Criação da Política Estadual do Trabalho, Emprego e Renda e do Fundo Estadual do Trabalho (Lei Complementar 665/2020); e a edição do novo Estatuto da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e dos Microempreendedores Individuais (Lei Complementar 675/2020).

Em análise preliminar de impacto, realizada com modelos econométricos de diferença em diferença, com os dados dos Mapas da Pipe.Social de 2018 e 2020, não se observaram efeitos estatisticamente significantes nas trajetórias do número de NIS do RN relativamente a outros Estados do Nordeste e, tampouco, dos indicadores de faturamento e captação de financiamentos. São duas as principais hipóteses para tanto: a não representatividade dos NIS do RN nos Mapas da Pipe.Social, dado o caráter voluntário de cadastro nos mapas da Pipe; e a fase inicial de implementação da política voltada aos NIS no Estado, ainda em estágio de estruturação legal, com apoio da Estratégia Nacional (Enimpecto) que também é recente. Para o RN, a primeira hipótese deve ser sem dúvida considerada já que, pelos dados da Pipe.social de 2020 para o Estado, foram registrados apenas 18 NIS dos quais 8 em Natal e 5 em Mossoró e com vários deles ainda em fase de protótipo, piloto ou com uma operação mínima - não contendo, inclusive alguns NIS participantes ou conhecedores do CENIS.

Através de pesquisa documental e de entrevistas a vários membros do CENIS-RN, representantes de todos os seus quatro Eixos, analisam-se neste trabalho, a

¹⁵ Lei do RN: 10.483, de 04 de fevereiro de **2019**; outros Estados aprovaram Leis semelhantes: RJ (Lei 8.571, 16 de outubro de **2019**, ainda não implementada); no Sudeste: MG (Lei 23.672, de 03 de julho de **2020**); no Centro-oeste: DF (Lei 6.832, de 26 de abril de **2021**); outros Estados do Nordeste apenas em 2021: PB (Lei 11.869, de 09 de abril de **2021**), PE (Lei 17.271, de 21 de maio de **2021**), AL (Lei 8.471, de 26 de julho de **2021**).

formação do CENIS e suas ações neste curto período de sua implementação. Comparando-se o CENIS ao Comitê da Enimpecto, fazem-se sugestões sobre a composição, organização e planejamento de ações do CENIS. Espera-se, assim contribuir para o aperfeiçoamento do CENIS visando sua maior representatividade e potencial impacto no ecossistema dos negócios de impacto do Rio Grande do Norte.

Além dessa Introdução, a seção 2 descreve resumidamente a Metodologia empregada; a seção 3 traz uma análise do CENIS, sua organização e ações realizadas e planejadas; na seção 4, apontam-se alguns resultados e indicadores que podem ser acompanhados pelo CENIS; em 5, conclui-se este relatório.

2. Metodologia

Descreveu-se a estrutura do Comitê Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social (CENIS) do Rio Grande do Norte (RN) e as ações realizadas em (2020-2021). A descrição da estrutura, ações e planejamento do CENIS-RN foi realizada através de documentos e de pesquisa/entrevistas com componentes do CENIS-RN, sendo o principal documento o Relatório de atividades e de Planejamento do CENIS de 2020/2021.

Através de entrevistas com membros do CENIS-RN, procurou-se formar um panorama com as percepções dos membros do Comitê sobre aspectos correspondentes a quatro blocos de perguntas: 1) a organização e atuação do CENIS-RN, o seu propósito, a organização e composição de seus Eixos, a sistemática e frequência de suas reuniões, suas ações realizadas até 2021 e as programadas para 2022; 2) visão dos membros do CENIS-RN sobre o ecossistema de NIS do RN, seus atores, perfil dos NIS, possíveis entraves para o desenvolvimento do ecossistema potiguar; 3) percepção da interação do Comitê Estadual com a Enimpecto, a comunicação, a importância do Simpecto; 4) opinião deles sobre alguns resultados das análises de avaliação de impacto realizadas até aqui neste trabalho de consultoria. Através dos documentos e entrevistas, foram feitas análises sobre a composição do CENIS, sua organização e ações realizadas e planejadas.

As entrevistas com os membros do CENIS, contemplando participantes de todos os quatro Eixos, corresponderam à: dez entrevistas com treze membros do CENIS. Foram entrevistados representantes de todos os quatro Eixos, sendo duas lideranças da política, integrantes do Sebrae-RN (2), atuantes em todos os Eixos; uma entrevista com três representantes da SEDEC (3); entrevistas com representantes das instituições de ensino superior UNI-RN (1), UNP (3), UERN (1) e UFRN (1); uma representante da FIERN; um representante dos NIS, da ImpactaNE.

Por fim, elaborou-se uma sugestão de resultados e indicadores, nos moldes do feito para a Enimpecto, com as principais atividades (macro objetivos e ações) do CENIS-RN, e seus produtos, resultados e impactos previstos, assim como indicadores que podem ser usados pelo Comitê para verificar estes resultados.

3. O CENIS e uma análise de sua organização e ações

3.1. O Comitê Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social (CENIS)¹⁶

O Comitê Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social (CENIS) do RN foi instalado com a posse de seus representantes em 15 de outubro de 2019, a partir da Política estadual de investimentos e negócios de impacto social, estabelecida na Lei 10.483/2019 (conhecida como Lei de Negócios de Impacto Social). Os Negócios de Impacto Social (NIS) foram definidos na referida Lei do RN como “empreendimentos com o objetivo de gerar impacto socioambiental e resultado financeiro e/ou econômico positivo de forma sustentável”, tendo como premissa básica, segundo o Relatório do CENIS de 2020, “a necessidade de resolver ou contribuir para a solução de um problema social e/ou ambiental de forma autossustentável e independente, sob o aspecto financeiro”; sendo, portanto, os NIS relacionados aos “...ideais do empreendedorismo, da economia solidária, da transformação e da inclusão social, de um meio ambiente saudável e equilibrado, da participação popular e de todas as ideias que contribuam diretamente com a criação e promoção de um ambiente favorável aos novos investimentos em favor do Rio Grande do Norte”.

Na seção 2 do Relatório de 2020, descrevem-se elementos da Lei 10.483/2019, da Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social, indicando o alinhamento de seus objetivos com os da Enimpecto e das definições que caracterizam o ecossistema, assim como a identificação de áreas de atuação dos NIS no RN, os condicionantes para ser caracterizado como NIS e os tipos de empreendedores que podem desenvolver NIS, quais sejam: “Sociedades com fins econômicos/empresas; Cooperativas; Organizações da Sociedade Civil (OSC); e Associações”. Por fim, são descritos princípios norteadores da Política e do CENIS.

A seção 3 do Relatório de 2020 do CENIS trata da criação do próprio Comitê, através do Decreto 28.767, de 02 de abril de 2019, o qual regulamentou a Lei, estabelecendo como incumbência para o CENIS: “monitorar, avaliar e articular a implementação da Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social” (art. 1º). Neste Decreto (art. 4º), foram estabelecidas as seguintes atribuições e competências para o CENIS: Definir os critérios para o enquadramento dos empreendimentos de negócios de impacto social; Criar o Plano de Incentivo Tributário e de Infraestrutura para os negócios de impacto social; Propor leis de incentivo fiscais que minimizem o impacto do investimento no orçamento das empresas; Propor regras sobre o retorno financeiro aos investidores, com limites pré-estabelecidos anualmente; e Outras ações, no âmbito da Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social, que vierem a ser estabelecidas por seu regimento interno.

O CENIS foi criado no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC) que convidou as seguintes instituições públicas e privadas para a formalização da indicação dos membros do Comitê. Composto por um (1) representante

¹⁶ Descrição baseada no Relatório de atividades 2020 e Planejamento 2021 do CENIS

de cada um dos seguintes órgãos: Órgãos e entidades: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC), Secretaria da Tributação (SET), Secretaria do Planejamento e das Finanças (SEPLAN), Secretaria do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN) e Junta Comercial do Rio Grande do Norte (Jucern). Por um titular e um suplente das Instituições de ensino: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Universidade Potiguar (UNP) e Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), Centro Universitário FACEX (UNIFACEX). Representantes de Bancos oficiais: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Nordeste (BNB). Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto da Enimpecto. E dez (10) representantes do setor privado, de organizações estaduais da sociedade civil: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN), Fecomércio (Sistema Fecomércio do Rio Grande do Norte composto pela Federação do Comércio de Bens e Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac – e pelo Serviço Social do Comércio – Sesc); Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Norte (FCDL/RN), Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte (Faern), Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Norte (Facern) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Rio Grande do Norte. Outras organizações: Associação dos Empreendedores de São Miguel do Gostoso e Região (Aegostoso), ONG Centro de Promoção à Assistência Social (CEPAS), empresa Ecosol Tijolos Ecológico (Ecosol) e a Organização das Cooperativas do Estado do RN (Ocern) (todas convidadas pela Sedec).

Estes membros foram agrupados em quatro (4) Eixos temáticos, definidos no art. 5º do Decreto estadual, seguindo a estrutura e denominação utilizada pela Enimpecto: Eixo 1: “Ampliação da Oferta de capital”; Eixo 2: “Aumento do número de negócios de impacto”; Eixo 3: “Fortalecimento das organizações intermediárias”; Eixo 4: “Promoção de um macroambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e negócios de impacto”.

Também como na Enimpecto, para cada um dos Eixos foi constituído um Grupo de Trabalho (GT). Definiram-se as periodicidades das reuniões dos Eixos como mensalmente, para suas agendas próprias, e uma reunião geral do CENIS trimestralmente. Esses convidados estão listados no Relatório de 2020 o qual também contém no seu fim a lista de atores participantes do Relatório por Eixo.

3.2. Uma análise da organização do CENIS comparada a do Comitê da Enimpecto

Uma comparação das organizações do CENIS e do Comitê da Enimpecto evidenciam diversas diferenças que, claro, devem ser consideradas à luz dos alcances dos dois Comitês - um nacional e o outro estadual -, mas considerando também que o CENIS foi criado buscando algumas similaridades ao Comitê da Enimpecto. Há diferenças na composição dos comitês, na organização dos Grupos de Trabalho (GTs), macro objetivos para estes, frequências de reuniões, de ações planejadas, etc.

Uma primeira diferença marcante é a definição clara no Comitê da Enimpecto das lideranças da Estratégia, que tem um coordenador, Lucas Ramalho, e (co)líderes dos GTs. Apesar de envolver diversos outros membros dos GTs nomeados por portaria do Ministério da Economia (ME) e outros participantes em iniciativas pontuais, o coordenador da Estratégia e os líderes de cada GT têm um papel importante na definição da agenda de cada Grupo e na responsabilidade do cumprimento das ações planejadas. As reuniões dos GTs da Enimpecto são quinzenais, e a de seus líderes são mensais, sendo trimestrais as reuniões gerais do Comitê, com todos os participantes; todas elas são organizadas e geridas por Lucas Ramalho, o coordenador da Enimpecto. No CENIS, há as reuniões mensais dos GTs e trimestrais com todos os integrantes, mas como não há líderes, não há reuniões destes. Considera-se importante que os GTs do CENIS definam líderes que planejem e organizem as atividades de cada GT.

O Quadro 1 mostra as Entidades representantes com membros no CENIS-RN e as Entidades com líderes nos GTs equivalentes da Enimpecto. No GT1 da Enimpecto há a representação da Aliança como um dos líderes enquanto no CENIS não há uma entidade equivalente. No GT2 do CENIS, pode ser interessante ter uma representação de alguma secretaria de Governo, como a SETHAS, por exemplo, em papel semelhante à liderança do Ministério da Cidadania, para convergir com as demais iniciativas do Governo do RN. Esse GT também poderia ter a participação da Fapern, que conta com editais de apoio e faz a seleção de alguns editais do CNPq. No GT3, sugere-se a participação dos principais representantes de organizações intermediárias – Parques Tecnológicos, incubadoras e aceleradoras como o Instituto Metrópole Digital (IMD), da UFRN, o Parque Tecnológico do RN, e de outras incubadoras e aceleradoras de outras IES do Estado, assim como a mudança do ImpactaNE do GT1 para o GT3. No GT4, assim como fez posteriormente a Enimpecto, considera-se relevante a participação de representantes políticos locais (da câmara de deputados e de vereadores) e a formalização da participação da OAB ou de escritórios de advocacia (como o de Nadjaluce).

Quadro 1 - Entidades componentes do CENIS e com líderes da Enimpecto, em 2021

Eixos/GTs	Entidades com representantes participantes do CENIS (convidados pela SEDEC)	Entidades dos líderes da Enimpecto
GT1/ Eixo 1 – Ampliação da oferta de capital	AGN; Banco do Brasil; Banco do Nordeste; Caixa; Impacta Nordeste; Sebrae	Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto (Beto Scretas); BNDES (Daniela Arantes); Ministério da Economia (Lucas - coordenador da Enimpecto).
GT2/ Eixo 2 – Aumento do número de negócios de impacto	AEgostoso; Caritas Diocesana de Caicó; OCERN; Cepas IFRN; UERN; UNI-RN; UFERSA; UNIFACEX; UFRN; UNP; Sebrae.	Sebrae (Philippe); Ministério da Cidadania (Ana Heloisa); Ministério da Economia (Lucas - coordenador da Enimpecto).

GT3/ Eixo 3 – Fortalecimento das organizações Intermediárias	AEgostoso; FAERN/SENAR; FACERN; FCDL; Fecomércio (Sesc/Senac); FIERN; JUCERN; Sebrae.	Anprotec (Guila); (Sheila); Ministério da Economia (Lucas - coordenador da Enimpecto).
GT4/Eixo 4 – Promoção de um macroambiente institucional e normativo favorável aos negócios de impacto	SEDEC; SETHAS; SEPLAN; SET; Sebrae.	Sistema B (Marcel e Rachel); Ministério da Economia (Lucas - coordenador da Enimpecto).

Fonte: Relatório do CENIS de 2020 e Relatório da Enimpecto de 2021.

O CENIS, como descrito acima, foi criado como um espelho do Comitê da Enimpecto, com seus Eixos e Grupos de Trabalho, mas os componentes da Enimpecto já eram especialistas em negócios de impacto, diferentemente dos membros do CENIS, escolhidos por indicação das entidades que receberam as cartas convite da SEDEC. Essas entidades, apesar de guardarem algumas semelhanças às representadas na Enimpecto, têm a escolha de seus representantes impactando diretamente na participação dos mesmos nas reuniões e atividades do Comitê. Muitos destes representantes indicados não tinham familiaridade com o tema quando integraram o CENIS e precisam de mais informações sobre os negócios de impacto para terem uma participação relevante no Comitê.

Pelas entrevistas com os membros do CENIS, com o formato por GTs/Eixos e frequência das reuniões atuais: faltam muitos membros em várias reuniões; há uma rotatividade muito grande de representantes das instituições nas reuniões; vários temas são comuns e não há uma interação suficiente dos membros dos GTs (com a reunião apenas trimestral). Vários integrantes designados para a composição do CENIS (conforme publicação na edição 14.499 do Diário Oficial do Estado, de 14 de setembro de 2019, como consta no Anexo 1 do Relatório do CENIS de 2020) já foram substituídos por outros (informalmente?) nas reuniões ou já não frequentam mais as reuniões.

O formato da organização Enimpecto, com atividades a serem realizadas pelos GTs de forma independente, é adequado para pessoas já ativas na área e que potencializam suas agendas com a interação com os demais membros dos GTs/Eixos. A definição de líderes nos GTs da Enimpecto também facilita as ações dos Grupos e atribui as responsabilidades de forma mais clara para seus integrantes. Ainda, mesmo com membros já atuantes na área, o comitê da Enimpecto tem uma frequência de reuniões maior que o CENIS: quinzenal com os líderes de cada GT e mensal com os líderes de todos os GTs/Eixos e trimestrais com todo o Comitê enquanto as reuniões dos GTs do CENIS são mensais e para todos os integrantes e a com todos do Comitê é apenas trimestral.

Uma possibilidade é a realização de mais reuniões (mais frequentes do que trimestralmente) com todos os participantes do CENIS em um primeiro momento, pelo menos na fase inicial de consolidação da política estadual para nivelamento das informações principais – conceitos, atores principais, política nacional da Enimpecto,

políticas de outros países – e consequente consolidação do planejamento e das ações por todos. Ainda, idealmente, seriam escolhidos um coordenador da política e líderes para os GTs que passariam a fazer reuniões entre eles para a definição de encaminhamentos mensais.

Atualmente, os integrantes do Sebrae-RN têm liderado (informalmente) as ações do CENIS; estão presentes em todos os Eixos, e o trabalho de seus representantes (Mona Paula e Nadjaluce) é reconhecido por todos os entrevistados. Várias ações poderiam ser potencializadas com o compartilhamento de liderança de outras entidades, em alguns dos GTs. Talvez falte um coordenador do Governo, para trabalhar em parceria com o Sebrae-RN, membro de alguma de suas secretarias, para desempenhar papel semelhante ao de Lucas Ramalho na Enimpecto, e que tenha o CENIS como principal agenda.

Fazendo um paralelo dos integrantes dos GTs do CENIS e Enimpecto, no GT1 do CENIS parece faltar a presença de representantes financeiros privados, como na Enimpecto; os Bancos têm pouca participação até aqui, pelos relatos; interessante, como na Enimpecto, é ter atores que trabalham com o tema e têm interesse em programas de incentivos: como é o caso de Daniela Arantes (do BNDES) e de Lúcia (do BNB), que respondem diretamente por programas de crédito para o público de empreendedores de negócios de impacto.

No GT2 do CENIS, pelas entrevistas e minha percepção como professor, é necessário o aperfeiçoamento da participação das Universidades com o envolvimento de pessoas nas IES ligadas diretamente ao empreendedorismo: professores que trabalham nas incubadoras, aceleradoras, parques tecnológicos, na coordenação e nas empresas júnior, em suma, professores com envolvimento direto com potenciais empreendedores e que lecionam disciplinas de empreendedorismo. Uma iniciativa importante da Enimpecto é a participação dos representantes das IES no programa Academia ICE no qual já participam 142 professores e pesquisadores de mais de 70 IES e que conta com poucos professores do RN. Na UFRN, por exemplo, há professores do MetrÓpole Digital que ensinam empreendedorismo e são responsáveis por programa de incubação; da mesma maneira, os há em incubadoras e aceleradoras de outras IES, do parque tecnológico do RN, e que não estão no CENIS. O GT2 poderia também contar com um representante da Fapern, cujos editais podem contemplar negócios de impacto e que é responsável pela seleção de alguns editais do CNPq.

No GT3, sente-se falta de representantes das incubadoras, aceleradoras, parques tecnológicos, representantes das Reitorias das instituições de ensino; nesse caso, no GT2 ficariam os professores diretamente envolvidos com o ensino de empreendedorismo e com programas de aceleração e incubação, e no GT3 representantes políticos destas instituições, alguns já participantes do CENIS. A Impacta NE talvez tivesse melhor papel nesse Eixo.

No GT4, fazendo-se um paralelo com a Enimpecto, faltam representantes das câmaras de deputados (e vereadores de municípios com maior atuação), e

representantes do direito; talvez um convite à OAB para o envolvimento de mais advogados através de uma de suas Comissões auxiliasse Nadjaluce, que tem contribuído com a parte legal como representante do Sebrae-RN.

Pelos relatos, alguns membros de entidades importantes (secretarias do Governo, por exemplo) não tem participado de reuniões: sugere-se uma troca mais ágil dos representantes não ativos, de preferência por pessoas ligadas ao tema e, em alguns casos, uma tentativa de reaproximação do CENIS com pessoas que trabalham na área e deixaram de frequentar as reuniões. Por exemplo, pode-se procurar entender quais membros podem ser convidados para compor cada um dos GTs/Eixos, de forma que as cooperativas, que têm grande potencial no Estado para o desenvolvimento de negócios de impacto, sejam representadas do CENIS. Em algumas entrevistas, relatou-se o envolvimento de representante da SHETAS inicialmente, mas a descontinuidade na participação deste nas reuniões. Na opinião de mais de um entrevistado, a iniciativa do CENIS não pareceu atender ao público das cooperativas. Para a continuidade da representação das instituições públicas, parece importante também o envolvimento de servidores efetivos, em conjunto com servidores que exercem cargos comissionados, de preferência que já atuem ou estejam interessados no tema.

A Racionalidade governamental - o objetivo maior do Governo com a política - e os modelos de empresas sociais ou de negócios de impacto trazem a reflexão da necessidade de representação nos GTs/Eixos dos diferentes sub ecossistemas de negócios de impacto: poderiam ajudar a uma definição de membros do Comitê, novo convidados e representantes de setores/grupos de atores considerados importantes para o ecossistema local e considerando as prioridades (políticas) que cada Estado pode estabelecer. No caso do RN, parece essencial contar com a participação de representantes das cooperativas com representantes em todos os GTs. Quais entidades estariam mais envolvidas com créditos para cooperativas? (Eixo 1) Quais professores de IES atuam cm pesquisas nas cooperativas? (Eixo 2) Quais organizações intermediárias as representam? (Eixo 3) Quais são seus representantes legais? (eixo 4).

Uma outra diferença do comitê da Enimpecto em relação ao CENIS é a participação de vários convidados na Enimpecto para integrar grupos de trabalhos provisórios. Para tanto, antes disso, deve ser elaborado o planejamento de mais longo prazo do CENIS para um maior entendimento de como convidados podem contribuir.

Enfim, destaca-se a necessidade de redução da assimetria de informação entre participantes atuais do CENIS e de entrantes: são muitas as ações da Enimpecto e do próprio CENIS que precisam ser compartilhadas. Sugerem-se: reuniões mais frequentes e com a participação de todos os membros do CENIS; uma maior divulgação das ações da Enimpecto, muitas que podem beneficiar os empreendedores locais e NIS do RN; uma maior integração dos membros do CENIS no SIMPACTO. Como previsto pela Enimpecto, mas que não está previsto na criação do CENIS, é necessário pensar numa política de comunicação local, ou, de forma mais simplificada, com pelo menos a criação de listas de atores do ecossistema no Estado e compartilhamento de informações. Que atores poderiam ficar responsáveis por tal comunicação? Quem poderia estar sempre

divulgando as ações da Enimpecto e do ecossistema local de forma mais apropriada? Exemplificando a assimetria de informação, nas entrevistas, alguns dos membros não conheciam ou divergiram sobre os conceitos de negócios de impacto; não conheciam os Relatórios da Enimpecto e suas ações (e seu site) e seu comitê e não sabiam sobre a criação do SIMPACTO.

3.3. Análise das ações e planejamento do CENIS

Comparando novamente o CENIS com o comitê da Enimpecto, além dos relatórios anuais (feitos também pelo CENIS), é importante ter um documento de planejamento de suas ações para um prazo mais longo – o da Enimpecto é para dez anos. Falta ao CENIS um planejamento semelhante e que norteie também os novos ingressantes do Comitê. Há a perspectiva de elaboração de um plano de governança por parte do Sebrae para a política do RN.

Na fase inicial, muitos dos membros (parte entrantes ao longo do tempo) precisam de informações básicas, como o conceito de NIS, os tipos legais possíveis dos NIS, a Legislação, atores do ecossistema, principais iniciativas, etc. Nas entrevistas, constatou-se o desconhecimento de vários integrantes do Comitê das definições de Nis, dos atores do Estado, e até algumas visões bem diferentes dos membros sobre o propósito do CENIS-RN.

Além disso, na Enimpecto, foi incorporado um maior detalhamento das ações realizadas que passaram a ser subdivididas em iniciativas, a partir dos Relatórios de 2020 e 2021. Como na Enimpecto, o CENIS-RN pode planejar ações (a serem desenvolvidas no longo prazo) e iniciativas que são atendidas ano a ano (apresentadas nos relatórios anuais).

O CENIS, apesar de inspirado na Enimpecto, apresentou, em seu Relatório de 2020/2021, os mesmos quatro Eixos da Enimpecto, mas macro objetivos diferentes – algumas subdivisões de macro objetivos da Enimpecto, acréscimo de alguns macro objetivos e algumas alterações de macro objetivos de GTs. O Quadro 2 mostra que no GT1/Eixo 1 foram acrescentados três macro objetivos (em negrito) e retirado um (em itálico), em relação à Enimpecto. Os três macro objetivos acrescentados poderiam ser ações dentro dos existentes. No GT2 do CENIS, houve uma subdivisão de um macro objetivo (destacado em negrito) da Enimpecto e o Mapeamento dos processos foi retirado, provavelmente em substituição ao Mapeamento que passou a fazer parte de um macro objetivo do GT4; ainda, a Enimpecto passou a destacar em seu macro objetivo do Eixo 2 os inscritos no CadÚnico enquanto o CENIS não traz esse público alvo em seu macro objetivo.

Quadro 2 – Quadro com os macro objetivos do CENIS, por GT/Eixo

Eixos/GTs do CENIS
GT1/ Eixo 1 – Ampliação da oferta de capital

<p>Macro objetivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliar a disponibilidade de recursos do Governo para os NIS. 2. Atrair capital privado para os NIS. 3. Mobilizar investidores-anjos para o campo dos investimentos em NIS. 4. Ampliar a oferta de capital para os NIS. 5. Analisar a criação de fundo específico para apoio aos NIS. <p><i>(Estimular a compra/contratação de Negócios de Impacto pelo Estado)</i></p>
<p>GT2/ Eixo 2 – Aumento do número de negócios de impacto</p> <p>Macro objetivos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>(Mapear e)</i> Fortalecer processos de apoio aos empreendedores de NIS. 2. Apoiar a conexão de NIS com demandas da gestão pública. 3. Apoiar a conexão dos NIS com cadeias de valor de grandes empresas. (subdivisão do nacional) 4. Ampliar a representatividade e o apoio para as empreendedoras mulheres, as classes específicas (indígenas, quilombola, LGBT, pessoas com deficiências) e jovens. <i>(e/ ou inscritos no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico))</i> 5. Fomentar a cultura de avaliação de impacto dos NIS.
<p>GT3/ Eixo 3 – Fortalecimento das organizações Intermediárias</p> <p>Macro objetivos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilizar recursos para financiar o fortalecimento de organizações intermediárias. 2. Fortalecer e qualificar incubadoras, aceleradoras e redes de anjos que atuem com NIS. 3. Ampliar estudos e pesquisas sobre o campo dos Investimentos e NIS. 4. Fortalecer programas de formação em empreendedorismo de impacto nas instituições de ensino superior.
<p>GT4/Eixo 4 – Promoção de um macroambiente institucional e normativo favorável aos negócios de impacto</p> <p>Macro objetivos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Propor e acompanhar normas regulamentadoras que resultem o fortalecimento dos NIS. 2. Fortalecer a gestão de dados sobre investimentos e NIS. 3. Mapear, reconhecer e dar visibilidade aos investimentos e NIS.

Fonte: Relatório de atividades do CENIS de 2020/2021

Sugere-se que o CENIS elabore um planejamento de longo prazo com a definição de ações por macro objetivos e acompanhamento anual das ações, subdivididas em iniciativas, como feito pela Enimpecto.

O Quadro 3 lista as ações realizadas pelo CENIS em 2019/2020/2021 e planejadas para 2021/2022, por Eixo/GT do CENIS, e algumas das principais ações da Enimpecto de seus Eixos equivalentes, descritas em seu Relatório de 2021.

Quadro 3 - Ações/ iniciativas (realizações) do CENIS de 2020 e planejadas para 2021 comparadas a algumas das principais ações do Comitê da Enimpecto

Eixos/GTs	Atividades/ Realizações (Relatório 2020)	Planejamento de iniciativas para 2021/ Agenda 2021 (Relatório 2020)	Principais ações da Enimpecto
GT1/ Eixo 1 – Ampliação da oferta de capital	<p>1) Socialização da temática de NIS nos Comitês Territoriais do RN (11 Territórios) em parceria com o Sebrae e os Agentes de Desenvolvimento do Banco do Nordeste com a finalidade de aprofundar nas organizações financeiras o conceito de NIS.</p> <p>2) Realização de reunião técnica com Diretoria da AGN para possibilitar parceria para catalisar as ações fomentadoras de crédito para os NIS.</p>	<p>1.1. Estabelecer parceria CEF/AGN para atender demandas dos NIS (crédito orientado).</p> <p>1.2. Propor a inserção nos editais do BNB de benefícios às empresas com características de NIS, nos termos da legislação estadual.</p> <p>1.3. Criar o Fundo dos NIS.</p> <p>1.4. Aprofundar nas organizações financeiras o conceito de NIS para uma atuação específica para aplicação dos benefícios.</p> <p>1.5. Criar uma linha de crédito específica na AGN para os NIS.</p>	- Fundos de investimento de impacto de 800 milhões para NIS (BNDES), com contratação de gestores dos fundos; além do BNDES Garagem.
GT2/ Eixo 2 – Aumento do número de negócios de impacto	<p>1) Atuação com os segmentos de jovens (Passo da Pátria e comunidade do Maruim), mulheres (base tecnológica e gerencial) e quilombolas.</p> <p>2) Reuniões temáticas com a incubadora Catavento, Projeto com Jovens e Empresas Juniores.</p> <p>3) Diálogos sobre monetarização dos NIS.</p>	<p>2.1. Identificar como financiar as realizações de ações considerando a atual situação de emergência no Estado.</p> <p>2.2. Promover ações de apoio e aumento das Empresas Juniores.</p> <p>2.3. Propiciar o engajamento das instituições de ensino superior e ONG nos editais de incentivo aos NIS.</p> <p>2.4. Ampliar a participação nos incentivos aos segmentos com maior vulnerabilidade.</p>	<p>- Continuidade de iniciativas mais antigas: NIS com mentorias, capacitações e atendimentos de NIS pelos Sebrae Estaduais; Publicações do Sebrae; 3º Mapa Pipe.Social; Avaliação de impacto de NIS pelo Sebraetec; Ampliação do InovAtiva;</p> <p>- Parceria com BNB para avaliação do Superare combinado com o microcrédito do Banco; e fórum de microcrédito.</p>
GT3/ Eixo 3 – Fortalecimento das organizações Intermediárias	<p>1) Mapeamento de instituições que atuam com programas de formação em empreendedorismo de impacto nas instituições de ensino superior.</p> <p>2) Identificação e mapeamento das organizações intermediárias no RN e-books e mapeamento das incubadoras, aceleradoras e redes de anjos.</p> <p>3) Conhecimento das sistemáticas de recursos e serviços financeiros, fundos de investimentos, fundos sociais, instituições financeiras disponíveis no RN.</p>	<p>3.1. Identificar e mapear as organizações intermediárias ativas no RN.</p> <p>3.2. Identificar os modelos de gestão de acesso à investidores (incubadora, aceleradora, consultor de investimento, plataforma etc).</p> <p>3.3. Estabelecer sistemática de monitoramento, avaliação e certificação quanto à aplicação dos recursos.</p> <p>3.4. Identificar e mapear as instituições de ensino superior e organizações que formam profissionais que atuam nas organizações intermediárias de apoio aos NIS.</p> <p>3.5. Construir matriz de estudos e pesquisas desenvolvidos no País referente à investimentos e NIS.</p>	<p>- Continuidade da Certificação CERNE incubadoras; Programas Ideiaz e RHAe; Programa Elos (do ICE); Academia ICE (142 professores e pesquisadores e mais de 70 IES);</p> <p>- Estruturação do Grupo Executivo formado por representantes de 11 IES, públicas e privadas.</p>

		3.6. Mapear as instituições que atuam em programas de formação em empreendedorismo de impacto nas instituições de ensino superior.	
GT4/Eixo 4 – Promoção de um macroambiente institucional e normativo favorável aos negócios de impacto	<p>1) Elaboração do questionário de enquadramento de empreendimentos enquanto NIS.</p> <p>2) Apresentação da minuta de decreto para criação de comitê de enquadramento de empreendimentos NIS.</p> <p>3) Inclusão dos NIS como um dos beneficiários do novo Estatuto da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e dos Microempreendedores individuais (Lei Complementar 675, de 6 de novembro de 2020).</p>	<p>4.1. Criar o “Selo de impacto social”.</p> <p>4.2. Implantar o sistema eletrônico com o questionário de enquadramento enquanto NIS.</p> <p>4.3. Aplicar e sistematizar as informações do questionário de enquadramento.</p> <p>4.4. Propor legislação para criação de um fundo estadual de NIS.</p> <p>4.5. Criar a “RedeNIS” com informações e experiências exitosas e que estejam acessíveis aos empreendimentos estaduais.</p> <p>4.6. Definir indicadores de resultado dos NIS e avaliar o impacto da Política Estadual.</p>	<p>- Novas políticas estaduais</p> <p>- Desenvolvimento do SIMPACTO através das oficinas com atores do ecossistema</p>

Fonte: Relatório CENIS-RN 2020 e Relatório de 2021 da Enimpecto.

Analisando-se as ações/planejamento do CENIS e comparam-se elas com algumas ações principais da Enimpecto, no GT1 do CENIS, constatam-se praticamente apenas ações informacionais. No planejamento, tem-se uma maior aproximação das ações às da Enimpecto, que já dispõem de ações que alocam recursos para os negócios de impacto. Parece haver a necessidade de envolvimento de pessoas dos Bancos mais ligadas diretamente aos NIS, como Daniela Arantes do BNDES, no caso da Enimpecto. As ações planejadas pelo CENIS com o envolvimento do Banco do Nordeste - que também está no Comitê da Enimpecto nacional - e da AGN têm um enorme potencial.

No GT2 do CENIS, as três ações relacionadas no Relatório foram mais de sensibilização, através de reuniões, e dentre as ações programadas está uma busca por maior participação da IES e de suas empresas juniores. Destaca-se a importância de ações para o aumento de negócios de impacto com os professores e pesquisadores que trabalham diretamente com o tema. A Enimpecto traz o programa da Academia ICE no Eixo 3, mas acredita-se que é fundamental o envolvimento de professores neste Eixo 2, através do cadastro na Academia ICE; professores que trabalham nos parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras, e que ensinam empreendedorismo; é através deles que as informações podem chegar aos jovens estudantes potenciais empreendedores.

No GT3, acredita-se que a participação das IES deveria ser mais institucional, como vem acontecendo na Enimpecto, com a formação do Grupo Executivo das IES. É importante que as IES do RN estejam representadas no GT3 e no Grupo Executivo criado pela Enimpecto para que ações das referidas Instituições possam ser mais efetivas e divulgadas para um público mais amplo. Neste Eixo, também podem estar representantes dos parques tecnológicos, incubadoras, aceleradoras, empresas juniores, etc., com uma atuação institucional, de políticas gerais destas organizações intermediárias. A última ação do GT3, de conhecimento de recursos e serviços financeiros, fundos de investimento, fundos sociais, instituições financeiras, etc., poderia ser uma ação informacional do GT1/Eixo 1.

O GT4, naturalmente pela fase inicial da política, concentrou importantes ações, para implementação da própria política (Lei), criação do Comitê, definição dos NIS, e agora o registro dos NIS. Na fase atual de registro, recomenda-se aperfeiçoamentos no Questionário já aprovado para enquadramento dos NIS (para o registro), em fase piloto com o registro dos primeiros NIS do RN, com a inclusão de perguntas dos Mapeamentos feitos em outros países; esses mapeamentos (sobretudo o do Congo, pelo Banco Mundial em 2020; e vários do British Council para países da Ásia) levam em consideração blocos de perguntas - algumas semelhantes aos dos questionários da Pipe.Social e ImpactaNE - que podem formar uma linha de base para futuras avaliações de ações/iniciativas/programas do CENIS e de uma avaliação da própria política Estadual como um todo. Também, alterações/simplificações na forma de registro dos NIS no RN podem ser feitas a partir das experiências (descritas num dos Relatórios para a Enimpecto deste consultor) de registro nos seguintes países: Reino Unido, Coréia do Sul, Peru, Colômbia, etc., importantes para a criação do selo (previsto na Agenda do CENIS para 2021). A criação prevista da RedeNIS está alinhada com a necessidade de uma política de informação da Enimpecto, com a criação do Simpecto; resta verificar a complementariedade dos dois. Como será a interação das redes estaduais de informação com o SIMPACTO?

Tem-se como destaque do Comitê até aqui praticamente duas linhas de atuação: as ações e iniciativas do Sebrae, como principal ator do ecossistema local; e as ações da SEDEC para viabilizar a legislação do RN e ações do governo no tocante aos NIS, mais recentemente um decreto com a formatação do registro dos Nis no RN e já o início de Projeto Piloto de registro de alguns NIS em conjunto com o Sebrae-RN. O registro dos NIS pode, de fato, impulsionar diversas ações do CENIS.

4. Possíveis resultados e indicadores para o CENIS

Como previsto na Agenda 2021 do CENIS, a definição de indicadores é de suma importância para acompanhamento da política e para sua avaliação, assim como para a avaliação de suas ações, iniciativas e programas específicos. Ressalta-se a importância da integração destes indicadores às demais ações do CENIS, sobretudo aos dados a serem coletados no Questionário de Registro e de mapeamentos a serem realizados; estes dados podem formar uma linha de base para futuras avaliações de impacto.

Para a definição de indicadores, pode-se definir os Produtos, Resultados e Impactos a serem medidos ao longo do tempo, apresentados num modelo lógico ou numa teoria da mudança, como a feita para a Enimpecto em produto anterior deste consultor. A seguir são colocadas algumas sugestões de indicadores do proposto para a Enimpecto e que podem ser utilizadas também para o CENIS. Estes indicadores são provenientes da literatura e usados em outros países e alguns deles são, inclusive, apropriados para quantificar ações locais, a nível estadual ou municipal. Para os indicadores, podem ser definidas metas em diferentes prazos da política.

No Quadro 4 estão algumas possibilidades de produtos/resultados/impactos e possíveis indicadores por Eixos/GTs do CENIS, a partir do mesmo levantamento para a Enimpecto, considerando o caráter local da atuação do CENIS-RN. Em negrito, estão os indicadores sugeridos como principais, a serem acompanhados ao longo dos anos pelo CENIS, e correspondentes às suas atividades planejadas (macro objetivos).

Quadro 4 – Possíveis indicadores para os macro objetivos do CENIS-RN

GT1/ Eixo 1 – Ampliação da oferta de capital	
Produtos (P), Resultados (R) e Impactos (Im)	Indicadores (I)
<p>P: Recursos do Governo do RN alocados em investimentos de impacto.</p> <p>Recursos de Fundações, Empresas nacionais e internacionais.</p> <p>R: Desempenho dos NIS no RN.</p> <p>Im: Ampliação de serviços para a população (necessitada); bem-estar dos empreendedores de impacto e de seus trabalhadores.</p>	<p>I_P: Total de recursos do RN alocados em investimentos de impacto (do Governo e privado); número de empréstimos do Governo do RN (e privados) aos NIS; Nº NIS contemplados com empréstimos; número de chamadas ou editais do Governo; número de projetos contemplados; Nº Fundos; Nº intermediários com empréstimos (inc, acel e fundações)</p> <p>I_R: Indicadores de desempenho financeiros e socioambientais dos NIS contemplados de acordo com sua missão: Nº empregos criados/retidos; retorno sobre o investimento (ROI); retorno social sobre o investimento (SROI); indicadores de desempenho dos Fundos privados;</p> <p>I_{Im}: Nº consumidores atendidos; nº consumidores (vulneráveis atendidos), etc.</p>
GT2/ Eixo 2 – Aumento do número de negócios de impacto	
Produtos (P), Resultados (R) e Impactos (Im)	Indicadores (I)
<p>P: Cursos, mentorias, programas para (potenciais) empreendedores;</p> <p>Número de Nis com contratos com Governos; Número de Nis com contratos com grandes empresas</p> <p>Número de empreendedoras mulheres; Número de empreendedores de classes específicas; Número de jovens; (Número de pessoas do CadÚnico).</p> <p>R: Novos NIS; NIS apoiados; NIS com melhores desempenhos; NIS</p>	<p>I_P: Número de cursos; número de mentorias; Número de matriculados e concluintes dos cursos/programas; Número de potenciais empreendedores contemplados com mentoria, cursos, etc;</p> <p>Número de Nis com pessoas contempladas com cursos, mentoria;</p> <p>Número de Nis certificados (para certificação).</p> <p>I_R: Número de Nis criados e que recebem investimento ou passam a fazer parte de incubadoras; Número de Nis abertos; Número de habilidades desenvolvidas (para cursos).</p> <p>Número de NIS com registro; Número de NIS com selo;</p> <p>Para certificação: indicadores vistos de desempenho dos Nis.</p>

<p>certificados empreendedores formados;</p> <p>NIS registrados.</p> <p>Im: Ampliação de serviços para a população (necessitada); bem-estar dos empreendedores de impacto e de seus trabalhadores.</p>	<p>I_m: idem GT1: Nº consumidores atendidos; nº consumidores (vulneráveis atendidos), etc.</p>
<p>GT3/ Eixo 3 – Fortalecimento das organizações Intermediárias</p>	
<p>Produtos (P), Resultados (R) e Impactos (Im)</p>	<p>Indicadores (I)</p>
<p>P: Aceleradoras, incubadoras e Fundações apoiadas.</p> <p>R: Aceleradoras, incubadoras e Fundações com melhor desempenho.</p> <p>Im: NIS de aceleradora, incubadora, Fundação com melhor desempenho.</p>	<p>I_p: Número de Aceleradoras e Incubadoras (Anprotec); Número de empresas apoiadas por elas; (Anprotec); Número de empresas incubadas (Anprotec); Número de empresas Graduadas (Anprotec); Número de startups (Anprotec); Número de Aceleradoras e Incubadoras Certificadas pelo CERNE (por tipo de certificação); Total de recursos alocados em Incubadoras e Aceleradoras; Número de Instituições e Fundações que investem em Nis; Total de recursos alocados por Institutos e Fundações em Nis.</p> <p>I_p: Número de programas voltados para as incubadoras, aceleradoras e redes; Número de Nis contemplados por Programas, por Incubadora, aceleradora, rede; Percentual de Nis que concluíram os programas, por programa; Número de Nis criados a partir dos programas.</p> <p>I_p: Número de estudos publicados; Números de acesso aos estudos (downloads, etc); Número de vezes que a mídia local cita estudos; Indicadores de mídia social e tradicional.</p> <p>I_p: Número de programas de formação para as IES; Número de IES contempladas por programas com Nis; Número de professores envolvidos (que receberam formação ou participantes de redes); Número de disciplinas de empreendedorismo abordando Nis nas Ementas/Programas; Número de alunos expostos à conteúdo de Nis; Número de Projetos de Pesquisa/Extensão no tema Nis; Número de TCCs no tema Nis; Número de estudantes e professores com trabalhos premiados no tema Nis.</p> <p>I_R: Idem GT2 e:</p> <p>Número de vezes que órgãos decisores consultam estudos para tomar decisões; Número de Empreendedores que tomaram decisões a partir dos estudos; Número de Nis criados influenciados por estudos.</p> <p>Número de Nis de incubadoras, aceleradoras das IES contempladas; Número de Nis abertos por estudantes/egressos das IES contempladas (Pipe, levantamentos estaduais, RAIS, etc); Percentual de Nis dos Negócios totais abertos por egressos das IES contempladas.</p> <p>Indicadores de desempenho das Incubadoras, Aceleradoras, Institutos e Fundações: Número de Nis apoiados; total de recursos médios alocados por Nis; Taxa de sobrevivências dos Nis apoiados.</p> <p>I_m: Idem GT1 e GT2</p>

	Indicadores de desempenho dos Nis incubados/acelerados: Número de empregos, receita , e, em alguns casos, retorno do investimento (ROI) e retorno social do investimento (SROI); pode dividir em períodos de incubação (1,5-3 anos) e pós-incubação (1-3 anos) .
GT4/Eixo 4 – Promoção de um macroambiente institucional e normativo favorável aos negócios de impacto	
Produtos (P), Resultados (R) e Impactos (Im)	Indicadores (I)
<p>P: Políticas Estaduais e municipais aprovadas e implementadas.</p> <p>R: NIS registrados; NIS com selo de impacto.</p> <p>I: Empregos gerados; populações (alvo) atendidas; desenvolvimento social e ambiental no Estado.</p>	<p>I_p: Número de políticas municipais de Nis;</p> <p>Número de chamadas/editais/contratos estaduais/municipais.</p> <p>Número de pareceres, proposições legislativas e normativas elaborados pela Enimpecto e enviados para outros órgãos; Número de contribuições do Comitê da Enimpecto à Consultas Públicas.</p> <p>I_R: Número de Nis reconhecidos (registrados) ou certificados (por governo federal, estadual ou municipal).</p> <p>Número de Nis; Número de Nis reconhecido ou certificados (por governo federal, estadual ou municipal); total de recursos por Estado ou Município para os Nis; Número de aceleradoras, Incubadoras por Estado ou Município, etc. (demais indicadores para os 3 Eixos/Macro objetivos vistos, mas por Estado/Município);</p> <p>Indicadores vistos de desempenho dos Nis médios por Estado, Município; Indicadores agregados de desempenho socioambiental e financeiro dos Nis por Estado e Município de acordo com a missão dos Nis: Receita anual dos Nis; Número de empregos criados/retidos; Número de pessoas atendidas/beneficiadas por Nis (em substituição, p.e., aos serviços do Estado)</p> <p>Número de leis, instruções normativas, políticas aprovadas.</p> <p>I_m: Indicadores socioambientais por setores (Estados e Municípios podem focar em tipos de Nis diferentes; ex: polo industrial de determinado município, bairro específico ou comunidade; determinado grupo específico, CADÚnico, etc): Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), IBGE, municípios brasileiros, inclui diversos indicadores (em função da ênfase das políticas estaduais); 4 dimensões: ambiental, social, econômica, institucional. P.e: indicadores de saneamento ou indicadores de habitação, etc.; Índice de Progresso Social (IPS), da Social Progress Imperative (SPI) para Municípios e Estados (3 dimensões: Necessidades Humanas Básicas; Fundações de Bem-estar; Oportunidade); Outros índices: de pobreza por Municípios e Estados; de desigualdade; etc.</p>

5. Conclusões

O CENIS, criado nos moldes do Comitê da Enimpecto, pode ser aprimorado considerando a definição de lideranças, a composição de seus GTs e o formato e frequência de suas reuniões. Além do estabelecimento de um coordenador geral para o

CENIS, tendo este Comitê como principal agenda, acredita-se importante a definição de líderes para seus GTs, de forma semelhante à da Enimpecto. Ainda, o perfil de seus integrantes é diferente dos componentes do Comitê da Enimpecto, uma vez que estes últimos, em sua maioria, já trabalhavam no ecossistema de negócios de impacto; assim, sugere-se que a escolha de novos integrantes para o CENIS seja feita considerando o perfil do profissional e atuação no tema dentro da entidade que será representada. Recomenda-se uma maior integração no CENIS de professores que ensinam empreendedorismo e que estejam interessados em participar da rede ICE e, ainda, preferencialmente, que atuem nas incubadoras, aceleradoras, empresas juniores, diretamente com os potenciais empreendedores de NIS.

Das reuniões do CENIS e sua frequência, dado o estágio inicial do Comitê, recomendam-se reuniões mais frequentes com todos os integrantes ou líderes de GTs (como no comitê da Enimpecto) para um maior entendimento do ecossistema de negócios de impacto, da política nacional, e do papel do CENIS. É fundamental o aperfeiçoamento da comunicação do CENIS para uma maior difusão dos conhecimentos básicos - conceitos (de NIS, por exemplo), Legislação, atores do ecossistema, principais iniciativas, Enimpecto, etc. - entre os membros do próprio CENIS.

Além de uma maior simetria de informação entre os membros do CENIS, essas informações precisam estar facilmente dispostas para os entrantes no Comitê e demais participantes e interessados no ecossistema de NIS do RN. Em consonância, deve-se pensar na comunicação do CENIS e na sua complementariedade com o SIMPACTO – qual será a melhor estratégia de comunicação do CENIS dada sua integração com o SIMPACTO e como será feito o espalhamento das informações da Enimpecto e das políticas estaduais para todos os atores dos ecossistemas locais? Essa política para o CENIS necessitaria de apoio de alguma secretaria de comunicação do Estado do RN a ser integrada no CENIS?

Acha-se necessário também um planejamento do CENIS de mais longo prazo, como o da Enimpecto, de ações visando um período mais longo e relatadas no formato de iniciativas anualmente. A partir dessas ações, podem-se definir potenciais resultados e indicadores, para acompanhamento de metas e avaliações de impacto futuras da política estadual como um todo, mas também de programas ou ações específicas.

Referências

Caderno Mais RN de Economia, FIERN. Dados de PIB e Emprego, 2021.
<https://www.fiern.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Caderno%20MAIS%20RN%20de%20Economia%20-%20Vol%202.pdf>

Decreto nº 28.767, de 02 de abril de 2019. Cria o Comitê Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social (CENIS).
http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20190403&id_doc=640647

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Consultas em dezembro de 2021. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn.html>

FIERN – Federação das Indústrias do Estado do RN. Site do Mais RN/FIERN. Consultas em dezembro de 2021. <https://maisrn.fiern.org.br/>

FIERN – Federação das Indústrias do Estado do RN. Dados estatísticos – Comércio Exterior. Consultas em dezembro de 2021. <https://www.fiern.org.br/dados-estatisticos-comercio-exterior/>

Lei nº 10.483, de 04 de fevereiro de 2019. Institui a Política Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social. http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20190205&id_doc=635225

Memória Fática das Ações e Atividades Realizadas Exercício de 2020 e Reflexões sobre as Estratégias para 2021. Comitê Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social, 2021.

Pipe.Social. 2º e 3º Mapas de Negócios de impacto. <https://pipe.social>, Dados de 2018 e 2020.

Relatório de atividades 2020 e Planejamento 2021. Comitê Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social, 2021.

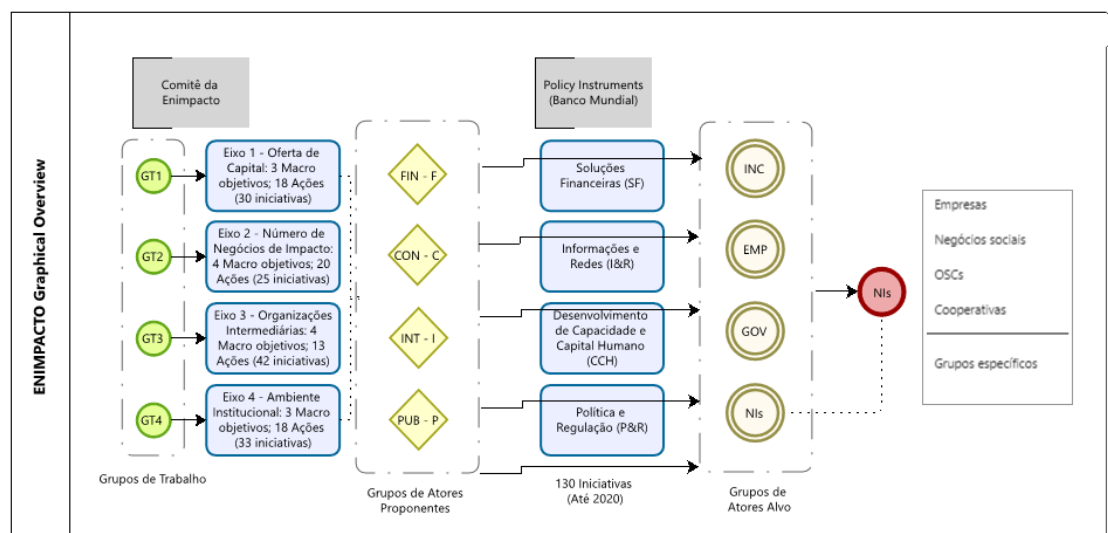
Relatório anual de atividades do Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto - 2021. Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto – Enimpacto. Ministério da Economia, 2021. <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/inovacao/enimpacto/RelatorioAnualdeAtividades202115.12.2021.pdf>

Tribuna do Norte, 12 de setembro de 2021. Reportagem de Bruno Vital, título: Extrema pobreza cresce 29% no Rio Grande do Norte.

Encartes

1. Representações gráficas dos principais achados da análise da Teoria da Mudança (ToC) e dos Indicadores

1.1. Representação gráfica (graphical overview) da Enimpecto



Powered by
bizagi
Modeler

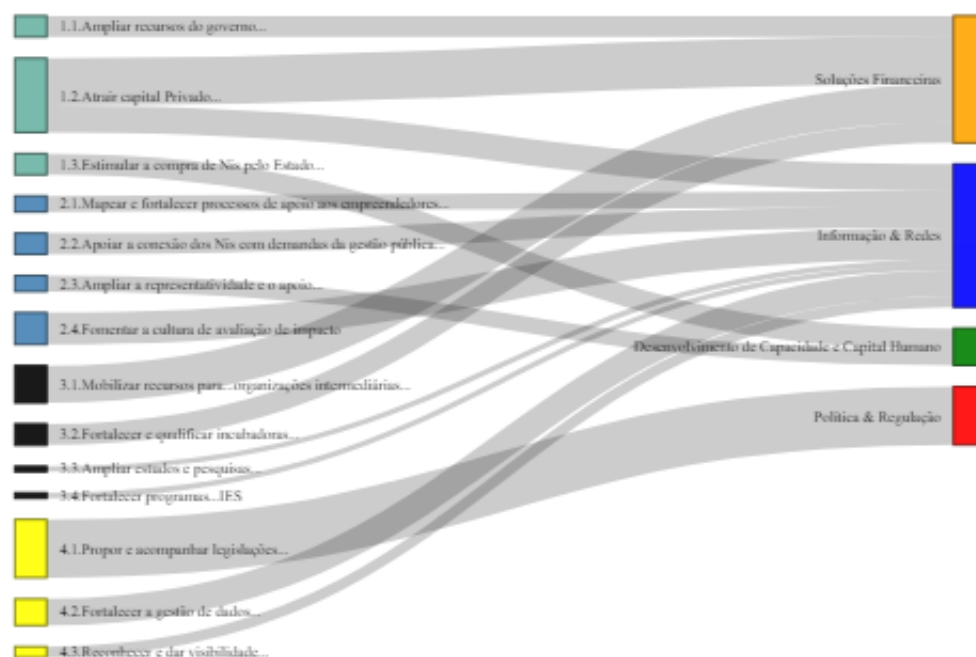
A representação gráfica da Enimpecto, na Figura acima, contém os seguintes elementos:

- Grupos de atores proponentes: Instituições Financeiras (FIN – F); Instituições de conhecimento (CON – C); Organizações Intermediárias (INT – I); e Organizações públicas ou regulatórias (PUB – P);
- Grupos de Atores Alvo: Fundações, Incubadoras e Aceleradoras (INC); Governos Estaduais e Municipais (GOV); Pessoas físicas, potenciais empreendedores ou empreendedores (EMP); Negócios de Impacto (NIs);
- Grupos específicos a serem contemplados por algumas das iniciativas: empreendedoras mulheres, classes específicas (indígenas, comunidade quilombola, LGBT, pessoas portadoras de deficiência, jovens e/ou inscritos no Cadastro Único do Governo Federal), entre outros;
- Agrupamento das iniciativas e ações pelas categorias de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017), do Banco Mundial: Soluções Financeiras (SF); Informações e Redes (I&R); Desenvolvimento de Capacidade e Capital Humano (CCH); e Política e Regulação (P&R).

1.2. Fluxo de ações programadas da Enimpecto

O Fluxo de ações planejadas pelo Comitê da Enimpecto, representado na Figura abaixo, está organizado segundo seus Macro objetivos e Instrumentos Políticos de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017), do Banco Mundial: Soluções Financeiras (SF); Informações e Redes (I&R); Desenvolvimento de Capacidade e Capital Humano (CCH); e Política e Regulação (P&R).

4 Eixos/GTs → 14 Macro objetivos → 69 Ações Planejadas → 4 Instrumentos Político

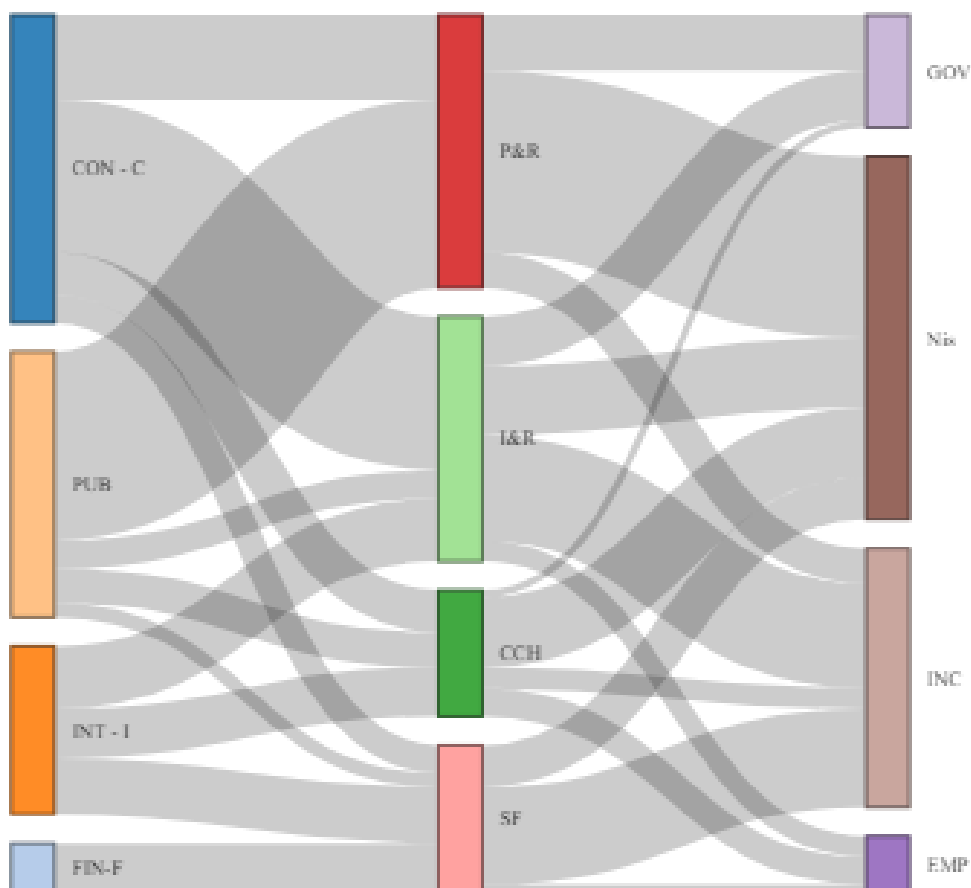


1.3. Fluxo de iniciativas realizadas da Enimpecto até 2020:

A seguir, Figura de fluxo das iniciativas já realizadas pelos Grupos de Trabalho (GTs) da Enimpecto.

Grupos de atores proponentes → Instrumentos Políticos → Grupos de atores alvos

4 Grupos de Atores Proponentes → 129 iniciativas realizadas (até 2020) → 4 Instrumentos Político (de publicação do Banco Mundial) → 4 Grupos de Atores Alvos



1.4. Representação da Enimpecto com ênfase em Indicadores de Resultados

Na Figura seguinte, uma outra representação da Enimpecto, com ênfase em indicadores que podem ser usados em futuras análises de impacto da política ou de seus principais programas e ações.

- ESTRATÉGIAS**
- Ampliação da oferta de capital (E1/GT1)
 - Aumento do número de negócios de impacto (E2/GT2)
 - Fortalecimento das organizações intermediárias (E3/GT3)
 - Promoção de um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto (E4/GT4)

- PREMISSAS**
- Aprovação dos marcos normativos nacionais, estaduais e/ou municipais para os Nis e os Investimentos de Impacto;
 - Estruturação dos fundos de investimentos para Nis e investimentos de impacto;
 - Orçamento público para editais e chamadas que beneficiem projetos de impacto;
 - Reconhecimento e registro dos negócios de impacto;
 - Normatização dos contratos de compras públicas com negócios de impacto.

ALGUNS INDICADORES DE PRODUTOS (Outputs)

Eixo 1:
 Total de recursos alocados em investimentos de impacto no Brasil pelo Governo, por Fundações, por Empresas Nacionais, por Empresas Internacionais;
 Número e valor de empréstimos do Governo, de Fundações, de Empresas Nacionais, de Empresas Internacionais aos negócios de impacto;
 Número e valor de doações do Governo, de Fundações, de Empresas Nacionais, de Empresas Internacionais aos negócios de impacto;
 Número e valor de chamadas ou editais para os negócios de impacto;
 Número de projetos beneficiados em editais de chamamento público, em fundos de investimentos nacionais e/ou internacionais;
 Número e valor de Fundos e projetos selecionados para os negócios de impacto;
 Número de incubadoras, aceleradoras e fundações contempladas com empréstimos ou doações e valor total alocado;
 Número de contratos de compra/contratação do Estado assinados com negócios de impacto.

Eixo 2:
 Número de negócios de impacto cadastrados no Mapa da Pipe Social;
 Número de negócios de impacto cadastrados/registrados por outras iniciativas Nacionais, Estaduais e Municipais;
 Número de cursos, mentorias, workshops, número de inscritos, matriculados, concluintes nos cursos e programas ofertados;
 Número de negócios de impacto certificados;
 Número de negócios de impacto com contratos com Governos, e com Grandes Empresas;
 Número de empreendedoras mulheres e de empreendedoras de classes específicas;
 Número de documentos elaborados para difundir conhecimentos sobre Nis e de acessos à estes documentos.

Eixo 3:
 Número de aceleradoras e incubadoras; número de empresas apoiadas por elas; número de empresas incubadas; número de empresas graduadas; número de startups;
 Número de aceleradoras e incubadoras certificadas pelo CERNE (por tipo de certificação);
 Total de recursos alocados em incubadoras e aceleradoras;
 Número de instituições e fundações que investem em negócios de impacto;
 Total de recursos alocados por instituições e fundações em negócios de impacto;
 Número de programas voltados para as Organizações Intermediárias; número de negócios de impacto contemplados nestes programas; Percentual de negócios de impacto que concluiu cada programa; número de negócios de impacto criados a partir dos programas;
 Número de programas de formação para as IES; número de IES contempladas; número de professores participantes; número de disciplinas de empreendedorismo abordando os negócios de impacto; número de alunos expostos a estas disciplinas; número de projetos de pesquisa/estudo e trabalhos de conclusão no tema; número de professores e alunos premiados;
 Número de estudos publicados; números de acesso aos estudos; indicadores de mídia social e tradicional.

Eixo 4:
 Número de políticas estaduais de negócios de impacto;
 Número de políticas municipais de negócios de impacto;
 Número de chamadas/editais/contratos estaduais e municipais com negócios de impacto;
 Número de pareceres, proposições e normativas elaborados pela Enimpecto e enviados para outros órgãos;
 Número de contribuições da Enimpecto em consultas públicas.

INSTRUMENTOS POLÍTICOS



ALGUNS INDICADORES DE RESULTADO E IMPACTO (Outcomes e Impact)

- Indicadores de desempenho financeiro e socioambiental dos negócios de impacto de acordo com a missão dos mesmos; receita anual; número de empregos criados/retidos; número de empregos criados de grupos específicos; retorno sobre o investimento (ROI); retorno social sobre o investimento (RSOI); indicadores sociais e ambientais de acordo com a missão dos negócios de impacto;
- Número de negócios de impacto que recebem investimento ou passam a fazer parte de incubadoras e aceleradoras; número de negócios de impacto abertos; número de habilidades desenvolvidas (para cursos);
- Indicadores de desempenho das incubadoras, aceleradoras, institutos e fundações: total de recursos alocados por negócio de impacto; número de negócios de impacto apoiados; graduados, taxa de sucesso na graduação de negócios; Indicadores de desempenho dos negócios de impacto por períodos de incubação (1,5 - 3 anos) e pós-incubação (1 - 3 anos);
- Número de consumidores atendidos; indicadores em função do produto/serviço como taxas de matrículas em educação, pessoas com acesso a serviços de saúde; pacientes atendidos (ou exames realizados); pessoas com acesso a fontes de energia; pessoas contempladas com cursos (para empreendedores), aumento ou redução da reincidência de prisioneiros, taxas de reincidência de jovens infratores, taxas de mortalidade infantil, consumo de energias limpas, etc.;
- Porcentagem de graduados de cursos e programas que iniciam ou melhoram seu Nis;
- Número de vezes que órgãos decisores consultam estudos para tomar decisões; número de empreendedores que tomaram decisões a partir dos estudos; número de negócios de impacto criados influenciados por estudos;
- Número de negócios de impacto reconhecidos ou certificados por iniciativa nacional, estadual ou municipal; total de recursos por estado ou município alocados aos Nis; número de aceleradoras, incubadoras por estado ou município, outros indicadores por estado e município;
- Indicadores financeiros e socioambientais por estado, município, setor ou comunidade, de acordo com ênfase da estratégia local; Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), IBGE, por município brasileiro; Índice de Progresso Social (IPS), da Social Progress Imperative para municípios e estados.

IMPACTO

EFETO SOCIOAMBIENTAL E RESULTADO FINANCEIRO POSITIVO DE FORMA SUSTENTÁVEL

1.5. Quadros de possíveis Resultados e Indicadores por Eixos

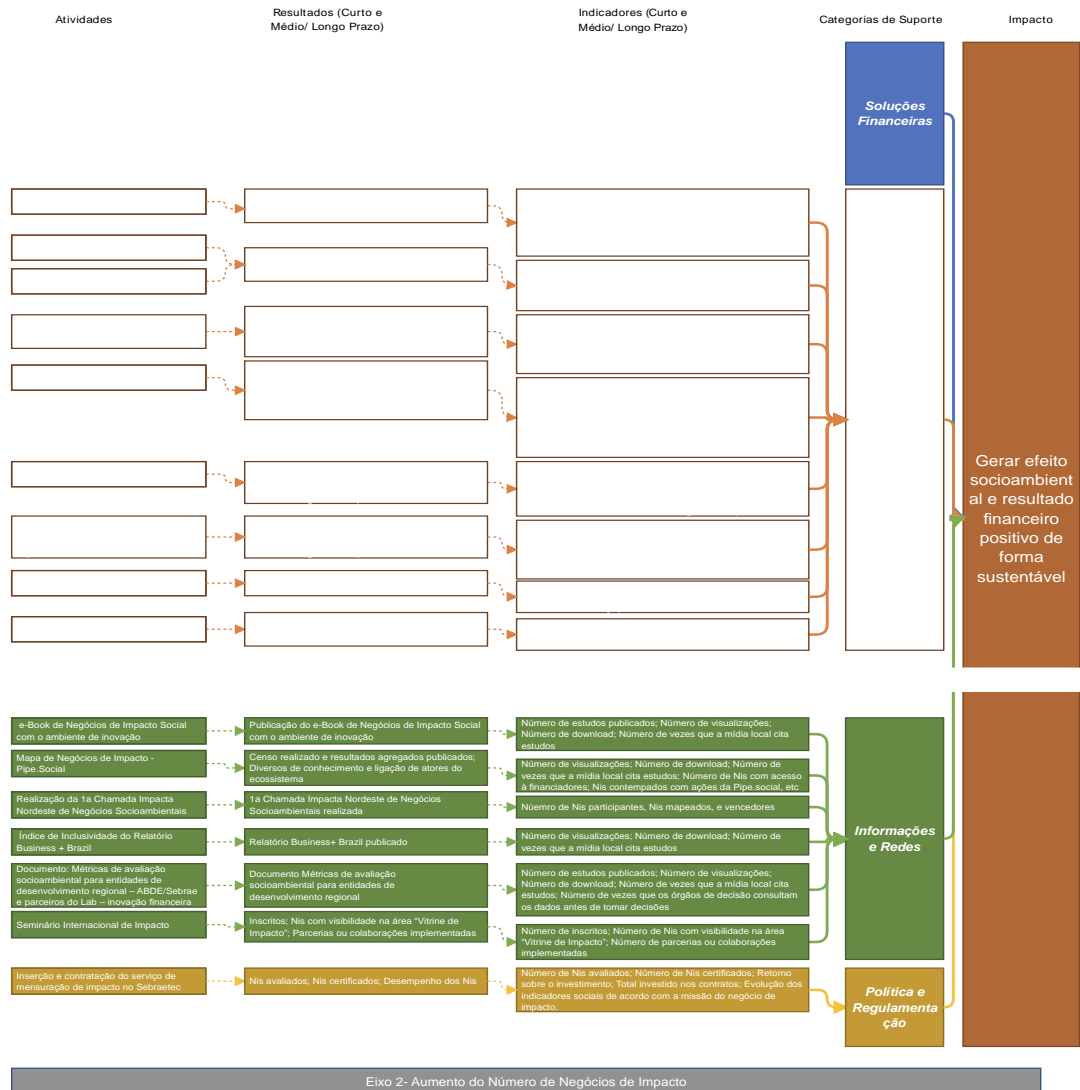
Nas subseções seguintes, Quadros de possíveis resultados e indicadores detalhados por Eixo e Macro objetivos da Enimpecto.

1.5.1. Eixo 1 – Resultados e Indicadores, por Macro objetivos



Eixo 1 - Ampliação da oferta de capital

1.5.2. Eixo 2– Resultados e Indicadores, por Macro objetivos



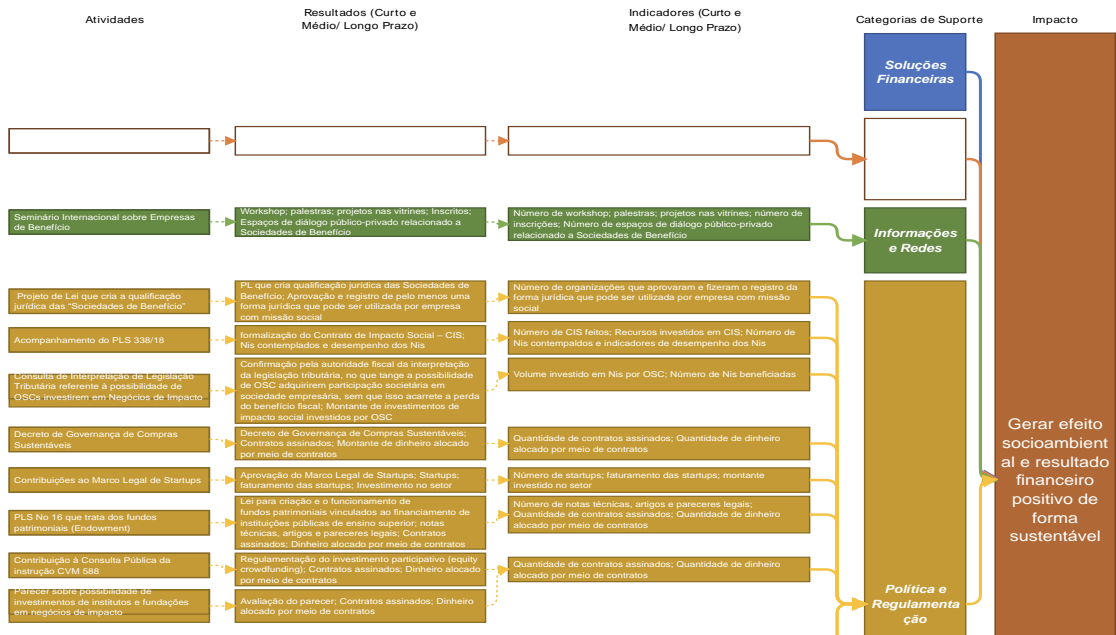
1.5.3. Eixo 3 – Resultados e Indicadores, por Macro objetivos

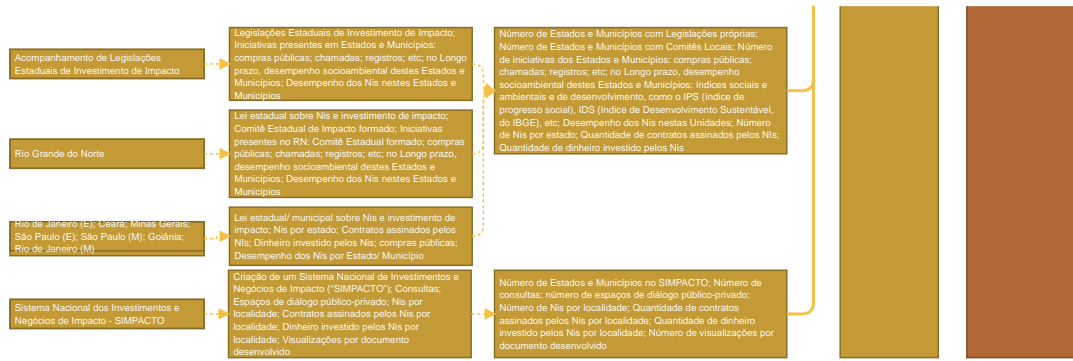




Eixo 3- Fortalecimento das Organizações Intermediárias

1.5.4. Eixo 4 – Resultados e Indicadores, por Macro objetivos





Eixo 4- Promoção de um Macroambiente Institucional e Normativo Favorável aos Investimentos e Negócios de Impacto

2. Representações gráficas dos principais achados da Comparação internacional

2.1. Grau de maturidade de políticas nacionais

Grau de maturidade a partir de 3 categorias de políticas (grau de reconhecimento; grau de suporte e presença de facilitadores) e no nível de atividades das empresas sociais. A classificação é definida em 4 níveis de engajamento: estágio inicial; emergindo; crescendo; maduro (Agapitova, Sanchez e Tinsley, 2017):

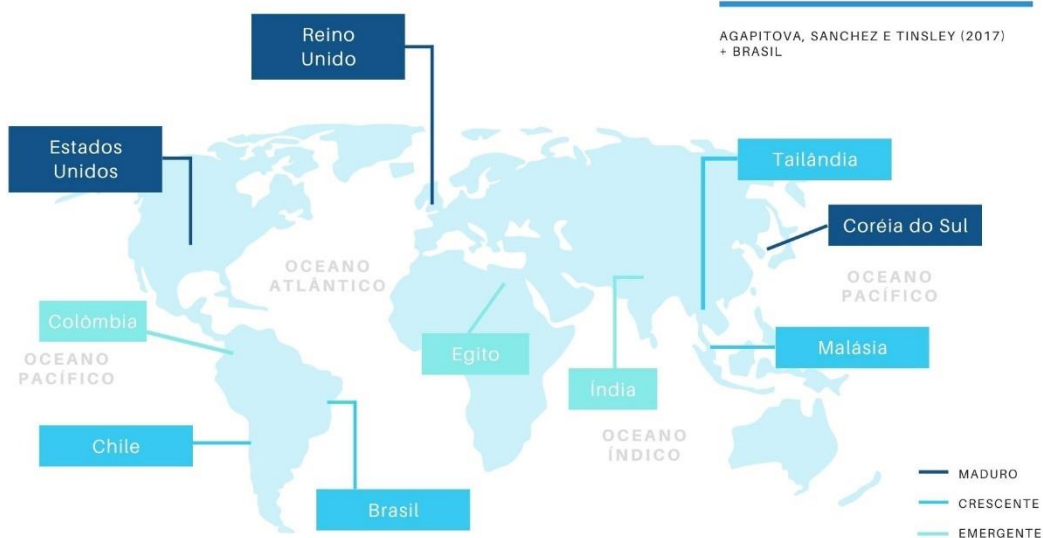
- Grau de reconhecimento do setor de empresas sociais pelo Governo (existência de apoio legal e/ou definição operacional de ES): presença em documentos oficiais;
 - Grau de suporte Governamental ao ecossistema das ES (medidas diretas e indiretas): de operação no radar do governo à suporte estratégico de longo prazo;
 - Presença de facilitadores (apoio atividades das ES, desenvolvimento de capacidade, facilitando diálogo público-privado, compartilhando informação, criando mercado, financiando, coordenando o setor das ES, etc.).
- ✓ Nível de atividade das ES refletido em termos de número de ES ativas e tamanho de suas operações.



Países com Grau de Maturidade Maduro, Crescente e Emergente

Grau de Maturidade

AGAPITOVA, SANCHEZ E TINSLEY (2017)
+ BRASIL



GRAU DE MATURIDADE

Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017) + Brasil



Fonte: Agapitova, Sanches e Tinsley (2017) para todos os países com exceção do Brasil, cujas informações são de elaboração própria

Estruturas maduras vs. Chile, Colômbia e Brasil

Países	Coreia do Sul, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, União Européia	Colômbia (e Egito, Quênia, África do Sul, Marrocos)	Chile (e Malásia e Tailândia, Índia e outros)	Brasil
Estágio	Maduro	Emergente	Crescente	Crescente

Reconhecimento	Formas legais para ES criadas	Sem forma legal para as ES	Forma Legal criada ou em processo de criação	Em discussão
Suporte	Estratégias ou políticas nacionais para ES com amplo espectro de ferramentas e programas para apoiá-las	Política irá apoiar as ES e a inovação social; políticas disponíveis para pequenas e médias empresas	Políticas e regulações para ES	Estratégia nacional
Facilitadores	Organizações apoiadoras incluem agências públicas e formam um ecossistema conectado	Número crescente e variedade de organizações apoiando as ES	Organizações apoiadoras estão formando redes	Incluem agências públicas, ecossistema em evolução
Nível de atividade	Setor de ES extenso e organizado	Presença de ES como ONGs ou empresas em múltiplos setores ou geografias	Presença generalizada de ES com formas legais existentes como ONGs ou empresas, em múltiplos setores ou geografias	Presença em múltiplos setores

Fonte: Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017, 2020) e elaboração própria para o Brasil

2.2. Comparação de iniciativas-chaves dos Governos no ecossistema de empresas sociais – por instrumentos políticos

2.2.1. Iniciativas-chaves dos Governos no Instrumento político “Regulação”

Iniciativas-chave do Governo no ecossistema – Regulação

Estrutura Emergente

Colômbia Sem forma legal criada (regulação criada em 1994 para ES públicas, não aplicável para entidades privadas)

Índia Sem forma legal criada (80% ES são registradas como Private Limited Companies)

Estrutura Crescente

Chile Projeto de Lei para criar a estrutura legal de empresas sociais em desenvolvimento (*ainda no congresso em 2021)

Malásia Definição operacional, mas sem forma legal criada

Tailândia Definição operacional, mas sem forma legal criada

Estrutura Madura

Coréia do Sul Forma legal: cooperativas, corporações públicas, organizações não lucrativas, corporações de bem-estar social. Certificação (pelo Ministério de Emprego e Trabalho) das empresas

sociais – benefícios: preferência em compras públicas, subsídio, redução de imposto e auxílio da previdência social.

Reino Unido Forma legal: Community Interest Company criada em 2005; Isenção de imposto de investimento social.

Estados Unidos Forma legal: depende do Estado: Benefit Corporations, LC3, Social Purpose Corporations; Programa: Related Investments; Novo guia em Investimentos alvo pelos Fundos de Pensão.

Brasil (em 2020) Definição operacional, mas sem forma legal criada (*Forma legal em discussão em 2021); PL Qualificação Sociedades de Benefício; PL Contratos de Impacto Social; Criação de 8 estratégias estaduais de Investimentos e negócios de impacto; Publicação da Portaria SEGES/ME Nº 8.678, de 19 de julho de 2021 que dispõe sobre a governança das contratações públicas, contemplando Negócios de Impacto.

Fonte: a partir de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017) e elaboração própria para informações do Brasil

2.2.2. Iniciativas-chaves dos Governos no Instrumento político “Financiamento”

Iniciativas-chave do Governo no ecossistema – Financiamento

Estrutura Emergente

Colômbia Grant: Colciencias (Grant competitions); Fundos: Emprender Fund, Fundos geridos pelo SENA

Índia Fundos: Samridhi Fund, Maharashtra State Social Venture Fund, India Inclusive Innovation Fund, Venture Capital Fund for Scheduled Castes; Crédito: Credit Enhancement Guarantee Scheme for Scheduled Classes.

Estrutura Crescente

Chile Programa de Inovação Social; Fundos para competição: Más por Chile, Chile para todos y todas 2015; Fundos: Incubia Fund, Senadis Fund

Malásia Criação do: Social Entrepreneurship Unit at MaGIC; CRADLE; Mavcap – Venture Capital

Tailândia Village Fund Program; Stock Exchange of Thailand

Estrutura Madura

Coréia do Sul Empréstimos (Smile Microcredit Loans), Empréstimos com taxas de juros baixas para pequenas empresas, fundo de crédito garantido (KODIT).

Reino Unido Central de Financiamento (Funding Central); Big Societal Capital; Diversos Fundos: Big Lottery Fund; Social Outcomes Fund; Commissioning Better Outcomes Fund; Investment and Contract Readiness Fund.

Estados Unidos Fundos: Social Innovation Fund; Invest in Innovation Fund (Department of Education); Impact Investment Fund; Programa de Grant: Pay for Success Grant Program.

Brasil (em 2020) Seleção de até 3 Fundos de Impacto que representarão ao menos R\$ 800 milhões para Negócios de Impacto (BNDES); Inclusão de critérios de impacto socioambiental na estruturação de chamadas públicas para fundos de investimento realizadas pelo BNDES. Chamada de FIDC em 2020, com aporte da BPar de até R\$ 4 bilhões; Apoio a negócios de impacto nos critérios de seleção das chamadas públicas do Governo Federal (RHAÉ, IDEIAZ, BNDES Garagem)

Fonte: a partir de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017) e elaboração própria para informações do Brasil

2.2.3. Iniciativas-chaves dos Governos no Instrumento político “Infraestrutura e Capital Humano”

Iniciativas-chave do Governo no ecossistema – Infraestrutura e Capital humano

Estrutura Emergente

- Colômbia** Capital humano: Empreendedores jovens em áreas rurais (SENA); Infraestrutura: Programa para fortalecimento de SMEs (SENA)
- Índia** Não havia programas específicos para empresas sociais com suporte do Governo (*em 2017)

Estrutura Crescente

- Chile** Subsídio para apoiar startups de inovação social (Seed Subsidy for Flexible Assignment)
- Malásia** Social Enterprise Track; Social Enterprise learning sessions
- Tailândia** Programa: Skills for Social Entrepreneurs SfSE programme; A Socially Enterprising University

Estrutura Madura

- Coréia do Sul** Promoção de empresas sociais inovadoras; Social Venture Competition; Academia para empresa social; Consultoria para desenvolvimento de gestão e mercado para ES; Educação de compras públicas e workshop; Seoul Creative Lab; Programa de Emprendimento para Jovens (Young Enterprise Program); Small and Medium Business Corporation.
- Reino Unido** Fundo para Incubadoras Sociais; Treinamento para Compras públicas de valor social; Aulas de Habilidades comerciais para entrega de serviços públicos; Programa de treinamento para caridade; Treinamento para o setor público (Public sector mutual training).
- Estados Unidos** Capital humano: Partnering to Accelerate Entrepreneurship Initiative; Development Innovation Ventures; The Accelerating Market-Driven Partnerships.

-
- Brasil (em 2020)** Capital Humano: Curso online Sebrae “Como criar um modelo de negócio de impacto socioambiental”: mais de 19.500 inscritos em 2020; Inserção do serviço de mensuração de impacto no Sebraetec; Inclusão de critérios de impacto na metodologia CERNE; Programa Academia ICE: 138 professores de 70 IES de todas as regiões do país.

Fonte: a partir de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017) e elaboração própria para informações do Brasil

2.2.4. Iniciativas-chaves dos Governos no Instrumento político “Informações e Redes”

Iniciativas-chave do Governo no ecossistema – Informações e Redes

Estrutura Emergente

- Colômbia** Redes: National Node of Social Innovation, Rede de nós regionais para a Inovação Social
- Índia** Portal: India Innovation Portal

Estrutura Crescente

- Chile** Semana da Inovação Social
-

Malásia	Global Social Business Summit 2013; Sehati Fest; SE Bootcamp; SE Community Outreach; MaGIC Amplify Awards; Social Enterprise National Survey (*em desenvolvimento em 2017)
Tailândia	The Social Enterprise Awards; Social Enterprise Talk; Social Change Film Festival; Social Enterprise Catalogue
Estrutura Madura	
Coréia do Sul	Centro de Economia Social de Seoul; Relatórios sobre medidas e avaliações de ES; Sistema integrado de informação (*em desenvolvimento, em 2017); Semana da ES.
Reino Unido	Prêmios, competições: Civil Society Red Tape Challenge 2012; Dame Mary Marsh Review of Skills & Leadership in the voluntary, Community and Social Enterprise Sector; Social Value Awards; Transforming local infrastructure awards; Redes: Social Investment Research Council; Contracts Finders.
Estados Unidos	Redes: United We Serve; Community Solutions Tour; Prêmios e competições: Prizes and Challenges through Challenge.gov
Brasil (em 2020)	Redes: Programa InovAtiva de Impacto (mais de 100 startups de impacto aceleradas); Mapeamentos dos negócios de impacto a cada dois anos pela Pipe.Social (2017, 2019 e 2021); Programa de Incubação e Aceleração de Impacto – 75 organizações beneficiadas; Estruturação do Sistema Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto – SIMPACTO.

Fonte: a partir de Agapitova, Sanchez e Tinsley (2017) e elaboração própria para informações do Brasil

2.3. Papel do Governo no apoio aos negócios de impacto

2.3.1. Nível de intervenção governamental e Mecanismos regulatórios (por ordem de citações, literatura revisada por Bozhikin, Macke e da Costa (2019))

Bozhikin, Macke e da Costa (2019) consultaram 102 artigos selecionados em revisão sistemática e contabilizaram o número deles por Nível de intervenção governamental e por Mecanismos regulatórios considerados. Nos quadros abaixo estão os níveis de intervenção governamental e os mecanismos regulatórios por ordem de citação destes 102 artigos.

Nível de intervenção governamental e Mecanismos regulatórios

Bozhikin et al. (2019)



2.3.2. Sequência do papel do Governo (segundo Bozhikin et al., 2019)

Sequência do papel do Governo

Bozhikin et al. (2019)



Nesta sequência acima, o Governo brasileiro estaria no 1º estágio.

2.3.3. Diferentes modelos de empresas sociais adotados por países

Defourny, Nyssens e Brolis (2021): testaram a existência de tipos de modelos de empresas sociais adotados por diferentes países, a partir de uma *survey* e elaboração de base de dados de 721 empresas sociais em 43 países. 3 modelos identificados: modelo de negócio social (*social-business model*) – 1 cluster; modelo de cooperativa social (*social-cooperative*

model) – 2 clusters; e o modelo de empreendimentos não lucrativos (*entrepreneurial nonprofit model*) – 4 clusters.

Modelos de Empresas Sociais (ES) em diferentes países

Defourny, Nyssens e Brolis (2021)



No referido estudo, predominou para a AL: ES do modelo de cooperativa social, especialmente, cooperativas de trabalhadores.

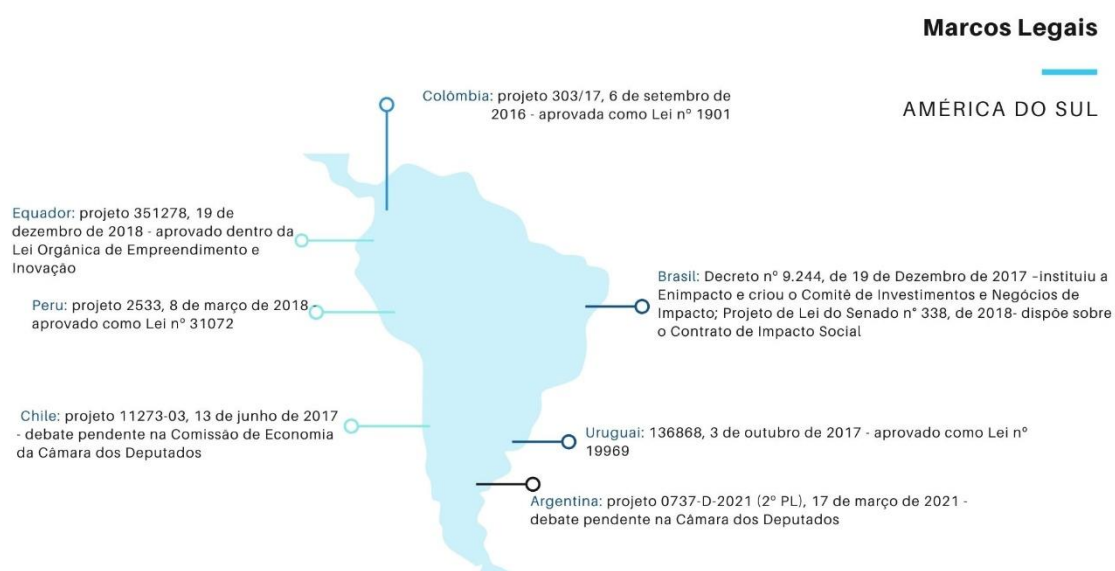
Um modelo similar pode ser pensando, teoricamente, em conjunto com os líderes dos GTs da Enimpecto para os negócios de impacto; ou, pode-se fazer como o trabalho citado e se desenvolver um modelo a partir dos negócios de impacto cadastrados/registrados do Brasil.

2.3.4. Registros dos negócios de impacto

América do Sul: Marcos legais das empresas sociais

País	Nº do Projeto	Apresentação	Estado
Argentina	2498-D (1º PL)	6 de novembro de 2016	Debatida na Câmara dos Deputados e perda de estado parlamentar no Senado
	0737-D-2021 (2º PL)	17 de março de 2021	Debate pendente na Câmara dos Deputados
Chile	11273-03	13 de junho de 2017	Debate pendente na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados
Colômbia	303/17	6 de setembro de 2016	Aprovada como Lei nº 1901
Equador	351278	19 de dezembro de 2018	Aprovada dentro da Lei Orgânica de Empreendimento e Inovação
Peru	2533	8 de março de 2018	Aprovada como Lei nº 31072
Uruguai	136868	3 de outubro de 2017	Aprovada como Lei nº 19969
Brasil	9.244	Decreto de 19 de dezembro de 2017	Instituiu a Enimpecto e criou o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto
	9.977	Decreto de 19 de agosto de 2019	Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e o Comitê de Investimentos e Negócios de Impacto (definições)
	338/2018	12 de novembro de 2019 Projeto de Lei do Senado dispõe sobre o Contrato de Impacto Social	Nesta data, a matéria foi incluída na Pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado

Fonte: Adaptado de SEGIB, PNUD & IDRC (2021)



Fonte: elaboração própria a partir da consulta aos documentos citados

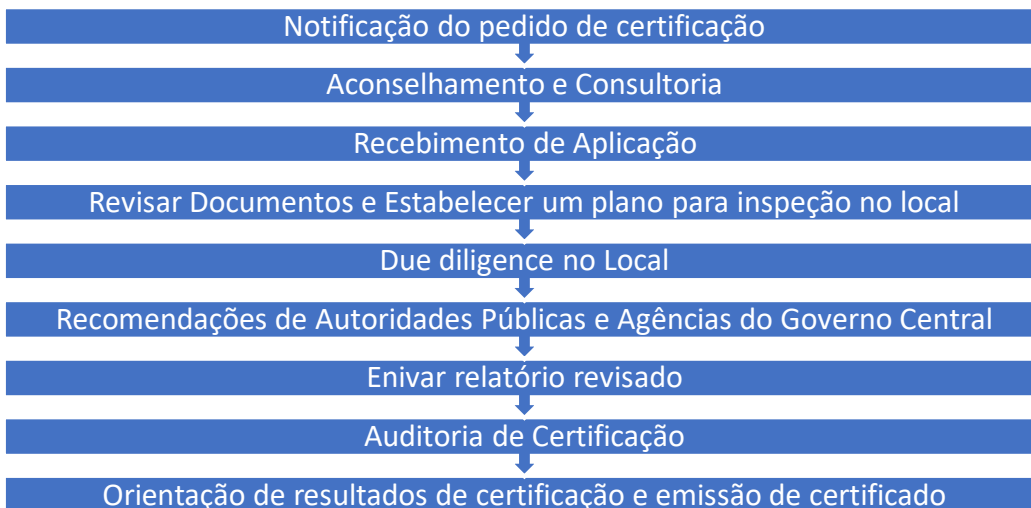
2.3.4.1. Experiência da Coréia do Sul

Aspectos para Certificação de Empresas Sociais na Coréia do Sul

Forma jurídica	Há diversos tipos de empresas sociais e elas podem assumir a forma jurídica de sociedade ou associação ao abrigo da Lei Civil, de sociedade ao abrigo da Lei Comercial ou de organização privada sem fins lucrativos (Lei 8.217, Artigo 8). (corporation under civil law; Non-profit private organization; social welfare corporation; social cooperative; company under commercial law; cooperative; Other corporations and organizations)
Emprego de trabalhadores pagos	Deve empregar trabalhadores remunerados e realizar atividades comerciais que produzam e / ou vendam produtos e / ou serviços.
Principal Objetivo da Empresa	Realizar um objetivo social, como aumentar a qualidade de vida dos residentes locais, etc., fornecendo a grupos vulneráveis serviços sociais ou empregos ou contribuindo para as comunidades locais.
Processo democrático de tomada de decisão	Deve ter uma estrutura de governo democrática; as partes interessadas, incluindo destinatários do serviço e funcionários, participam dos processos de tomada de decisão.
Distribuição dos lucros	Garante que dois terços dos lucros distribuíveis sejam gastos em objetivos sociais (33 por cento dos lucros podem ser distribuídos, com 66 por cento a serem gastos em objetivos sociais). A lei estabelece que isso ocorre apenas se a empresa social tiver uma forma que já permita lucros distribuíveis.
Classificações das Empresas Sociais	Criação de Emprego; Provisão de Serviço Social; Misto; Outros; Contribuição da comunidade local.
Receita Mínima	Para ser certificado como uma empresa social, a receita das atividades comerciais dos seis meses imediatamente anteriores ao mês da solicitação de certificação deve ser de pelo menos 50% do custo de mão de obra gasto durante o mesmo período.

Fonte: a partir da LEI 8.217 e KoSEA (2021)

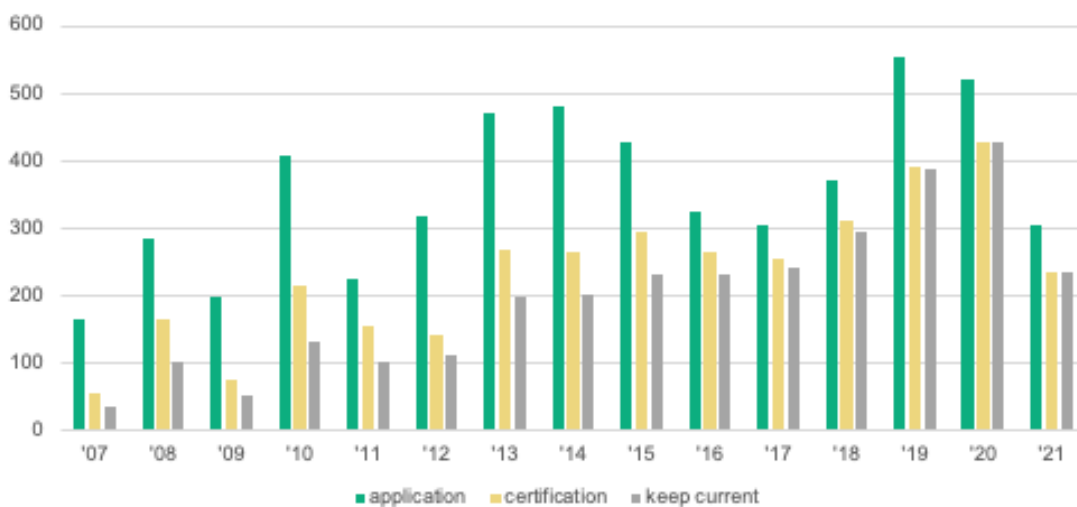
Breve descrição das etapas necessárias para a certificação de empresa social coreana



Fonte: KoSEA (2021)

Um total de 3.530 certificações foram emitidas até 21 de julho de 2021 e 2.983 organizações estão ativas no momento (Figura 3). Das empresas sociais ativas, 641 (21,5%) são sem fins lucrativos e 2.342 são com fins lucrativos (78,5%).

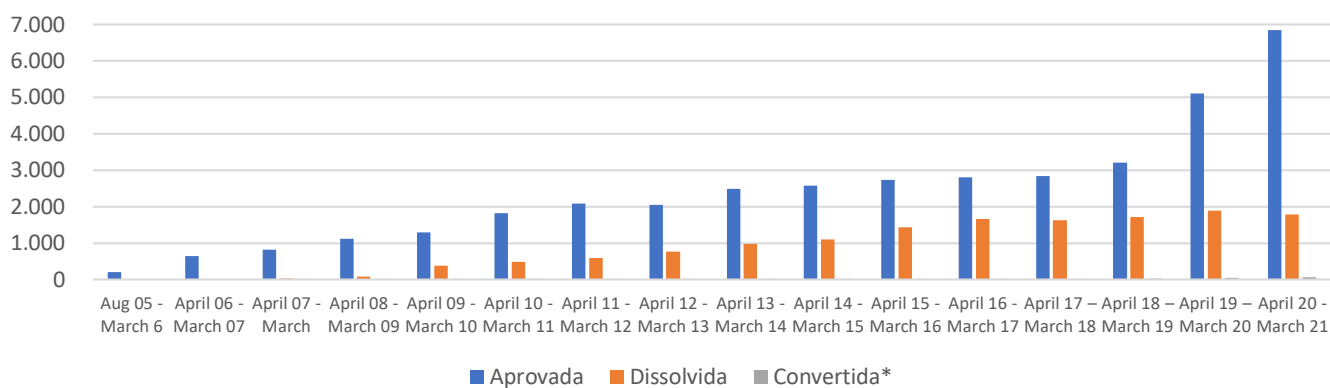
Número de Certificações para Empresas Sociais



Fonte: KoSEA (2021)

2.3.4.2. Experiência do Reino Unido

Número de CIC aprovadas, dissolvidas e convertida por ano



Fonte: Regulator CIC (2021), *Convertida em CIC

Box 2: Critérios para identificação de empresa social

Receita: Ter pelo menos 50% de receita referentes as atividades comerciais/ serviços.

Uso de superávits / lucros: Os superávits/ lucros são usados, principalmente, para objetivos sociais/ ambientais adicionais.

Metas Organizacionais: Ter metas sociais/ ambientais para a organização e se as metas sociais/ ambientais são de maior ou igual importância em comparação com as metas financeiras.

Status de caridade e forma jurídica: usam as perguntas padrão da SBS, pedindo status de caridade e forma jurídica.

Resumo das formas legais de empresa social mais utilizadas no Reino Unido

	Company limited by share (CLS)	Company limited by guarantee (CLG)	Industrial and provident community benefit society (CBS)	Industrial and provident community cooperative society (IPS)	Unincorporated association	Community interest company / CIC-CLG	Community interest company / CIC-CLS
Constituído com identidade legal própria?	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Responsabilidade limitada para diretores / curadores/ membros	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Objetos?	Qualquer	Qualquer	Deve beneficiar a comunidade	Deve seguir os ideais cooperativos	Qualquer	Interesse da comunidade	Interesse da comunidade
Status de caridade	Normalmente não	Pode ser	Pode ser	Não	Pode ser	Não	Não
Regulador	Companies House	Companies House	FCA	FCA	Nenhum	CIC Regulator e Companies House	CIC Regulator e Companies House
Taxas de registro	£20	£20	£100-1,000	£100-1,000	n/a	£35	£35

Financiamento por dívida	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Equity financing	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
Key Points	A estrutura padrão para uma empresa com fins lucrativos. A responsabilidade dos acionistas para com os credores da empresa é limitada ao capital originalmente investido	Uma sociedade limitada sem capital social em que os membros atuam como fiadores (geralmente por um valor nominal) em caso de liquidação da empresa	Uma forma legal de cooperativa regulamentada pela Autoridade de Conduta Financeira, que tem objetivos sociais embutidos em seus documentos de governo	Uma forma legal de cooperativa regulamentada pela Autoridade de Conduta Financeira	Uma organização sem identidade legal	Sociedade anônima de finalidade social consagrada, em que há um limite para o montante do lucro que pode ser distribuído para outro fim que não seja sua finalidade social	
Porcentagem de empresas sociais que adotam esta estrutura	18%	28%	7%	8%	1%	15%	5%

Fonte: SOCIAL ENTERPRISE UK (2018); BRITISH COUNCIL (2019); SOCIAL ENTERPRISE UK (2019)

2.3.4.3. Experiência da Colômbia

A Colômbia foi o primeiro país ibero-americano a aprovar um regulamento específico para as empresas de impacto, segundo SEIGB, PNUD e IDRC (2021). A Lei 1.90117 de junho de 2018 criou as BICs (*Sociedad de Beneficio e Interés Colectivo*)

Figura 7- Passos para obter a condição de BIC

Passo 1: Gerar impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.

Passo 2: Aprovar a decisão de adotar tal condição pela assembleia de acionistas ou junta dos sócios.

Passo 3: Reformar o estatuto social da empresa, da seguinte forma: Acrescente a expressão “Benefício e Interesse Coletivo” ou a sigla “BIC” ao nome da empresa. Incluir no objeto social as atividades do BIC que a empresa se compromete a desenvolver. Pelo menos uma atividade BIC deve ser incluída para cada uma das cinco dimensões: modelo de negócios, governança corporativa, práticas trabalhistas, práticas ambientais e práticas com a comunidade.

Passo 4: Ir a Câmara de Comércio de sua cidade com 4 dos documentos anteriores para fazer o registro formal de adoção da condição BIC.

17

[HTTP://ES.PRESIDENCIA.GOV.CO/NORMATIVA/NORMATIVA/LEY%201901%20DEL%2018%20DE%20JUNIO%20DE%202018.PDF](http://es.presidencia.gov.co/normativa/normativa/ley%201901%20del%2018%20de%20junio%20de%202018.pdf)

Box 4: Requisitos e modificações do estatuto da Empresa BIC

As empresas que existem ou estão para ser constituídas devem cumprir os seguintes requisitos para aderir à Lei das Sociedades BIC:

- Ao nome da empresa deve ser acrescentado a expressão “benefício e juros coletivos” ou as iniciais “BIC”;
- Deve ser declarada, no contrato social ou no estatuto social, a vontade da empresa de aderir às disposições da Lei das Sociedades BIC;
- No artigo seguinte ao contrato social, deve ser incluída uma descrição detalhada da finalidade do benefício;
- Para a alteração do estatuto da empresa existente, devem ser cumpridas as seguintes regras:

A modificação dos estatutos exigirá, em primeira convocação, pelo menos, a concordância de 2/3 das ações subscritas com direito a voto. Em segunda convocação, basta a presença de pelo menos 3/5 das ações subscritas com direito a voto, salvo quórum superior consoante o tipo societário da sociedade correspondente.

Fonte: Ministerio de Comercio, Industria y Turismo & Confecámaras, 2020

2.3.4.4 Experiência do Peru

Em fevereiro de 2021, entrou em vigor o regulamento da Lei nº 31.072¹⁸ (Ley de la Sociedad de Beneficio e Interés Colectivo) aprovado pelo Decreto nº 004-2021¹⁹.

Resumo de características das empresas sociais em 5 países:

Características das empresas sociais/ negócios de impacto em diferentes países

BRASIL	PERU	COLÔMBIA	REINO UNIDO	CORÉIA DO SUL
<ul style="list-style-type: none">• Formas legais: diversas;• Propósito: social ou ambiental;• Restrição de distribuição de Lucros: Não há;• Órgão de certificação e fiscalização: Não há	<ul style="list-style-type: none">• Formas legais: algumas;• Propósito: social e ambiental;• Restrição de distribuição de Lucros: Não há;• Órgão de certificação e fiscalização: SUNARP e Indecopi	<ul style="list-style-type: none">• Formas legais: diversas;• Propósito: social e ambiental;• Restrição de distribuição de Lucros: Não há;• Órgão de certificação e fiscalização: Câmara de Comércio e Superintendencia de Sociedades	<ul style="list-style-type: none">• Formas legais: diversas;• Propósito: objetivos sociais e/ou ambientais;• Restrição de distribuição de Lucros: reinvestir maior parte em objetivos sociais/ambientais;• Órgão de certificação e fiscalização: Não há	<ul style="list-style-type: none">• Formas legais: diversas;• Propósito: serviços sociais ou empregos a grupos vulneráveis; ou contribuir para a comunidade;• Restrição de distribuição de Lucros: reinvestir 66% em objetivos sociais;• Órgão de certificação e fiscalização: Kosea

Fonte: elaboração própria a partir das fontes citadas nesta seção (equivalente ao quadro abaixo)

¹⁸ <https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/ley-de-la-sociedad-de-beneficio-e-interes-colectivo-socieda-ley-n-31072-1905747-1/>

¹⁹ <https://busquedas.elperuano.pe/download/url/decreto-supremo-que-aprueba-el-reglamento-de-la-ley-n-31072-decreto-supremo-n-004-2021-produce-1929774-4>

Resumo de características exigidas das empresas sociais em quatro países

	Coréia do Sul	Reino Unido	Colômbia	Peru	Brasil
Alguma Forma Legal para adoção de empresa social	Diversas Formas Legais	Diversas Formas Legais	Diversas Formas Legais	Algumas Formas Legais	Diversas Formas Legais
Empresa Social necessita de um propósito específico	✓ Fornecer a grupos vulneráveis serviços sociais ou emprego ou contribuir para a comunidade	✓ Objetivos sociais e/ou ambientais	✓ Propósito social e ambiental	✓ Propósito social e ambiental	✓ Propósito social ou ambiental
Restrição de distribuição de Lucros	✓ Reinvestir 66% para objetivos sociais	✓ Reinvestir maior parte para objetivos sociais/ambientais	✗	✗	✗
Há um órgão de certificação e fiscalização estadual	✓ <i>Kosea</i>	✗	✓ Câmara de Comércio e <i>Superintendencia de Sociedades</i>	✓ SUNARP e Indecopi	✗

Fonte: elaboração própria a partir das fontes citadas nesta seção

2.3.5. Negócios de impacto e os ODS

ODS → racionalidades governamentais (nacionais) → racionalidades estaduais (SIMFACTO) → definição de contribuição dos negócios de impacto para as metas estaduais e municipais (no longo prazo)

Atualmente: Pipe e literatura: auto declaração dos Nis sobre associações com os ODS

Pode-se comparar a associação de Tabares (2021), para as Empresas B da Colômbia, com a análise realizada pelo Mapa da Pipe.Social. No 3º Mapa da Pipe.Social há o percentual de negócios de impacto que declararam estar relacionados com cada um dos 17 ODS.

3. Representações gráficas da análise de impacto sobre o RN

3.1. Efeito das Leis Estaduais (do RN e RJ) no número de negócios de impacto

Na Tabela 1 são apresentadas algumas estatísticas descritivas e diferenças de médias entre o número de negócios de impacto e outras variáveis (taxa de inadimplência, índice de volume de vendas, logaritmo da população, logaritmo do número de empregos formais, logaritmo do número de pessoas com seguro desemprego) para Estados com Lei aprovada em 2020 (RN e RJ) e Estados sem Leis ou com Leis aprovadas posteriormente. Assim, os valores do grupo de Tratados (ou de Tratamento) corresponde apenas à média dos dados do RN e RJ, cada um em dois períodos, por isso N = 4; e os valores dos grupos de Controle são as médias de todas as demais 25 unidades da federação, para dois períodos e, portanto, para N = 50. Na última coluna, mostra-se a diferença de média das variáveis da tabela para os dois grupos.

Tabela 1- Diferença de média entre as variáveis dependentes e independentes

Variável	N	(2)		(1)		t-test
		Tratamento		Controle		Diferença
		Média/ Desvio Padrão	N	Média/ Desvio Padrão		(2)- (1)
Número de Negócios de Impacto na Pipe.Social	4	68.75 [32.162]	50	39.52 [12.450]		29.23
Taxa de inadimplência	4	52.44 [0.727]	50	40.96 [1.365]		11.48**
Índice de volume de vendas	4	1092.87 [18.014]	50	1115.74 [19.962]		-22.87
Log da População	4	15.87 [0.460]	50	15.33 [0.145]		0.53
Log de Empregos Formais	2	8.67 [0.270]	41	9.09 [0.220]		-0.42
Log de Seguro-Desemprego	4	12.18 [0.562]	50	11.62 [0.177]		0.56

Nota: O valor exibido para os testes t são as diferenças nas médias entre os grupos.

***, ** e * indicam significância no nível crítico de 1, 5 e 10 por cento. O grupo dos estados tratados é formado por Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro que implementaram a lei em 2019.

Na Tabela 2, apresentam-se os resultados de modelos de Diferença em diferenças (DD) – equação (1) vista: $Y_{it} = X'_{it}\alpha + \gamma T_i + \rho dt_{it} + \beta(T_i dt_{it}) + \varepsilon_{it}$, considerando os dados da Pipe de 2018 e 2020 e demais do IBGE e Bacen (isto é, $t = 2$), tendo como variável dependente o número de negócios de impacto de cada Estado (i), em 5 modelos diferentes, os quais variam de acordo com o número de variáveis de controles (X_{it}). O efeito da Implementação da Lei no RN e no RJ (T_i) sobre o número de negócios de impacto (Y_{it}) variou pouco nos 5 modelos e foi positivo e de pouco superior a 14 (primeira linha da tabela), contudo não foi estatisticamente significativa, isto é não se tem um efeito estatístico da implementação das Leis nos dois Estados de efeito sobre o número de negócios de impacto em relação aos demais Estados.

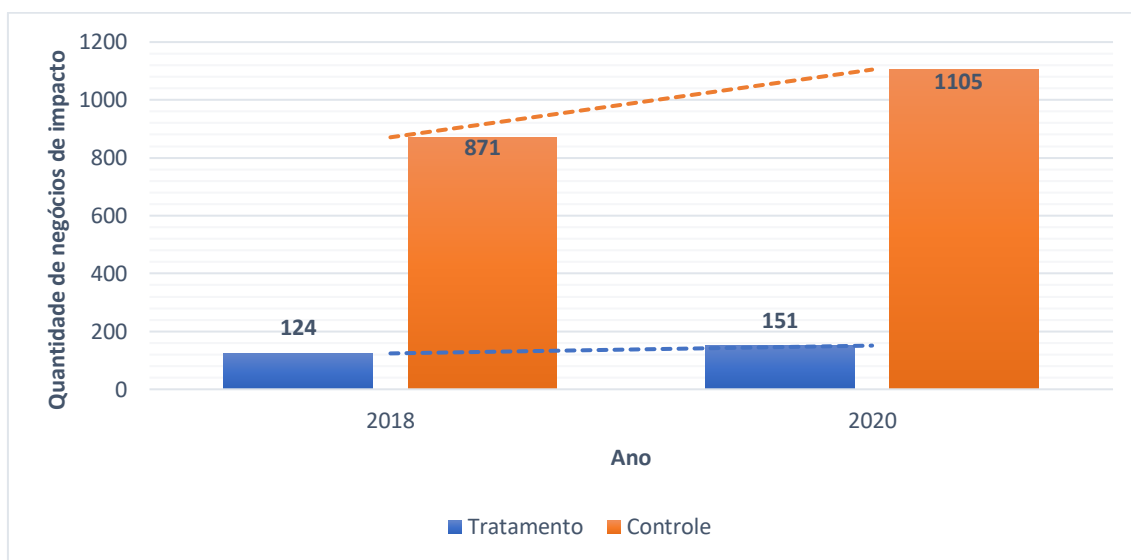
Tabela 2- Resultados dos modelos de diferença-em-diferenças

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Variável	Número de Negócios de Impacto	Número de Negócios de Impacto	Número de Negócios de Impacto	Número de Negócios de Impacto	Número de Negócios de Impacto
Implementação da Lei de Empresas de Impacto	14.44 (18.44)	14.22 (18.79)	14.19 (18.99)	14.91 (15.18)	14.37 (15.06)
Taxa de inadimplência		0.101 (0.812)	0.208 (0.881)	-0.358 (0.535)	-0.279 (0.588)
Log de Seguro-Desemprego				-19.83** (8.715)	-19.44** (9.462)
Log da População				1.10e-05*** (0.000)	1.10e-05*** (0.000)
Índice de volume de vendas			0.0196 (0.0577)		0.00115 (0.0377)
Constante	41.15** (16.71)	36.91 (37.82)	10.65 (86.59)	201.9* (104.7)	192.9 (130.9)
Observações	54	54	54	54	54
Número de Estados	27	27	27	27	27

Nota: Erros padrão entre parênteses *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$. Implementação da Lei de Empresas de Impacto consiste numa variável dummy igual a um se o Estado i sancionou a Lei Estadual na data t. O tratamento é formado por RN e RJ e o controle consiste nos demais estados mais DF.

Observa-se que uma dificuldade para se captar diferenças na análise acima é o baixo número de negócios de impacto do grupo tratado (RN e RJ) e a pequena alteração nele de 2018 para 2020: de 124 para 151; enquanto o número de negócios de impacto do grupo de controle passou de 871 para 1105 de 2018 a 2020 (Gráfico 1).

Gráfico 1- Quantidade de negócios de impacto por ano entre estados tratados (RN e RJ) e controle



Fonte: a partir dos dados da PIPE.

3.2. Efeitos das Leis Estaduais (do RN e RJ) sobre indicadores de desempenho dos negócios de impacto

3.2.1. Faturamento: se observou ou não faturamento

A Tabela 3 destaca os números de negócios de impacto, com e sem faturamento, para as regiões consideradas nas análises e para os Estados do RN e RJ, nos anos de 2018 e 2020.

Tabela 3 – Número de negócios de impacto com e sem faturamento em 2018 e 2020

	2018			2020		
	Com faturamento	Sem faturamento	Total	Com faturamento	Sem faturamento	Total
Nordeste	58	50	108	46	148	194
Sul/ Sudeste	460	292	752	250	655	905

RN	6	3	9	3	15	18
RJ	75	39	114	36	97	133

Fonte: a partir de dados dos Mapas da Pipe de 2018 e 2020.

As Tabelas 4, 5 e 6 mostram os resultados dos modelos de diferença em diferenças (DD) para o RN/NE, RJ/(S/SE) e (RN e RJ) / (NE, S/SE), respectivamente, os quais captam as mudanças de 2018 para 2020, nos negócios de impacto cadastrados na Pipe.Social, na variável de resultado: Faturamento.

Considerando no grupo tratado os negócios de impacto do RN e no grupo controle os negócios de impacto dos demais Estados do NE, a Tabela 4 mostra que o efeito de ser tratado, isto é, de um negócio de impacto estar no RN (representado pela variável dummy *Tratado_depois*), teve efeito negativo (-0,219) em relação a ter apresentado faturamento, contudo este efeito foi estatisticamente insignificante.

Tabela 4 - Resultado da regressão de diferença em diferenças para o Rio Grande do Norte (RN) e para na região Nordeste (NE)

Variável	(1) d_faturou
tratado (RN)	0.141 (0.158)
depois	-0.281*** (0.0572)
tratado_depois	-0.219 (0.194)
constante	0.525*** (0.0457)
Observações	302
R-quadrado	0.095

Fonte: elaboração própria, com uso do Stata.

Nota: Erros padrão entre parênteses *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. tratado consiste numa variável dummy que indica 1 para RN. A variável depois corresponde a uma dummy igual a 1 para o ano de 2021 e tratado_depois refere-se a uma interação entre as variáveis tratado e depois. A variável dependente do modelo (d_faturou) é uma dummy igual a 1 se a empresa obteve faturamento.

A Tabela 5 traz a mesma análise da anterior, mas para a evolução de negócios de impacto com faturamento do Rio de Janeiro (grupo tratado), comparando-os com os negócios de impacto das regiões Sul e Sudeste (grupo de controle). O efeito do tratamento (ser um negócio de impacto no RJ no segundo ano) também foi negativo (-0,0604), mas também não estatisticamente insignificante.

Tabela 5 - Resultado da regressão de diferença em diferenças para o Rio de Janeiro (RJ) e para as regiões Sul e Sudeste (S/SE)

Variável	(1) d_faturou
tratado1 (RJ)	0.0535 (0.0474)
depois	-0.327*** (0.0250)
tratado1_depois	-0.0604 (0.0645)
constante	0.604*** (0.0185)
Observações	1,655
R-quadrado	0.115

Fonte: elaboração própria, com uso do Stata.

Nota: Erros padrão entre parênteses *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. tratado1 consiste numa variável dummy que indica 1 para RJ. A variável depois corresponde a uma dummy igual a 1 para o ano de 2021 e tratado1_depois refere-se a uma interação entre as variáveis tratado e depois. A variável dependente do modelo (d_faturou) é uma dummy igual a 1 se a empresa obteve faturamento.

A Tabela 6 agrega as duas análises anteriores, considerando o grupo de tratamento o composto pelos negócios de impacto dos dois estados (RN e RJ) e o grupo de controle os negócios de impacto das regiões NE, S/SE. O efeito do tratamento continua sendo negativo (-0,0819), mas não estatisticamente insignificante.

Tabela 6 - Resultado da regressão de diferença em diferenças para os Estados do RN e RJ e regiões NE, S/SE

	(1)
--	-----

Variável	d_faturou
tratado2 (RN e RJ)	0.0690 (0.0448)
depois	-0.318*** (0.0210)
tratado2_depois	-0.0819 (0.0602)
constante	0.590*** (0.0157)
Observações	2,272
R-quadrado	0.110

Fonte: elaboração própria, com uso do Stata.

Nota: Erros padrão entre parênteses *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. tratado2 consiste numa variável dummy que indica 1 para RJ e RN. A variável depois corresponde a uma dummy igual a 1 para o ano de 2021 e tratado2_depois refere-se a uma interação entre as variáveis tratado e depois. A variável dependente do modelo (d_faturou) é uma dummy igual a 1 se a empresa obteve faturamento.

Todos os modelos indicaram coeficiente negativo, mas não estatisticamente significativo; isto é, pelos dados da Pipe.Social, não se observa evolução do número de negócios de impacto com faturamento de 2018 para 2020 nos Estados com Leis aprovadas em 2019 (RN e RJ), em relação ao número de negócios de impacto com faturamento dos demais Estados.

3.2.2. Captação de recursos: se captando recursos ou não

A Tabela 7 resume os quantitativos de respostas dos negócios de impacto referentes à variável Captação de investimentos - Respostas dos Negócios de impacto à Pergunta: “Está captando investimentos? (em 2021) e “Está captando?” (em 2019) -, constantes na base de dados que agrega as informações dos Mapas da Pipe de 2019 e 2021 (dados de 2018 e 2020). Foram considerados como negócios de impacto sem captação de investimentos os 891 que não indicaram estar captando enquanto foram considerados como negócios de impacto com captação de investimentos os 1.355 que responderam “SIM” e “Sim, estamos captando”.

Tabela 7 – Número de negócios de impacto por tipo de resposta em relação à captação de investimentos, para os anos de 2018 e 2020 conjuntamente

Respostas para captando ou não investimentos	Variável dummy criada (d_captando)		Total
	0	1	
N/R	15	0	15
None	71	0	71
NÃO	629	0	629
Não estamos captando	176	0	176
SIM	0	613	613
Sim, estamos captando	0	742	742
Total	891	1.355	2.246

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados da Pipe

A Tabela 8 destaca os números de negócios de impacto, com e sem captação de recursos, para as regiões consideradas nas análises e para os Estados do RN e RJ, nos anos de 2018 e 2020.

Tabela 8 – Número de negócios de impacto com e sem captação de recursos em 2018 e 2020

Região/ Estado	2018			2020		
	Com captação	Sem captação	Total	Com captação	Sem captação	Total
Nordeste	88	20	108	97	97	194
RN	8	1	9	5	13	18
Sul/ Sudeste	548	204	752	433	472	905
RJ	86	28	114	70	63	133

Fonte: a partir de dados dos Mapas da Pipe de 2018 e 2020.

As Tabelas 9, 10 e 11 apresentam as análises de impacto sobre a variável indicativa da captação de recurso evidenciando que também neste caso não se detectou um efeito estatisticamente significativo à 5%, em nenhum dos três modelos. A diferença em relação à análise de faturamento é que neste caso, o modelo do RN resultou em impacto com sinal negativo (-0,3258) enquanto que o do RJ, positivo (0,0259) e, dadas suas magnitudes e tamanho das amostras, prevalecendo o sinal negativo no modelo com os negócios de impacto dos dois Estados.

Tabela 9 - Resultado da regressão de diferença em diferenças para o RN e para a região NE

Variável	(1) d_captando
tratado (RN)	0.0808 (0.1610)
depois	-0.285*** (0.0255)
tratado_depois	- 0.3258 (0.1976)
constante	0.808*** (0.0465)
Observações	302
R-quadrado	0.110

Fonte: elaboração própria, a partir do Stata.

Nota: Erros padrão entre parênteses *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. tratado consiste numa variável dummy que indica 1 para RN. A variável depois corresponde a uma dummy igual a 1 para o ano de 2021 e tratado_depois refere-se a uma interação entre as variáveis tratado e depois. A variável dependente do modelo (d_captando) é uma dummy igual a 1 se a empresa captou recursos.

Tabela 10 - Resultado da regressão de diferença em diferenças para o RJ e regiões S/SE

Variável	(1) d_captando
tratado1 (RJ)	0.0302 (0.0484)
depois	-0.254*** (0.0255)
tratado1_depois	0.0259 (0.0658)
constante	0.724***

	(0.0188)
Observações	1,657
R-quadrado	0.066

Fonte: elaboração própria, a partir do Stata.

Nota: Erros padrão entre parênteses *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. tratado1 consiste numa variável dummy que indica 1 para RJ. A variável depois corresponde a uma dummy igual a 1 para o ano de 2021 e tratado1_depois refere-se a uma interação entre as variáveis tratado e depois. A variável dependente do modelo (d_captando) é uma dummy igual a 1 se a empresa captou recursos.

Tabela 11 - Resultado da regressão de diferença em diferenças para os tratados RN e RJ e regiões NE, S/SE, e com todas as regiões do Brasil

Variável	(1)	(2)
	d_captando	d_captando
tratado2 (RN e RJ)	0.0288 (0.0462)	0.0160 (0.0454)
depois	-0.255*** (0.0233)	-0.262*** (0.0214)
tratado2_depois	-0.0121 (0.0621)	-0.00571 (0.0611)
Constante	0.735*** (0.0174)	0.748*** (0.0160)
Observações	1,959	2,246
R-quadrado	0.068	0.071

Fonte: elaboração própria, a partir do Stata.

Nota: Erros padrão entre parênteses *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. tratado2 consiste numa variável dummy que indica 1 para RJ e RN. A variável depois corresponde a uma dummy igual a 1 para o ano de 2021 e tratado2_depois refere-se a uma interação entre as variáveis tratado e depois. A variável dependente do modelo (d_captando) é uma dummy igual a 1 se a empresa captou recursos. Modelo (1) considera como controle os negócios de impacto das regiões NE e S/SE; Modelo (2) inclui como controle os negócios de impacto de todos os Estados brasileiros, com exceção dos considerados tratados (do RN e RJ).

4. Literatura sobre políticas e negócios de impacto

A seguir, as principais referências citadas nos produtos, com link e resumo, para possível disseminação pela rede, como pelo site da Enimpecto, organizadas pelos seguintes temas: revisões da literatura; comparações de políticas nacionais e seus graus de maturidade; mapeamentos de negócios de impacto em diferentes países; trabalhos que relacionaram os negócios de impacto aos ODS; e sobre metodologia de avaliação de políticas e dos negócios de impacto.

4.1. Revisões da literatura sobre Investimentos de Impacto

Gupta, P. Chauhan S., Paul, J., Jaiswal, M. P. Social entrepreneurship research: A review and future research agenda. *Journal of Business Research*, 113, 209-229, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2020.03.032>



Resumo: Abarca outras revisões da literatura envolvendo Empresas Sociais (ES) em temas específicos, publicadas na última década. Eles classificam a literatura – revisão sistemática de 188 artigos de 2007 a 2018 – por tipo de metodologia de pesquisa, por periódicos, e em temas (5), subtemas e subtemas dos subtemas. Um dos temas é o “Desafios enfrentados por empreendedores sociais”, que inclui os subtemas “Papel do Governo” e “Outros Desafios”, os quais, por sua vez, incluem os seguintes subtemas dos subtemas: Capacidade Financeiras das Empresas Sociais (ES), Suporte do Governo, Política Pública, Regulações Governamentais.

Agrawal, A., Hockerts, K. Impact investing: review and research agenda. *Journal of Small Business & Entrepreneurship*, 2019. <https://doi.org/10.1080/08276331.2018.1551457>

Resumo: Outra revisão da literatura sobre os Investimentos de Impacto, analisaram 85 artigos e relatórios e entre suas contribuições destacam: a evolução do campo, indicando mais artigos aplicados recentemente; caracterização do campo de investimentos de impacto em 6 categorias, incluindo uma que é o Papel do Governo; ainda mostraram que a maioria dos estudos tem sido exploratória, com apenas alguns estudos confirmatórios mais recentes.

Bozhikin, I., Macke, J., da Costa, L. F. The role of government and key non-state actors in social entrepreneurship: A systematic literature review, *Journal of Cleaner Production*, 226, 730-747, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.04.076>



Resumo: Foco no papel do Governo, elaboraram uma revisão sistemática da literatura a partir de uma amostra final de 102 artigos (nenhum para o Brasil). Eles pesquisaram os caminhos pelos quais os governos podem implementar políticas e mecanismos regulatórios para apoiar as Empresas Sociais (ES) diretamente ou como um todo, ou indiretamente, através de estímulos aos empreendedores sociais, às ES, e aos atores não governamentais da rede das ES. Citam artigos que analisaram o papel do governo na Coreia (Kim et al., 2014); no Reino Unido e Dinamarca (Ladeira e Machado, 2013); para países da União Europeia - Bélgica, Dinamarca, França, Itália, Polônia, Suécia (Defourny and Nyssens, 2008) -, para a China (Wu et al., 2017), etc.

4.2. Comparações de políticas de diferentes países/grau de maturidade

Choi, D., F. S. Berry, and A. Ghadimi. Policy Design and Achieving Social Outcomes: A Comparative Analysis of Social Enterprise Policy. *Public Administration Review* 80(3): 494–505, 2020. <https://doi.org/10.1111/puar.13111>



Resumo: comparam as políticas de investimento de impacto de três países com ecossistemas de investimentos de impacto mais desenvolvidos: Estados Unidos, Reino Unido e Coreia do Sul. Baseados na Teoria de Bozeman (*Bozeman's publicness theory*), os autores demonstraram o **papel variado que governos têm** em fomentar as empresas sociais: propriedade, financiamento, e controle nos 3 países (caracterização e comparação detalhadas), usando: regulação, subsídios, e políticas de aquisição/compras (*procurement policies*). Na comparação das abordagens, concluem que a política dos Estados Unidos é mais mercado orientada; a do Reino Unido no meio do continuum entre mercado e *publicness*; e a da Coreia do Sul, bem mais próxima do *publicness* (maior participação do governo).

Agapitova, Natalia, Belán Sanchez, and Elaine Tinsley. Government Support to the Social Enterprise Sector: Comparative Review of Policy Frameworks and Tools. Washington, DC: World Bank, 2017.

Resumo: Considerada a principal referência para a comparação de políticas de diferentes países, **estudo do Banco Mundial**: apresentaram o **estágio de desenvolvimento das políticas de investimento de impacto** de 30 países, com maior detalhamento para 14 deles. Adicionalmente, esta última referência apresentou uma série de indicadores de impacto que podem ser usados para a caracterização do setor por país e para comparações entre eles.

Defourny, J.; Nyssens, M; Brolis, O. Testing Social Enterprise Models Across the World: Evidence From the “International Comparative Social Enterprise Models (ICSEM) Project”. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 2020. <https://doi.org/10.1177/0899764020959470>

Resumo: A partir de dados de mais de 700 empresas sociais para 43 países de todo o mundo, agrupou as empresas em tipos de modelos (de ecossistemas) de empresas sociais – modelos social-business, social-cooperative e entrepreneurial nonprofit -, o que permite uma reflexão sobre o desenho de políticas nacionais (ou locais) e planejamentos de ações de acordo com estes tipos de modelos.

Tripone, A.; Agapitova, N. (2017). *Legal Framework for Social Enterprise: Lessons from a Comparative Study of Italy, Malaysia, South Korea, United Kingdom, and United States*. World Bank, Washington, DC. © World Bank.

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/26397>

Resumo: compara as diferentes formas legais das empresas sociais em um grupo de países.

4.3. Mapeamentos dos negócios de impacto em diferentes países

4.3.1. Estudos do British Council para os seguintes países

No link a seguir, estão disponíveis estudos de mapeamento dos negócios de impacto para Bangladesh, Gana, Índia e Paquistão; Etiópia; Grécia; Indonésia, Jamaica; Quênia; Malásia; Marrocos; Filipinas; Singapura; Sri Lanka, Sudão, Tailândia, Turquia, Vietnam ; entre outros: [The State of Social Enterprise | British Council](#)

Dentre destes estudos acima, foram consultados os quatro abaixo:

- British Council. *Social Enterprise in the UK: Developing a Thriving Social Enterprise Sector*. 2015.

https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/social_enterprise_in_the_uk_final_web_spreads.pdf.

- *The State of Social Enterprise in Malaysia*, 2018.

<https://repository.unescap.org/handle/20.500.12870/2885>

- The state of Social Enterprise in India. The state of social enterprise in Bangladesh, Ghana, India and Pakistan, 2016. https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/bc-report-ch4-india-digital_0.pdf

- Tailândia: The State of Social Enterprise in Thailand, 2019. [state_of_social_enterprise_in_thailand_2020_final_web.pdf](https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/state_of_social_enterprise_in_thailand_2020_final_web.pdf) ([britishcouncil.org](https://www.britishcouncil.org))



4.3.2. Outros mapeamentos de negócios de impacto

Para o Congo:



Agapitova, Natalia; Apedo Amah, Marie Marie Christine; Tinsley, Elaine. 2020. Social Entrepreneurship for Inclusive Growth in the Democratic Republic of Congo. World Bank, Washington, DC. World Bank Group.

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35701>

Para a União Europeia:

European Commission (2014). A Map of Social Enterprises and their Eco-Systems in Europe. Brussels: European Commission. (Documento em pdf)

Para o Vietnam:

Umfreville, Paul; Bonnin, Christine. 2021. Mind the Gap: Exploring the Challenges and Opportunities for Social Enterprise in Vietnam. Forum for Development Studies, Volume 48, Issue 2. <https://doi.org/10.1080/08039410.2021.1907785>

4.4. Negócios de impacto e os ODS

Littlewood, D. and Holt, D. (2018). How Social Enterprises Can Contribute to the Sustainable Development Goals (SDGs) – A Conceptual Framework. Entrepreneurship and the Sustainable Development Goals (Contemporary Issues in Entrepreneurship Research, Vol. 8), Emerald Publishing Limited, Bingley, pp. 33-46. <https://doi.org/10.1108/S2040-724620180000008007>

Resumo: propõem uma estrutura para conceitualizar como as empresas sociais podem contribuir para os ODS, ilustrada com exemplos globais. Eles apontam que as empresas sociais podem contribuir com os ODS através de suas cadeias de valor, incluindo os estágios de insumos, operações, produtos e serviços, lucros e excedentes, ou de programas diretos de intervenção. Esta é a primeira dimensão do modelo deles; a segunda dimensão diz respeito a identificação do número de ODS que a empresa social atende, se a múltiplos ODS ou até mesmo um alvo de um ODS específico.

Rahdari, A.; Sepasi, S.; Moradi, M. Achieving sustainability through Schumpeterian social entrepreneurship: The role of social enterprises, *Journal of Cleaner Production* 137 (2016) 347e360. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.06.159>

Resumo: usa a perspectiva da teoria de Schumpeter da transformação de negócios em motores do desenvolvimento sustentável com ênfase no papel que as empresas sociais podem ter. Uma estrutura Canvas mostra um conjunto de ferramentas desenvolvidas para formar um entendimento conceitual robusto do campo: que demonstra os principais elementos do ecossistema socioeconômico e como eles podem trabalhar para a realização da agenda de desenvolvimento sustentável; ajuda a conectar conceitos diversos mas relacionados de maneira e, como resultado, cria a fundação para a realização dos ODS com ênfase nas empresas sociais; e ajuda as empresas a entenderem o nível de maturidade e integração de suas estratégias de sustentabilidade.

TABARES, S. (2021). Do hybrid organizations contribute to Sustainable Development Goals? Evidence from B Corps in Colombia. *Journal of Cleaner Production* 280 <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.124615>

Resumo: destaca que apesar dos ODS serem inicialmente sugeridos para serem realizados por governos, as empresas são elementos chaves para o atingimento destes objetivos. Em seu trabalho, ela analisa como as Empresas B certificadas (Certified B Corporations ou B Corps), uma forma legal de organizações híbridas, contribuem para os ODS quando focadas na solução de problemas sociais destacados pelas Nações Unidas. Através de múltiplos estudos de casos baseados em entrevistas semiestruturadas e aprofundadas com 18 empresas da Colômbia, seus resultados indicam que as B Corps são grande contribuidoras para a solução de problemas sociais, como desafios relativos à agricultura, corrupção, mudança climática, trabalho, pobreza, e hábitos insustentáveis; ainda, que as Empresas B da Colômbia mostram potencial para o empoderamento de comunidades, a introdução de novas práticas organizacionais, a criação de alternativas para moldar novos estilos de vida e de padrões de consumo, e a introdução de novas soluções ambientais. As Empresas B da Colômbia, assim, mostram contribuição relevante aos ODS 2, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 16. Os resultados de seu trabalho são visualizados em duas figuras principais: uma que relaciona as categorias aos problemas sociais e às empresas; outra que associa cada uma das 18 empresas aos problemas sociais especificados por elas e estes aos 17 ODS.

(Pode-se comparar esta análise com a realizada pelo Mapa da Pipe.Social. No 3º Mapa da Pipe.Social há o percentual de negócios de impacto que declararam estar relacionados com cada um dos 17 ODS.)

4.5. Metodologias de avaliação dos negócios de impacto

Lazzarini, S. G., Barki, E. Avaliação de impacto social, capítulo 14 In: Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar. Organizadores: Edgar Barki, Graziella Maria Comini e Haroldo da Gama Torres. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

Resumo: Descrevem as possibilidades metodológicas para se avaliar impacto de negócios de impacto, destacando as possibilidades de se medir *inputs*, *outputs* (resultados imediatos do negócio), *outcomes* (resultados de médio e longo prazos do negócio) e impacto (mudanças socioambientais efetivamente decorridas de uma intervenção do negócio) e que as escolhas são função do momento do negócio. Entre as metodologias quantitativas para avaliar o impacto socioambiental de um negócio, descrevem o uso de painel de indicadores (idealmente provenientes da teoria da mudança), podendo ser definidos uma série de indicadores-chave de desempenho (*Key performance indicators – KPIs*) ligados aos resultados esperados pelas intervenções; e os métodos acima citados, de PSM, DD, RDD e, por fim, as metodologias experimentais.

Jackson, E. T. Interrogating the theory of change: evaluating impact investing where it matters most. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 3:2, 95-110, 2013. <https://doi.org/10.1080/20430795.2013.776257>



Teoria da Mudança (*Theory of Change – ToC*) para os negócios de impacto.

Agapitova, Natalia, Belán Sanchez, and Elaine Tinsley. Government Support to the Social Enterprise Sector: Comparative Review of Policy Frameworks and Tools. Washington, DC: World Bank, 2017. (Documento em pdf)

Resumo: Principal avaliação **qualitativa** encontrada: comparação das estruturas políticas da Enimpecto às políticas de outros países destacados; definição e análise de métricas de impacto, de indicadores da política.

Choi, D., Park, J. Local government as a catalyst for promoting social enterprise. *Public Management Review*, 2020. <https://doi.org/10.1080/14719037.2020.1865436>



Resumo: Principal avaliação **quantitativa** de impacto encontrada: A maior regulação da Coreia permitiu a única avaliação de impacto encontrada com método econométrico para causalidade, nos moldes da literatura recente, da Economia e áreas afins. Utilizaram um modelo de painel com efeito fixo, fazendo uso do **cadastro das empresas** sociais da Coreia do Sul, com dados anuais, por municípios (*223 South Korean local governments*), para o período de 2011 a 2017.

A Coreia do Sul tem uma certificação dos negócios de impacto (empresas certificadas pela *Korea Social Enterprise Promotion Agency*; dados de todas as empresas sociais da Coreia, por lei), o que permite a identificação dos negócios de impacto por município. O trabalho testou duas hipóteses: (H1) se as restrições fiscais são positivamente associadas com o aumento do esforço do governo local para promover as empresas sociais; e (H2) se os esforços dos governos locais para promover as empresas sociais são positivamente associados com o aumento das empresas sociais. Para a estratégia de avaliação, contaram com uma mudança na Lei (***Korea's Social Enterprise Promotion Act 2007***) ocorrida em 2012, que permitiu uma maior participação dos governos municipais no apoio das empresas sociais. As variáveis de resultado consideradas para se verificar a H2 (de esforço do governo local sobre a promoção do setor) foram o Volume Total dos fundos e o número de empresas sociais por município. O esforço dos governos locais na promoção das empresas sociais foi aproximado por duas variáveis: **adoção do ordenamento municipal para suporte das empresas sociais** (apresentam mapas dos municípios com a adoção por ano para 2011, 2014, 2017); e volume de fundos próprios alocado para as empresas sociais. Os resultados indicaram um aumento no número de empresas sociais de 15% (2,5 empresas sociais a mais) nos municípios que instituíram a ordenança para incentivo das empresas sociais e que o total de fundos para o município também se mostrou positivamente associado ao número de empresas sociais, contudo neste caso com um efeito considerado pequeno (um aumento no volume dos fundos de aproximadamente 89 mil dólares foi associado a um aumento de apenas 0,2 a 0,6 empresas sociais a mais nos municípios).

4.6. Trabalhos de conclusão de curso, Dissertações e Teses brasileiras sobre os negócios de impacto

Na base de dados, disponível no Periódicos-Capes, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram encontrados os seguintes quantitativos de trabalhos a partir das respectivas palavras-chaves: 55 com a palavra-chave “negócios de impacto”; 64 com “social enterprise”; 10 com “impact investment”; nenhum resultado com a palavra “Enimpacto”. Já no google acadêmico, uma busca com as palavras-chave “Enimpacto”, “Dissertação”, “Tese”, resultou em 36 trabalhos dos quais apenas 7 eram realmente sobre o tema e incluíam também 3 trabalhos de conclusão de curso de graduação. Após verificação do tema pelo título e resumo e observação dos trabalhos

que estavam nas duas buscas, foram selecionados 32 trabalhos organizados abaixo, por ano, com respectivos links para acesso.

2021:

Pereira, João Batista Machado (<http://lattes.cnpq.br/0568583705523719>). Desafios para a implantação de um processo de mensuração de impactos gerados por negócios sociais ligados à economia criativa no estado do Rio de Janeiro. Dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Gestão da Economia Criativa (ESPM). <http://tede2.espm.br/handle/tede/562>

Pereira, Ramon Jung. Inovações e tecnologias sociais na relação universidade-sociedade: uma análise de uma prática pedagógica de ensino de negócios de impacto. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Administração. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), 2021.
http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Administracao_RamonJungPereira_19040_Textocompleto.pdf

2020:

Cecchini, Valéria Kabzas (<http://lattes.cnpq.br/2890851512300763>). A rede de Negócios de Impacto da Periferia: construindo conexões a partir do propósito. Dissertação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Tecnologia da Inteligência e Design Digital. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2020. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/23455>

Ribeiro, Otávio Beraldi. Born Globals de impacto social: um estudo de caso na organização Soulphia. Dissertação do Mestrado em Administração. Universidade Federal do Paraná, 2020. <https://hdl.handle.net/1884/68705>

Silva, Macáliston Gonçalves da (<http://lattes.cnpq.br/6375945177100814>). Elementos norteadores para gestão de micro e pequenos negócios de impacto socioambiental no Rio Grande do Sul – Brasil. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, 2020. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9268>

Junior, Edivan Batista. Financiamento de negócios com impacto social no Brasil. Mestrado Em Administração de Empresas, UNIFOR, 2020.
<https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=114728> | <http://dspace.unifor.br/handle/tede/114728>

Baú, Bianca Giordani (<http://lattes.cnpq.br/8766524677375469>). Desenvolvimento sustentável: análise dos impactos da Usina Termelétrica de Biogás em Entre Rios do Oeste. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Toledo, 2020.
<http://tede.unioeste.br/handle/tede/5224>

2019:

Cristo, Veronica Reis. A comunicação integrada em negócios sociais: um estudo aplicado do caso Quintessa. Dissertação da Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo (USP), 2019. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-27122019-170906>

Oliveira, Heloysa Helena Nunes de. Fruggy: metodologia para criação de proposta de valor para negócios de impacto social tecnológicos. Mestrado profissional em Ciência, Tecnologia e Inovação, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (UFRN), 2019. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27516>

Duarte, Héliida Mara Gomes Norato. Affordance de conciliação e organizações híbridas: o papel das tecnologias da informação e comunicação na busca de um balanço das missões social e financeira dos Negócios de Impacto. Tese de doutorado em Administração de Empresas da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2019. <http://hdl.handle.net/10438/27296>

Pereira, Marlon Oliveira. Proposta de criação da incubadora tecnológica de negócios de impacto social do Instituto Federal de Brasília, campus São Sebastião. Relatório Técnico para o Mestrado do Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), Universidade de Brasília (UNB), 2019. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38530>

Matias, Guilherme Primo. O processo de construção de sentido nas organizações: o caso de um negócio de impacto social. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2019. <https://hdl.handle.net/1884/62170>

Siqueira, Erica Hevellin da Silva. Avaliação em negócios de impacto: análise das práticas avaliativas do empreendedor e do investidor. Mestrado em Política Científica e Tecnológica, Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2019. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333939>

Santos, Sandra Mara dos. Incubadoras e empreendimentos incubados: avaliação de práticas ambientais. Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento. Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), 2019. <http://hdl.handle.net/10737/2617>

2018:

Lourenço, Bruna Scanavachi (<http://lattes.cnpq.br/3878568061295550>). O espaço social dos “Negócios de Impacto” no Brasil: o caso Artemisia. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), 2018. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10089>

Mathias, Ana Luiza Terra Costa. Interações entre negócios de impacto social e setor público no Brasil: estudo de três casos. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas, Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP), 2018. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-04072018-230826>

Domingos, Liliane Sartorio Ayala. Fatores de decisão em investimentos de impacto: um estudo sobre a relação risco, retorno e impacto. Mestrado Profissional Empreendedorismo da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), 2018. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12142/tde-18012019-150610>

Matos, Halina Valdivia de. Investidores e empreendedores sociais: uma análise sobre as competências dos empreendedores de negócios com impacto socioambiental. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Administração, Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), 2018. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-20122018-170536>

Mello, Ruth Espínola Soriano de. Incubadoras universitárias de negócios de impacto social: origens, diferenças e desafios. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), 2018. https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=36213@1 | https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=36213@2

GONCALVES, Claudinei Pereira. Negócios sociais como prática cultural cooperativa. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2018. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/10877>

Tavares, Milca Neves. Análise do potencial de transformação de micro e pequenas organizações do terceiro setor em negócios sociais. Trabalho aplicado para Mestrado em Gestão para Competitividade, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), 2018. <http://hdl.handle.net/10438/24431>

Ronzani, Célia Maria (<http://lattes.cnpq.br/2861089203167427>). “Vestir A Camisa” da Inovação: afeto, instrumento ou norma? Comprometimento de Equipes de P&D&I e a Capacidade de Inovação em Negócios Tradicionais e de Impacto Social. Programa de Pós-

graduação em Administração, Universidade Nove de Julho (UNINOVE), 2018.
<http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/2328>

Freitas, Fernanda Cardoso Romão. Negócios de impacto social e inovação social: contribuições para a revolução da longevidade. Mestrado em Administração do Programa de Pós-graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC São Paulo), 2018.
<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21633>

Moreira, Virginia Westphalen Correa. Proposição de um framework para negócios de plataforma baseados em capitalismo consciente: uma validação internacional. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Negócios, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2018. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7293>

Azeredo, Elisângela Marlize Dalpiaz de. Evitando Mission drift: o papel das aceleradoras na manutenção da lógica híbrida dos negócios de impacto social. Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2018.
<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7137>

2017:

Massad, Daniela de Oliveira. A influência das competências do empreendedor social em projetos de inovação social. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2017.
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188521>

SOUZA, Lamunyel Luis de. Gestão do Design em empresas do setor 2,5: análise do processo de design de artefatos em negócios de impacto a partir da abordagem Design Thinking. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Design, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2017. <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/914>

Sousa, Indira Gandhi Bezerra de. O processo de desenvolvimento da inovação social com a participação dos fundos de investimento de impacto: um estudo de casos múltiplos. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2017. <http://hdl.handle.net/1884/53991>

Souza, Lucas de. Negócios sociais e sua aproximação com a sustentabilidade: o caso EDISCA. Mestrado Em Administração de Empresas, Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), 2017.
<https://uol.unifor.br/oul/conteudosite/F10663420171204151345330468/Dissertacao.pdf>

2016:

Salerno, Alice Maria. Challenges of the growth phase for a Brazilian social enterprise: the case of 4YOU2. Dissertação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Mestrado em Gestão Internacional (Master in International Management - MPGI), Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), 2016. <http://hdl.handle.net/10438/17600>

Recamonde Mendonza, Fernanda. Social entrepreneurship, microcredit and development challenges: a case study analysis of Banco Pérola. Dissertação do Programa em Gestão Internacional (Master in International Management - MPGI), Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), 2016. <http://hdl.handle.net/10438/16046>

Barbosa, Aline dos Santos. Negócios sociais: proposição de modelo conceitual para análise do equilíbrio entre objetivos sociais e econômicos. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Administração, Centro Universitário FEI, 2016. <https://doi.org/10.31414/ADM.2016.D.128458>